



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

# DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXII Nº 182, TERÇA-FEIRA, 28 DE NOVEMBRO DE 2017

BRASÍLIA - DF



## COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

**Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)**

Presidente

**Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)**

1º Vice-Presidente

**Senador João Alberto Souza (PMDB - MA)**

2º Vice-Presidente

**Senador José Pimentel (PT-CE)**

1º Secretário

**Senador Gladson Cameli (PP-AC)**

2º Secretário

**Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)**

3º Secretário

**Senador Zeze Perrella (PMDB-MG)**

4ª Secretário

## SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)

2º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

3º - Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

4º - Senador Cidinho Santos (PR-MT)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

**Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho**

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

**Ilana Trombka**

Diretora-Geral do Senado Federal

**Roberta Lys de Moura Rochael**

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

**Quésia de Farias Cunha**

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

**Patrícia Gomes de Carvalho Carneiro**

Coordenadora de Elaboração de Diários

**Alessandro Pereira de Albuquerque**

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen

**Deraldo Ruas Guimarães**

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

### PARTE I

#### 1 – ATA DA 181ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 27 DE NOVEMBRO DE 2017

1.1 – ABERTURA .....	7
1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE	
1.2.1 – Expediente encaminhado à publicação (Vide Parte II) .....	7
1.2.2 – Oradores	
Senadora Ana Amélia – Comentários acerca do Dia Nacional de Combate ao Câncer; e outros assuntos	7
Senador Paulo Paim – Críticas às propagandas de rádio, jornal e televisão do Governo Federal sobre a reforma da previdência; e outros assuntos .....	12
Senador Sérgio de Castro – Posicionamento favorável à reforma da previdência .....	18
Senador Valdir Raupp, como Líder – Satisfação com a decisão do governo de Rondônia de aumentar o teto de faturamento das micro e pequenas empresas para enquadramento no Simples Estadual; e outro assunto .....	21
Senadora Vanessa Grazziotin – Críticas à reforma trabalhista; e outro assunto .....	26
Senador Cristovam Buarque – Comentários a respeito de reportagem publicada na revista <b>Veja</b> sobre os novos ricos do Brasil .....	33
Senador Paulo Rocha – Críticas à proposta do Governo Federal de reforma da previdência .....	35
Senador Lindbergh Farias – Manifestação contrária à proposta do Governo Federal de reforma da previdência; e outros assuntos .....	37
1.3 – ENCERRAMENTO .....	49

### PARTE II

#### 2 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 181ª SESSÃO



## 2.1 – EXPEDIENTE

### 2.1.1 – Comunicação

Da Senadora Fátima Bezerra, que encaminha relatório de viagem realizada por S. Ex<sup>a</sup> em missão em 12 e 13 do corrente, nos termos do Requerimento nº 932/2017. .... 51

### 2.1.2 – Discurso encaminhado à publicação

Senador Paulo Paim – Íntegra do discurso de S. Ex<sup>a</sup>, nos termos do art. 203 do Regimento Interno .. 53

### 2.1.3 – Matérias recebidas da Câmara dos Deputados

Projeto de Decreto Legislativo nº 224/2017 (nº 502/2016, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Pró Cidadania e Cultura de Paracuru para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Paracuru, Estado do Ceará*. .... 59

Projeto de Decreto Legislativo nº 225/2017 (nº 536/2016, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Radiodifusão Comunitária de Catalão para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Catalão, Estado de Goiás*. .... 61

Projeto de Decreto Legislativo nº 226/2017 (nº 703/2017, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Beneficente Artística e Cultural Guaraniense de Rádio e TV para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Guarani, Estado de Minas Gerais*. .... 63

*Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, aos Projetos de Decretos Legislativos nºs 224 a 226/2017*. .... 65

### 2.1.4 – Mensagens do Presidente da República

Nº 465/2017, na origem, que comunica que o projeto de lei que *institui o Dia Nacional do Ciclista*, foi sancionado e convertido na Lei nº 13.508/2017. .... 67

Nº 467/2017, na origem, que comunica, com a restituição dos respectivos autógrafos, a promulgação das partes vetadas do Projeto de Lei do Senado nº 130/2014-Complementar (Veto Parcial nº 24/2017), sancionado e transformado na Lei Complementar nº 160/2017. .... 68

Nº 470/2017, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 2/2017, sancionado e transformado na Lei nº 13.510/2017 .... 70

Nº 471/2017, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 3/2017, sancionado e transformado na Lei nº 13.511/2017 .... 71

Nº 472/2017, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 4/2017, sancionado e transformado na Lei nº 13.512/2017 .... 72

Nº 473/2017, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 5/2017, sancionado e transformado na Lei nº 13.513/2017 .... 73

Nº 474/2017, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 6/2017, sancionado e transformado na Lei nº 13.514/2017 .... 74

Nº 475/2017, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 7/2017, sancionado e transformado na Lei nº 13.515/2017 .... 75

Nº 476/2017, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 9/2017, sancionado e transformado na Lei nº 13.516/2017 .... 76





Nº 477/2017, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 10/2017, sancionado e transformado na Lei nº 13.517/2017 .....	77
Nº 478/2017, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 11/2017, sancionado e transformado na Lei nº 13.518/2017 .....	78
Nº 479/2017, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 14/2017, sancionado e transformado na Lei nº 13.519/2017 .....	79
Nº 480/2017, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 16/2017, sancionado e transformado na Lei nº 13.520/2017 .....	80
Nº 481/2017, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 28/2017, sancionado e transformado na Lei nº 13.521/2017 .....	81

### **2.1.5 – Ofício da Câmara dos Deputados**

Nº 1.432/2017, na origem, que comunica a verificação de erro material no texto dos autógrafos encaminhados ao Senado Federal referentes ao Projeto de Lei de Conversão nº 37/2017 (proveniente da Medida Provisória nº 791/2017). ....	83
--	----

### **2.1.6 – Requerimento**

Nº 1.011/2017, da Senadora Fátima Bezerra, de autorização para desempenho de missão em 27 do corrente. ....	87
---	----

## **PARTE III**

<b>3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL .....</b>	<b>89</b>
<b>4 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA .....</b>	<b>92</b>
<b>5 – LIDERANÇAS .....</b>	<b>93</b>
<b>6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS .....</b>	<b>97</b>
<b>7 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO .....</b>	<b>106</b>
<b>8 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES .....</b>	<b>112</b>
<b>9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS .....</b>	<b>161</b>



## Ata da 181ª Sessão, Não Deliberativa, em 27 de Novembro de 2017

### 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Paulo Paim, Sérgio de Castro, Valdir Raupp, Paulo Rocha, Cristovam Buarque e Lindbergh Farias.*

*(Inicia-se a sessão às 14 horas e 4 minutos e encerra-se às 17 horas e 12 minutos.)*



**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal* (**Vide Parte II do Sumário**)

Há oradores inscritos.

Em permuta com este Senador, passa a falar, em primeiro lugar, a Senadora Ana Amélia, e eu falarei em segundo lugar, pelo tempo de 20 minutos.

**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Caro Senador Paulo Paim, que preside esta sessão, caros telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, hoje, 27 de novembro, é o Dia Nacional de Combate ao Câncer. Dados do Instituto Nacional do Câncer (Inca) mostram que 600 mil casos foram registrados no ano passado no Brasil, do ano passado para cá. A incidência dessa doença está aumentando assustadoramente e são diversos os tipos dessa doença em nosso País: o câncer de pele; o câncer de próstata, no caso dos homens, por isso temos o Novembro Azul, que ainda está transcorrendo; o câncer de mama, e por isso temos o Outubro Rosa, prevenção ao câncer de mama; o colorretal; o colo de útero, e o câncer de pulmão. E para homens e mulheres o câncer de pele é o de maior incidência, com 29%. De todos os casos de câncer, pelo menos 29% se referem ao câncer de pele. Isso ocorre exatamente na Região Sul do País, onde as pessoas de origem europeia, com peles muito claras, expõem-se ao sol, especialmente na época de veraneio ou não tomam os cuidados com bloqueadores solares, com proteção de chapéu, com roupas adequadas. Isso contribui seguramente, evidentemente há as questões genética também, para essa incidência. Um dos motivos é a exposição solar sem os cuidados adequados, como eu me referi há pouco.

Depois do câncer de pele, há diferença entre os locais de incidência em homens e mulheres. Nos homens, os tipos mais comuns são o câncer de próstata, pulmão e colorretal. Nas mulheres, mama, colorretal e colo de útero. O câncer de pulmão está em quarto lugar quanto ao número geral de casos de câncer em nosso País.

Apesar do *ranking* nacional, o Brasil é um País extenso, continental e bastante diverso, o que gera diferenças socioeconômicas e também culturais, resultando em diferentes incidências de câncer conforme a região em que se vive. Um exemplo é o câncer de colo de útero na Região Norte, que ocupa o primeiro lugar, enquanto que, na Região Sul, é o quarto.

Já em relação ao âmbito nacional, na Região Sul aparece, em relação aos principais fatores de risco, o tabagismo, tanto para fumantes quanto para quem convive com eles, estando expostos à fumaça do cigarro e aumentando a probabilidade de desenvolver câncer de pulmão nas vias respiratórias; alimentação, principalmente quanto ao consumo de carnes processadas, podendo ocasionar câncer de colo retal; sedentarismo; obesidade; consumo de álcool; exposição solar.

A prevenção aos fatores de risco é de extrema importância já que os cânceres costumam ser silenciosos. Por isso a relevância de uma detecção precoce já que a doença pode não ser curada, mas pode ter estancado o seu avanço. Talvez isso dê ao paciente com câncer uma qualidade de vida melhor.

Eu tenho a honra, Senador Paulo Paim, de ter sido a autora aqui de uma lei que está em vigor e que obriga os planos de saúde a fornecerem aos pacientes que são clientes dos planos de



saúde a chamada quimioterapia oral, que é o comprimido que a pessoa toma e que, ao contrário da quimioterapia convencional, tem um tratamento de maior eficácia do ponto de vista da ciência.

Com o Senador Waldemir Moka e com o Senador Walter Pinheiro, nós produzimos aqui um projeto já aprovado pelo Senado, que está na Câmara dos Deputados e que trata de agilizar as pesquisas clínicas em nosso País. O que é isso? Uma série de burocracias de vários órgãos a que são submetidos esses registros de pesquisa clínica atrasa o Brasil a entrar no ciclo da modernização de medicamentos revolucionários que possam tratar do câncer.

O caso veio ao meu gabinete por um portador de câncer, Afonso Haas, lá de Ijuí, que, com câncer de pulmão aos 56 anos, Senador, teve esse diagnóstico sem nunca ter fumado. E o médico oncologista, Dr. Fábio Frank, colocou-o num grupo de pesquisa clínica para fazer um teste com novos medicamentos.

Essa pessoa, que estava com câncer num estágio avançado, pôde conviver por cinco anos com sua família, administrando, pela medicação o cuidado dessa pessoa. O que são cinco anos na vida de uma pessoa? É muito tempo. E é exatamente essa possibilidade que é dada ao paciente de câncer ao entrar numa pesquisa clínica. Quanto maior for a chance de entrada, maior a chance, se não de curar a doença, como foi o caso de Afonso Haas, lá de Ijuí, de ter pelo menos o direito, como ele teve, de ficar com a família durante cinco anos, com uma vida normal, trabalhando na sua empresa, convivendo com a família, vendo a filha se formar na faculdade de odontologia, em Passo Fundo.

Então, eu trago esse caso porque foi ele que nos inspirou a fazer esse projeto que agora está na Câmara dos Deputados. Eu espero que ele tenha a mesma acolhida que teve dos Senadores, porque é um avanço para os pesquisadores, para a ciência, para a Medicina, para a indústria farmacêutica, mas especialmente para a pessoa mais importante: o paciente de câncer.

Eu tenho a honra de ter sido a autora desse projeto e também de um outro projeto que já está também em vigor, que foi sancionado pelo Presidente e que trata de estabelecer um mamógrafo especial para mulheres deficientes, Senador Paim, o senhor que lida muito com Estatuto do Deficiente. Esse mamógrafo seria para a mulher cadeirante ou para a mulher paraplégica ou tetraplégica, que tem dificuldade. Então, seria um equipamento ajustado para que essas mulheres tenham acesso e direito de fazer a prevenção.

Então, ao celebrar isso tudo, hoje a Rádio CBN fez também uma matéria extensa, mostrando exatamente o atraso que é a pesquisa clínica em nosso País, do ponto de vista do que ela representa para os pacientes.

Queria, Senador Paim, mencionar, agora, rapidamente, porque já estou com dez minutos de uso aqui da tribuna, uma declaração da Ministra Cármen Lúcia dada ao jornal *O Estado de S. Paulo*, neste final de semana, que é bastante confortadora para aqueles que acreditam que é preciso um equilíbrio dos Poderes. Na questão do abuso de autoridade, matéria que está no Supremo Tribunal Federal, foi feito um pedido de vistas, lamentavelmente. A matéria já tinha sido submetida a um outro pedido de vistas anterior, do Ministro Alexandre de Moraes, e agora, depois de sete votos favoráveis ao relatório do Ministro Barroso, o Ministro Dias Toffoli – fazendo uso do seu direito, claro – pediu vistas do processo, um processo que já estava com sete votos favoráveis. O voto do Ministro Alexandre de Moraes não alterou, na essência, a questão relacionada ao estabelecimento da Lei de Abuso de Autoridade já submetida e aprovada nesta Casa, no Senado Federal, e que agora está na Câmara, numa comissão especial que deve examiná-la.



Eu espero que a Câmara, como aqui nós fizemos, depois de um grande esforço de todos os Senadores e Senadoras, também vote esta matéria. A Lei de Abuso de Autoridade não é apenas mirando no Presidente da República, no Presidente do Congresso, do Senado, da Câmara ou da Presidente do Supremo Tribunal Federal; é de toda autoridade, que não pode exacerbar aquilo que ela entende por sua autoridade. Não. Nós temos que respeitar o cidadão, a democracia e a cidadania, porque hoje, se alguém ousa exacerbar essa autoridade, fere a democracia e fere o direito do cidadão. Isso passa por qualquer autoridade, até por um guarda de trânsito.

Então, nós temos que entender a prática do abuso de autoridade nessa convivência respeitosa; cada um estabelecendo o seu limite de competência e prerrogativa.

Com muito prazer, concedo o aparte ao Senador do nosso Estado do Espírito Santo.

**O Sr. Sérgio de Castro** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - ES) – Senadora Ana Amélia, quero me juntar à senhora na valorização desse tema. Entendo que esse projeto realmente precisa ter sua tramitação agilizada, que ele é muito relevante para o nosso País. E, como a senhora bem citou, nós, infelizmente, constatamos, especialmente nas pessoas que têm pequenos poderes, a prática do abuso de autoridade. E, da mesma maneira que nós empoderamos as pessoas, dando a elas autoridade, nós também, como cidadãos viventes numa democracia, precisamos dizer o limite dessa autoridade para que não haja abuso.

**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Senador Sérgio de Castro, que é de um Partido com muitos vínculos no meu Estado, o PDT; o Brizola foi o grande líder do seu Partido, o senhor do Espírito Santo hoje.

Eu quero lhe dizer que exatamente a gente esquece porque, quando a gente mira abuso de autoridade, só se está lembrando das mazelas que nós temos na questão relacionada aos tribunais superiores, ao próprio embate com o Congresso Nacional, à autoridade maior da Casa, o Presidente do Senado, Presidente da Câmara, mas não é. Talvez, do ponto de vista do cidadão, a autoridade maior é esta: até de um fiscal tributário, até de um fiscal do trabalho, até de um policial que aborde, de uma patrulha rodoviária.

A autoridade está nesses níveis, e o cidadão precisa reagir ao comportamento inadequado de um abuso eventual de autoridade. Por isso, é importante que a lei venha nessa hora para que nós nos eduquemos, e não só quem tem autoridade, para exercê-la adequadamente, e pensando sempre no cidadão. Quem paga o salário de qualquer agente público, senão o cidadão? E tudo que nós fazemos aqui, parece, é nos esquecendo desse cidadão, que é quem paga a conta – tem maus serviços, paga muito imposto, mas o cidadão não está sendo levado em conta.

Quando se discute aqui a questão relacionada à avaliação de desempenho do servidor público, não se está querendo, absolutamente, retirar a estabilidade; não é isso. A Constituição está lá, pedindo que se regulem isso. Está-se avaliando. Ou será que está correto quando alguém falta ao trabalho, deixa lá o seu paletó na cadeira e não aparece? O cidadão que precisa daquele serviço vai ter que voltar duas, três, quatro vezes, e é ele que está pagando o salário daquele funcionário ausente. Isto é o que temos que fazer: temos que nos preocupar com a sociedade, com o povo, que está sofrendo o mau serviço que recebe do setor público. O abuso de autoridade vem também nesse, digamos, cenário de exacerbação de algumas corporações, que querem cada vez mais aumentar o seu poder, mas preocupando-se muito menos, muito pouco com a sociedade.

Eu queria dizer também que a Ministra Cármen Lúcia fez essa declaração, defendendo o abuso de autoridade, e ela lembrou até que, com a lei, com a questão do foro privilegiado e do abuso de autoridade, vai mudar bastante também a situação relacionada à questão do foro



privilegiado. A mudança do alcance do foro e do abuso de autoridade pode levar 90% dos processos penais do Supremo Tribunal Federal para outras instâncias, o que dá a questão da autoridade – inclusive inquéritos da Operação Lava Jato. Então, nós teremos aí uma nova estrutura de trabalho para as próprias cortes.

Eu queria terminar também dizendo que a Ministra Cármen Lúcia defendeu a prisão dos condenados em primeira instância. Acho que esse é um tema que está suscitando alguma polêmica, mas penso que a posição tomada pela Ministra da Suprema Corte, que já se posicionou favoravelmente em outras ocasiões sobre essa delicada matéria...

Por fim, Senador Paim, tive a honra de ter participado de um grupo de quatro Senadores, com os Senadores Anastasia, Simone Tebet, Wellington Fagundes, e junto com Deputados e Deputadas Federais, de uma missão liderada pela Marinha do Brasil para conhecer o continente antártico, Senador Sérgio. Eu fiquei impressionada porque não temos informações suficientes sobre o que é aquilo. A gente imagina que seja um pedaço de terra gelada. Na verdade, o continente antártico tem um território igual ao tamanho do Brasil mais a metade. Portanto, o Brasil mais uma metade do Brasil é o tamanho do território da Antártica.

Lá, a Marinha desenvolve e lidera o Proantar (Programa Antártico Brasileiro) com o Navio de Apoio Oceanográfico H 44, o Gigante Vermelho – ele é dessa cor para diferenciar, porque está no meio de um cenário só branco, com neve por todos os lados –, ancorado ali na Baía do Almirantado, também com o apoio da Força Aérea Chilena. Nessa área, na Ilha do Rei George, ou King George Island, estão Rússia, Polônia, Argentina, Chile e Brasil. São estações separadas que convivem fraternalmente, mas cada uma faz o seu trabalho.

Tive o prazer de ter encontrado lá dois pesquisadores do meu Estado do Rio Grande do Sul, da Unisinos, que é uma das universidades que integram o projeto Proantar, e também a Fundação Universidade de Rio Grande (Furg), que é responsável por todo o apoio logístico, porque a vestimenta que se usa lá é uma vestimenta própria: botas, uma jardineira, uma jaqueta enorme, pesada, e mais chapéu próprio; muita proteção. Então, de tudo aquilo é sempre feita a lavagem, a limpeza, e volta para as missões que prosseguem na Antártica. No inverno, a temperatura lá é de menos 30 graus; e, no verão – estávamos lá agora –, menos 1 grau.

As pesquisas são feitas para avaliar a composição da água, a composição dos ventos, o comportamento das geleiras; avaliar também a fauna, os pássaros, os pinguins, as focas, os animais marinhos que estão ali, habitando aquele continente gelado.

Existe um tratado que determina – o chamado Tratado de Madrid – que ali só pode ser feita pesquisa científica, porque houve cobiça para a ocupação daquele território, que ainda é um grande mistério, mas que ali existem muitas e incríveis riquezas não há dúvida; e é preciso descobri-las. Então, isso está gerando, nesse acordo de Madrid, o que futuramente vai acontecer. Hoje, mais de 50 países estão lá com as suas estações, fazendo essas explorações científicas, exclusivamente científicas – não de domínio territorial, porque isso deverá ser discutido daqui a 40, 50 anos, novamente.

Mas o que eu queria destacar primeiro é a liderança da Marinha num trabalho de grande qualidade profissional, estratégico mesmo para o Brasil, um País continental também, que tem um mar extenso, um litoral muito extenso. Mas chegar àquela região e estar lá participando de igual para igual com as grandes nações – Estados Unidos, Canadá, Rússia, Polônia –, para nós isso tem um valor importante.



Às vezes, a sociedade diz: "Ah! Mas falta dinheiro para a saúde". Não são excludentes, são importantes! É importante, Senador Sérgio, que o Brasil esteja presente ali, porque isso tem, para o futuro, um grande espaço.

Eu queria cumprimentar o Almirante Leal Ferreira, que é o Comandante da Marinha, por liderar um grupo de oficiais e de militares de todas as patentes, da Marinha, de um envolvimento, de um compromisso com os interesses nacionais extraordinário! Oficiais da melhor preparação acadêmica, estratégica, do ponto de vista da logística.

Ali, para todos nós e os Deputados – para mim especialmente, que tinha chegado no máximo até Ushuaia e a Rio Gallegos, na Argentina, no glaciário Perito Moreno –, foi uma surpresa entrar no continente propriamente dito, que é o continente Antártico. Então, isso foi uma grande descoberta, e penso que o Brasil está, cada vez mais, fazendo um trabalho extraordinário. Talvez isso também justifique por que os militares hoje, no Brasil, têm um respeito da sociedade brasileira tão acentuado. Se você pegar em qualquer *ranking* quais são as instituições mais respeitadas no Brasil, estão os militares – Exército, Marinha e Aeronáutica. Ali, compartilham as três Armas a responsabilidade de levar o Brasil.

No ano que vem estará concluída a Estação Comandante Ferraz, que é a estação onde serão feitos os estudos. Hoje, estão lá contêineres servindo de base para o acolhimento desses pesquisadores, e a chegada até lá é um exercício, eu diria que uma espécie de maratona esportiva até. A gente sai de um avião militar, o Gordo, que é um Hércules C-130, um avião de carga, viaja três horas de Punta Arenas até a base onde está a Força Aérea Chilena. Ali, se pega um helicóptero Esquilo, três pessoas paramentadas, e se vai até o navio. O navio fica ancorado, e, depois, na visita à estação, é preciso descer por uma escada de cordas do navio até um bote inflável, em águas muito geladas. Não pense em cair ali dentro – em cinco minutos você estará morto, porque aquela água causará hipotermia. Aí você vai, então, até a estação, saindo desse bote inflável. É preciso um pouco de energia para chegar até lá e, por isso, a valorização dos pesquisadores, dos militares que estão desenvolvendo esse trabalho.

Nós precisamos, aqui no Senado e na Câmara, cuidar do orçamento para esse projeto. É muito importante, tão importante quanto cuidar do orçamento para a saúde, do orçamento para as estradas, do orçamento para a educação; todos eles são relevantes. Então, não podemos descuidar disso. Quando o cobertor é curto é sempre assim: tem que mandar para um lugar, falta do outro.

Eu queria renovar o agradecimento à Marinha, aos oficiais todos, ao Comandante Leal Ferreira pela oportunidade que deu, porque todos nós ficamos emocionados de ver, como cidadãos e como Parlamentares também, aquele trabalho que está sendo feito lá naquela terra tão gelada, tão fria, tão misteriosa, mas que tem tantas potencialidades, para saber inclusive qual é o impacto da mudança climática sobre as lavouras brasileiras, sobre a produção agrícola brasileira. Isso vai ser descoberto com os estudos que estão sendo feitos lá nesse projeto Proantar, o Programa Antártico Brasileiro.

Então, eu queria trazer isso até como agradecimento, mas para compartilhar informações muito relevantes a respeito do que está sendo feito pela Marinha do Brasil e pelo Brasil no Continente Antártico, que é ainda um mundo de mistérios.

Muito obrigada, Senador Paim.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senadora Ana Amélia, pelo informe que passa.





Eu pergunto se a senhora ou o Sr. Sérgio de Castro pode presidir. Parece-me que a senhora tem um compromisso. Eu sou o próximo a falar.

Se o senhor puder presidir, em seguida eu presido para V. Ex<sup>a</sup> falar, porque eu sei que ela tem um compromisso agora às 15h. (*Pausa.*)

Passo a palavra ao Senador Sérgio de Castro para presidir os trabalhos. (*Pausa.*)

*(O Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Sérgio de Castro.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio de Castro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - ES) – Passo a palavra ao mui digno Senador Paulo Paim, Senador reconhecido pela paixão e pela competência com que defende as suas crenças.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Sérgio, é uma alegria estar neste momento na tribuna, V. Ex<sup>a</sup> presidindo. Em seguida, vou presidir para que V. Ex<sup>a</sup> possa usar a palavra.

Senador Sérgio, eu estou muito preocupado com o debate que se está fazendo neste País, muito mais por propaganda de rádio, jornal e TV, sobre a reforma da previdência.

Eu tenho dito que é impossível aprovarem essa reforma este ano, a não ser que rasguem o Regimento e a própria Constituição, porque a partir da semana que vem nós teremos, na verdade, quatro dias, porque, como todo mundo sabe, as votações de temas polêmicos aqui no Congresso acontecem às terças e quartas. Não se vota tema polêmico na quinta-feira, e muito menos na sexta ou na segunda. Então, eles terão quatro dias para votar um tema como este, e tem que haver um interstício de cinco sessões entre as duas sessões de votação, com três quintos em cada Casa.

Os movimentos sociais e sindicais, corretamente, marcaram para o dia 5 de dezembro uma grande mobilização, de greve nacional, para que a população deixe claro que não aceita essa reforma da previdência. Eu tenho aqui o cartaz – vou vir aqui todos os dias para falar disto – dizendo que faltam oito dias para greve nacional, que vai se dar no dia 5 de dezembro, contra a reforma da previdência.

Eu sempre digo, Senador Sérgio, e peço que me desculpe a expressão, que serve para todos nós, que bobo não chega ao Congresso; não vira Deputado Federal, nem Senador. Senão, não chegaria aqui. E os Senadores sabem que 95% da população não quer essa reforma da previdência. E os Parlamentares – é natural – estão olhando para as eleições de 2018. Eles têm que olhar para as causas que eles defendem, para o mérito de cada proposta, mas também para as eleições. E nesse sentido eu vou ler hoje um documento que eu recebi da CNBB, um artigo com o título "Proteção social sem lógica mercantil", de autoria de Dom Reginaldo Andrietta, Bispo Diocesano de Jales.

Dom Reginaldo Andrietta, Bispo Diocesano de Jales, assina o artigo "Proteção social sem lógica mercantil", sobre a reforma da previdência. Até o Papa assinaria esse artigo, com certeza absoluta, e por isso a CNBB endossa o que ele aqui diz.

O projeto de Reforma da Previdência Social será votado na Câmara dos Deputados tão logo [palavras dos bispos] se concluam as negociações do Executivo com o Legislativo, [destaco aqui] na forma de “compra de votos” por meio de cargos e emendas parlamentares [e sabe-se lá o que mais]. Este projeto reduz direitos constitucionais e



ameaça [diz aqui o Bispo] a vida de milhões de brasileiros, de modo especial os socialmente vulneráveis.

A Constituição de 1988 [eu fui Constituinte], ainda em vigor, assegurou um sistema avançado de proteção social, conquistado a duras penas pela classe trabalhadora no bojo das lutas pela redemocratização do Brasil.

Eu estava lá. Eu acompanhei passo a passo. Até muitos dizem, Senador Sérgio, que preside a sessão, que nós não teríamos assinado, que o PT não assinou. Bobagem! Todos os partidos assinaram. Eu tenho foto ao lado do meu filho, que era um moleque e hoje está com 30 anos, onde estou assinando a Constituição.

"A classe dominante [diz o bispo da CNBB] jamais aceitou esse e outros avanços [que colocamos na Constituição], em última instância, que apenas asseguram as bases para a construção de uma sociedade verdadeiramente democrática e justa."

Lá, eu debati com o Centrão – eu me lembro –, com Jarbas Passarinho e tantos outros. Dava para dialogar, para conversar, e avançamos nesse texto que aqui estamos defendendo.

Aí lembra o bispo:

O congelamento por 20 anos dos gastos com programas sociais e a recente reforma trabalhista ferem gravemente nossa “Constituição Cidadã”. Agora, a Proposta de Emenda Constitucional 287, que reforma a Previdência Social [ou que acaba com a previdência social], se for aprovada, dificultará o acesso à aposentadoria de milhões de trabalhadores, [...] rurais [e urbanos], reduzirá drasticamente o acesso ao Benefício de Prestação Continuada, que é o benefício assistencial ao idoso e à pessoa com deficiência, e cortará pela metade as pensões de viúvas e viúvos.

Os argumentos utilizados para essa reforma previdenciária são enganadores [e mentem na televisão].

Olha, quando eu vi um comercial, eu tive que rir para não chorar. Então, o cidadão pergunta: "Mas a idade mínima vai aumentar?" Aí o outro, em nome do governo, diz: "Não vai aumentar." Como que não vai? A idade da mulher vai aumentar em dez anos e a do homem, cinco anos.

Argumentem, mas não mintam! É muita cara de pau ir para a televisão e não dizer o que eu estou dizendo aqui. Hoje, para a mulher se aposentar, são 30 anos. Passará, no mínimo, para 40. Para o homem, no mínimo, 35. Passará para 40. E a idade? A mulher vai aumentar sete anos. Hoje é 30 anos. Vai passar...

Eu me enganei. É ainda pior. Para a mulher, hoje é 30 anos. Vai passar para 40. Para o homem, vai de 35 para 40. Significa que a mulher será a grande prejudicada. Nós falamos que a mulher é tão discriminada neste País, mas essa proposta que o Governo mandou, que é outra reforma... Eu estou entendendo que não vai passar pela comissão especial e querem colocá-la direto no Plenário. É outra reforma! Quem mais perde com essa reforma é a mulher.

Causa espanto... Eu me lembro aqui que essa constatação de que a Previdência é deficitária é falsa. O déficit alegado é falso. Os números são manipulados. Aí diz ele: "Essa constatação foi feita pela própria Comissão Parlamentar de Inquérito da Previdência Social..." Eu a presidi e Hélio José foi o Relator, em que a Base, inclusive, do Governo, os Senadores, aprovaram, por unanimidade, o nosso relatório, o relatório da Comissão. Não houve um voto contra.



"Causa espanto um dos argumentos utilizados [segundo ele] pelo Presidente da República para essa reforma que o brasileiro daqui a pouco viverá 140 anos." Presidente da República, mostre que você não faltou com a verdade e me diga um país, um, pode ser de primeiro mundo, onde homens e mulheres vivem 140 anos – um país e uma pessoa que esteja com 140 anos! Nós somos de terceiro mundo. Todo mundo sabe que, no primeiro mundo, as condições sociais, econômicas, de saúde e de educação, em todos os sentidos, são muito melhores que o Brasil, e lá eles não vivem 140 anos. Como é que nós vamos viver 140 anos aqui?

Nossa Lei Magna está sendo assim mutilada.

Em consequência, os pobres, já crucificados [como diz sempre o Papa] estão sendo ainda mais sacrificados com o desmonte descarado do sistema de proteção social. Instaura-se assim a barbárie no Brasil. Perde-se a civilidade.

O Governo de plantão quer que o Estado adote a política de Pilatos. Este "lavou as mãos" na condenação de Jesus. Trata-se da política de "Estado Mínimo" que se exime de sua responsabilidade de proteger sobretudo os mais desvalidos.

Sim, eu me lembro, eu falei aqui um outro dia, de fato, Pilatos lavou as mãos e deixou que Jesus fosse crucificado. O que o Governo está pedindo aqui é que o Congresso lave as mãos e entregue a população para o sacrifício de ter que, mais uma vez, pagar as contas da Previdência que já pagou. Quem não paga são os grandes devedores: JBS, bancos... Eu ouvi a todos na CPI e todos diziam: "Devo, não nego, não pago, estou discutindo e estou esperando um novo Refis, em que serei perdoado em grande parte da dívida."

Agora o povo, como eu digo sempre, Senador Sérgio, Presidente, não paga a luz para ver, não paga a água para ver. Se compra um carrinho e não paga, se compra um apartamento e não paga, se compra uma TV e não paga, se compra um trator e não paga, tiram! E os grandes devedores não pagam e fica tudo por isso mesmo.

O grau de respeito à dignidade humana de uma nação deve ser também medido por seu sistema de proteção social [que com essa reforma acaba].

"A Doutrina Social da Igreja é clara na definição do papel do Estado de salvaguardar os direitos, sobretudo dos mais pobres, garantindo, por exemplo, o acesso a um sistema de proteção social que não esteja submetido à lógica mercantil. Afinal, proteção social deve ser comprada?" Claro que não. "Um sinal muito particular de respeito humano é a proteção às pessoas idosas, a ser garantida, especialmente, por uma aposentadoria justa." E não como eles querem fazer ao entregar para o sistema financeiro a nossa Previdência. E o sistema financeiro são os grandes devedores. Eles que não pagam. E eles não pagam por gosto, que é para ver se quebra e eles tomam conta.

"Clamam aos céus o desprezo sofrido por elas. O Salmo 79:1, traduz, sabiamente, o clamor do idoso: 'Não me rejeites na minha velhice, não me desampares quando forem acabando as minhas forças.'" É isso que o Governo está fazendo e é isso que o bispo aqui diz. Não sou que estou dizendo. É o bispo. Eu estou lendo o documento do bispo.

"O livro de *Levítico*, 19:32, exorta: 'Levante-se diante de uma pessoa de cabelos brancos e honre o ancião.'" Que tal, então, levantarmos-nos em respeito às pessoas idosas de hoje e de amanhã? Que seja um levante popular, evidentemente pacífico, mas que se faça um levante contra essa reforma.



Diz o bispo: "Que tal, por exemplo [e essa é a decisão da CNBB], distribuímos ostensivamente 'santinhos' [nas igrejas, nos bairros, nas construções, no campo e na cidade] com nomes, fotos e partidos políticos dos legisladores que votarem a favor dessa reforma da previdência, denunciando-os em seus currais eleitorais?" É o que diz a Igreja.

Só que eu vou além. Eu queria muito que não fosse a Igreja Católica. Eu queria que fosse um verdadeiro culto ecumênico: religiões de matriz africana, espíritas, evangélicos – não importa qual a linha de cada igreja evangélica –, ateus, estudantes, trabalhadores do campo e da cidade, enfim, idosos, claro, distribuindo folhetos por todo o País, usando a internet, as redes sociais... Isso não pode ficar assim. Eu não acredito que eles vão ter a cara de pau de querer aprovar essa reforma.

Aí diz, por final, o bispo: "David venceu Golias com uma simples funda. A força dos fracos está nas ações simples e contundentes." E coletivas, eu diria.

Alguém já disse: o povo talvez não saiba a força que tem. Eu sempre falo da história do voto. Há um poema que é de um ex-governador gaúcho, Alceu Collares, em que ele diz: "Tua arma, teu voto; tua arma, teu voto; estava ao alcance da mão. Ali que você fará a verdadeira revolução. Tua arma, teu voto; está ao alcance da mão. Faça a revolução". Revolução da paz, da igualdade, da justiça, da não violência e que aponta para a educação.

Eu poderia aprofundar mais, Sr. Presidente, os dados sobre a CPI da Previdência. Nesta semana que passou, eu votei favoravelmente à anistia para prefeitos, prefeituras, Estados e o DF de uma dívida junto à União, porque o Governo também se convenceu, porque havia vetado, depois recomendou a derrubada do veto, porque ele viu os números da CPI, e a CPI provou que a Previdência é superavitária. São bilhões e bilhões. Eu vou deixar o documento junto à Mesa.

Só um deles, por exemplo, porque o meu tempo já está terminando, só a DRU, Sr. Presidente, retirou da Previdência, entre 2000 e 2015, em torno de R\$620 bilhões. Se você atualizar pela taxa Selic, sabe quanto que dá aqui, só aqui? Dão R\$1,5 trilhão, que devia estar num fundo.

Depois, se você pegar ainda as anistias, o que não foi cobrado, os Refis, enfim, o desvio do dinheiro da Previdência para outros fins, dá quase R\$4 trilhões. Está no relatório, está lá. Contestem o relatório, digam que não é verdadeiro. Aí, eles falam: "Não, mas eu peguei só o último ano." A Previdência é como se fosse um fundo, é um banco social. Peguem os últimos 20 anos, peguem os últimos 15 anos, peguem os últimos 10 anos, peguem os últimos 30 anos se quiserem, se não vão dar trilhões – trilhões – que deviam estar depositados. Não estão, porque o dinheiro foi desviado.

E o triste disso tudo, Sr. Presidente, é que eles querem cobrar de novo do trabalhador, aquele que paga do seu salário, religiosamente. É só ele que vai pagar, é só ele que será penalizado. Esse papo furado dos grandes é outra mentira. Já há uma lei aprovada aqui – eu dizia, há cinco anos, faz muito mais que isso –, que diz que quem entrar no serviço público, desde que a lei foi aprovada, se eu não me engano já foi há sete ou oito anos, todos se aposentarão com o Regime Geral da Previdência, que é em torno de R\$5,5 mil – todos. Quem não quiser vai ter que ir para aposentadoria complementar. Aí vai pagar à parte.

Então, vão atacar quem? Vão atacar a cúpula do Executivo? Claro que não. Eles se aposentaram com cinquenta e poucos anos, com R\$25 mil, R\$30 mil cada um. Vão atacar a cúpula do Congresso? Claro que não. Vão atacar quem acumula aposentadorias, de R\$20 mil, R\$30 mil cada uma? Chegam a ganhar 50 mil. Esses eles não atacam. Só querem atacar mesmo é da classe média para baixo.



Sr. Presidente, eu estou deixando aqui esses meus documentos e já deixei, num outro dia, o relatório total da CPI da Previdência. Permita-me que eu diga, Senador Valdir Raupp, que V. Ex<sup>a</sup> me autorizou a dizer que nessa reforma não vota, muitos Senadores estão dizendo isso. Eu espero que a Câmara dos Deputados também aja dessa forma, porque é inadmissível, senhores e senhoras, porque a gente vai tirar de novo dos que mais precisam.

E outra coisa que eu acho também vergonhosa é como atacam agora os servidores públicos. Propaganda paga, paga por quem? Pelo povo brasileiro. Quem é que paga a propaganda na TV? Aprovaram R\$90 milhões, recentemente, numa sessão do Congresso, para pagar a propaganda. Só faltam dizer que servidor público é tudo vagabundo, porque eles dizem: "Não, ganham bem e não trabalham." Mas o que é que é isso? Aqui, os funcionários do Senado, para mim, todos trabalham; do Judiciário trabalham, do Executivo trabalham.

E a lei já limitou, pois quem entrou nos últimos sete, oito anos, só entra ganhando o teto do Regime Geral. Não vão querer tirar o direito adquirido daqueles que fizeram concurso também. Aí não dá. E sabem que os servidores pagam sobre o total do vencimento. E eles são os únicos que pagam para o resto da vida. Nós outros – nós outros, incluo os Parlamentares –, depois de aposentados, não pagamos. Agora, os servidores, que vocês estão chamando todos os dias de vagabundos – e claro que eles estão indignados –, eles pagam pelo resto da vida. Passou o teto de R\$5,5 mil, mas eles vão pagar para o resto da vida.

Então, vamos parar de brincadeira, vamos fazer um trabalho sério. Eu sei que o Presidente está hospitalizado e espero que ele se recupere. Não sou daqueles da política do quanto pior, melhor, nem do predo, mato e arrebento. Quero que ele se recupere e, quando ele voltar, que recolha essa reforma, pois foi muito infeliz.

Vejam a infelicidade que foi a reforma trabalhista. Eu tinha já dito que isso não ia dar certo. Aprovaram. Estão aí quase mil emendas, 967 emendas numa medida provisória que vocês mandaram para tentar ajeitar a lambança que ficou a tal da reforma trabalhista. O que vão fazer agora? Vão fazer uma outra reforma? Eu me antecipei e criei uma comissão especial, porque sabia que isso não ia dar certo e estamos discutindo o estatuto do mundo do trabalho.

Na previdência, vão fazer a mesma coisa. Da forma como foi construída e ligando as duas, vocês vão quebrar a previdência. Já pensaram quando os netos, os bisnetos de vocês contarem a história de que no Brasil havia uma previdência saudável, que era só uma questão de gestão, de combate à sonegação, à corrupção e de não permitir o desvio do dinheiro para outros fins, mas que vocês quebraram essa previdência? Como rasgaram a CLT também; botaram no lixo a CLT, que veio desde a era de Getúlio até hoje.

Mas termino com a previdência, Sr. Presidente, fazendo um apelo em nome da democracia, da justiça, da paz, inclusive, porque isso vai criar um conflito muito grande. Deixem que um governo eleito em 2018, pela via democrática, seja quem for, ele que se debruce sobre a reforma da previdência e se debruce também sobre a esculhambação que ficou no mundo do trabalho. Um governo eleito pelo voto direto, com certeza, terá muito mais capacidade e respaldo do povo para fazer a alteração que entender adequada – claro, passando pelo crivo do Congresso.

Presidente, você deve estar no hospital e talvez esteja me vendo neste momento, você foi Presidente da Câmara e eu fui um dos Secretários da Mesa; muitas e muitas vezes sentamos na mesma mesa, tomamos o mesmo cafezinho, comemos a mesma bolachinha que era dada naquele tempo e agora também, e discutimos inúmeros temas: eu nunca vi você fazer lá o que está fazendo aqui. Nunca vi! Como é que alguém com a idade avançada pode ir mais para a linha do mal do



que do bem? É para a linha do mal. Eu quero, claro, que você se recupere e recolha essa reforma da Previdência.

Repito: 2018 está aí, novo Congresso eleito, Presidente eleito. Cada um apresente seu candidato, cada partido vai apresentar o seu. E o que for vitorioso vai ter a responsabilidade de responder ao País, à situação da educação, como está hoje, à situação da saúde, à situação da segurança, à situação da própria habitação, do saneamento básico, das rodovias. Está tudo um caos.

Eu sou apaixonado pelo ensino técnico. Foi lá que eu escrevi a minha vida. E por isso cheguei aqui. Os institutos estão todos fechando. Não há dinheiro para manter os institutos. As universidades estão aqui, a toda hora, de pires na mão, pedindo emendinha agora de Parlamentar para se manter, coisa que eu nunca vi, com 31 anos que eu tenho nesta Casa, aqui no Congresso – quatro mandatos lá, Senador Sérgio, e dois mandatos aqui. E nunca vi isso. Eu sempre mando as minhas emendas para todos os Municípios do Rio Grande. São 497, numa visão republicana. São duas emendas por mandato. Um ano, num mandato, eu mando para 100. No outro ano, eu mando para mais 100. São duas emendas por mandato, para cada Município, porque são quase 500. E não interessa o partido que está lá. Interessa que estou mandando para o povo.

Agora, os prefeitos vêm e me pedem: "Paim, eu sei que o seu critério é justo, você manda para todos os Municípios, no mínimo, duas emendas, mas agora os institutos estão fechando". A UERGS está com problema – a nossa Universidade Estadual do Rio Grande do Sul –, as universidades estão com problema, os hospitais estão pedindo emenda de Bancada, porque a parte da União não está mais indo para os Estados.

Diante essa situação de caos que se instalou no País, vamos pela via democrática apontar o caminho. Eu tenho certeza de que, com o Presidente eleito, com respaldo popular, que há de chegar lá com mais de 60 milhões de votos – tenho certeza de que vai chegar com mais de 60 milhões –, ele saberá apontar o caminho. Aproveitará o trabalho da CPI que fizemos.

E quero elogiar todos os membros da CPI, tanto da Base do Governo como da oposição. Todos trabalharam juntos. E construímos um relatório que é inatacável. Podem ver que ninguém reclama, ninguém fala do relatório da CPI. Ninguém fala porque sabem que, se nos chamarem para um debate, nós mostremos. Está aqui. São Procuradores da Fazenda, são companheiros de todos os partidos que estiveram no debate. Participaram Ministério da Fazenda, Ministério do Trabalho, Procuradores da Fazenda, Ministério Público do Trabalho, todos participaram. Os empresários participaram. Inclusive, os cinco maiores devedores de cada área nós chamamos lá – inclusive da educação, da saúde, das empreiteiras, dos bancos, todos foram chamados. E todos admitem que o problema está na gestão.

Eu termino, Sr. Presidente, e agradeço a tolerância de V. Ex<sup>a</sup>.

Quero que V. Ex<sup>a</sup> considere como lido também o outro pronunciamento que eu faço aqui e que é sobre o debate que estamos fazendo sobre o Estatuto do Trabalho. Queriam muito, Presidente, que eu botasse o nome de Estatuto do Trabalhador. Eu digo: não, vai ser Estatuto do Trabalho. Eu sou o Relator e quero construir algo que seja respeitoso com empresário e trabalhador, porque isso que fizeram aqui foi "estatuto do empregador". E tem que haver uma lei para o trabalhador também.

Então, eu não reconheço o que foi aprovado. Entrei com um projeto para rejeitar, e estamos recolhendo milhões de assinaturas, via movimento social e sindical, porque eu quero é o Estatuto do Trabalho.



De forma equilibrada aqui eu deixo, então, esse documento junto a V. Ex<sup>a</sup>. Comentei os três pronunciamentos: um deles é o Estatuto do Trabalho; o outro é os débitos dos grandes devedores com a previdência; e o outro é o documento que eu recebi da CNBB escrito por D. Reginaldo Andrietta, Bispo Diocesano de Jales.

É isso, Presidente Sérgio de Castro, V. Ex<sup>a</sup>, que é do PDT, que lembra muito o trabalho de Brizola, de Getúlio Vargas, de Jango, de Pasqualini, que, lá em cima, devem estar olhando para baixo e dizendo: "A que ponto chegamos". Parece que eu estou vendo o Getúlio falando: "Mas o que estão fazendo?". Aí o João Goulart vai dizer: "Pois é, para onde vai o nosso País?".

Eu poderia lembrar aqui tantos outros que era possível conversar: eu falei no início, falava do Jarbas Passarinho e falava do Covas. O Covas praticamente – era do PMDB na época – era uma grande liderança, inegável, e muito equilibrado. O Brizola esteve lá conosco inúmeras vezes. Eu sinto saudade desses homens. E, repito: Jarbas Passarinho, que liderava o centrão, mas era um homem que conversava, de diálogo; Covas; Ulisses Guimarães e tantos outros que eu já citei aqui. Brizola esteve lá diversas vezes dialogando conosco. Era um campo onde você podia dialogar.

Eu sempre conto uma história – e vou terminar –, que o direito de greve, quem defendeu na tribuna, por incrível que pareça, de um lado foi Mário Covas, e, de outro, Jarbas Passarinho; e ambos defenderam um texto que nós construímos. Eu fui a Minas, num teco-teco, na fazenda do Ronan Tito, e lá – porque ele era o Relator nessa área –, para discutir o texto, disse: "Leva esse texto, então; você lá defende e eu defendo". E aprovamos.

Bom tempo aquele. Este tempo de hoje não tem com quem conversar. Naquele tempo, claro, havia o Olívio Dutra, havia Lula, havia muita gente – Fernando Henrique foi Constituinte – com quem dava para estabelecer uma conversa. Hoje não há. Eles enfiam para cá um projeto, como este que veio da Câmara, a reforma trabalhista, só como exemplo, com 117 mudanças na nossa CLT. Não aceitaram uma vírgula que nós mudássemos aqui. Agora eu já estou vendo essa nova reforma, que eles trouxeram de novo, trabalhista, que vai chegar aqui, com 900 emendas, 967. E, daí, nós vamos poder emendar? E a da previdência: vão querer fazer o quê lá? Pelo que a gente viu, essa proposta da previdência é pior do que o projeto original, no seu conjunto – no seu conjunto. É inaceitável.

Por isso, Sr. Presidente, eu sou um amante da democracia e acredito que um Congresso eleito em 2018 e o novo Presidente poderão apontar o rumo para este País.

Obrigado, Presidente.

## DISCURSOS NA ÍNTEGRA ENCAMINHADOS PELO SR. SENADOR PAULO PAIM (Vide item 2.1.2 do Sumário).

*(Inseridos nos termos do art. 203 do Regimento Interno.)*

*(O Sr. Sérgio de Castro deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Valdir Raupp.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Com a palavra o Senador Sérgio de Castro, pelo tempo regimental.

V. Ex<sup>a</sup> dispõe de até 20 minutos para fazer seu pronunciamento.

**O SR. SÉRGIO DE CASTRO** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, telespectadores, ouvintes, eu vou ocupar esta tribuna para mais uma vez tratar de um tema ao qual resolvi me dedicar no período em estou passando aqui no Senado, o tema da gestão pública,





e, democraticamente, vou fazer um contraponto à manifestação do Senador Paulo Paim. Vou falar a favor do projeto da reforma da previdência.

Vivemos, neste final de ano que se aproxima, uma encruzilhada histórica. Refiro-me ao que se pode chamar de uma verdadeira batalha em torno da reforma da Previdência Social, que espero chegue aqui ao Senado para debatermos e melhorarmos o projeto.

Tema sempre controverso em todos os países que tiveram que discutir e alterar as regras de aposentadoria, a reforma da previdência, que vem sendo feita aos pedaços no Brasil já há alguns anos, também enfrenta aqui forte resistência por parte da população.

Essa resistência é natural, uma vez que todas as alterações de regras requeridas exigem sempre um quinhão maior de esforço da geração na qual ela acontece. Temos de convir que, de uma perspectiva imediata, os que a ela se opõem não deixam de ter um pouco de razão, já que não são eles os culpados pelos desequilíbrios. Lamentavelmente, ainda assim terão que dar uma contribuição maior para si mesmos e para as gerações futuras.

É preciso encarar o problema com racionalidade e compreender que o que não foi feito de maneira mais branda ao longo das décadas passadas precisa ser feito agora, é inadiável. E é imperioso agir logo, antes que esse quinhão de sacrifício se torne muito maior ou que cheguemos a um desastre de proporções iguais ou piores que aquele enfrentado recentemente pela Grécia, depois de muita comoção e de ações que resultaram em nada, a não ser na debacle daquele país.

Não faltam especialistas a apontar que estamos dançando à beira do precipício, embora ainda haja tempo para nos salvarmos. Um deles é o Consultor Legislativo desta Casa, Pedro Fernando Nery, em seu bem elaborado Texto para Discussão intitulado "Grécia e Brasil: um exercício de comparação de regimes previdenciários", de julho deste ano.

Ele adverte que o Brasil tem regras mais acessíveis aos principais benefícios previdenciários do que a Grécia tinha antes da crise. Além disso, a seu ver, o Brasil já possui indicadores de risco mais elevados que os da Grécia, e a nossa renda *per capita* é muito menor que a grega.

O Banco Mundial, em seu recém divulgado relatório sobre os gastos públicos, se refere ao nosso regime previdenciário como sendo uma conta impagável. Deveríamos ter uma reserva, deveríamos ter um fundo com as contribuições, mas isso já não existe. Não podemos contar com isso.

Não, não se trata de terrorismo. Eu jamais usaria argumentos falaciosos para convencer quem quer que seja. Se não estivermos todos convencidos pelos fatos e pelos dados, não seremos jamais capazes de adotar as providências de que o País necessita para sanar essa crise e para avançarmos na recuperação da economia, que a todos beneficiará, especialmente os mais de 13 milhões de brasileiros desempregados. É preciso tornar a previdência sustentável e trabalhar para não sermos a Grécia amanhã.

Para compreender bem a questão, é necessário vislumbrar o impacto das despesas da previdência no Orçamento da União. Os números são claros. De acordo com o Orçamento de 2017, as despesas com previdência em todos os regimes (geral e de servidores civis e militares), mais o Benefício de Prestação Continuada, somam cerca de 55% – 55% – do total da despesa primária da União. Se considerarmos as demais despesas obrigatórias, restam menos de 10% para que o Governo Federal coloque em prática suas políticas públicas e faça investimentos – muito difícil para qualquer governo, para qualquer gestor! Sinceramente, reitero o que já disse aqui quando tratei do tema do engessamento do Orçamento: é muito pouco! Menos de dez significa em torno de oito, oito e pouquinho.



De todo modo, o que é necessário entender é que a previdência não é sustentável no Brasil hoje. E ela não pode nem deve ser mantida com recursos da União destinados a outros fins. Além do mais, os especialistas afirmam que o crescimento absurdo da despesa previdenciária atrapalha o crescimento da economia no futuro.

Ainda de acordo com Pedro Nery, o desenho atual da previdência nos leva a um patamar de despesa desproporcional em relação à demografia brasileira. Ele cita Rogério Costanzi, especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental e pesquisador do Ipea, para registrar que o gasto previdenciário brasileiro é um dos 15 maiores do mundo e equivale ao da Alemanha, um país que tem mais que o dobro do número de idosos do Brasil.

Quando a demografia entra em questão, aí é que se acende mesmo a luz vermelha. O Brasil está envelhecendo muito rapidamente, graças não apenas ao aumento da expectativa de vida da população – ainda bem –, mas também à redução da taxa de natalidade.

Restringindo-nos aos números essenciais, em 2050 a população idosa do País terá quase triplicado, dos 12% de 2015, para 33% do total, enquanto a população ativa cairá de 66% para 58% no mesmo período. A população ativa é a população que paga a conta da previdência. Considerando que o nosso sistema previdenciário é de repartição, ou seja, os benefícios dos trabalhadores inativos são custeados pelos ativos, e que não há reservas acumuladas para o pagamento de benefícios, a mudança demográfica aponta para uma situação futura desfavorável.

Em 2050, teremos apenas oito pessoas trabalhando para sustentar os benefícios previdenciários de seis inativos, contra doze que o faziam em 2015. Aí, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, Sr. Presidente, a previdência não será mais viável.

Mas, se ainda temos algum tempo para tomar as providências necessárias para o futuro, no presente, os números gritam por urgência na solução do problema, principalmente em decorrência da enorme dívida pública corrente e da crise econômica da qual estamos começando a sair. E disso não podemos descuidar!

Em 2016, a Previdência Social registrou um déficit de quase R\$152 bilhões, uma piora de quase 60% em relação a 2015, em números atualizados pelo INPC. O déficit do setor urbano, o primeiro em sete anos, foi de quase 47 bilhões. Mas a arrecadação total foi 6,4% menor do que a do ano anterior.

Já para este ano, o Governo projeta um déficit de R\$260 bilhões, 71% maior que o do ano passado. Isso levou o Ministro Dyogo Oliveira, do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, a afirmar que todo o déficit público, de 159 bilhões, que temos este ano no Orçamento, vem do déficit da previdência.

Considerando que há um déficit público também da ordem de 159 bilhões projetado para 2018, e que a última previsão do déficit previdenciário feita pelo Governo, em abril, havia sido de 202 bilhões – provavelmente subestimada, à vista do projetado para este ano –, vê-se que, sem essa reforma, jamais corrigiremos as contas públicas brasileiras. Daí a urgência!

O desequilíbrio fiscal que vivemos formou uma dívida bruta que ultrapassa os 73% do PIB, um número impronunciável, da casa dos trilhões. Só em setembro, os juros dessa dívida somaram R\$27 bilhões. Não é concebível permitir o aumento indefinido dessa dívida, e não somente por causa da bancarrota. Sem o controle da dívida, ainda que o País eventualmente não vá à falência, o crescimento econômico que começa a se esboçar certamente se tornará mais um dos nossos muitos voos de galinha, depois da pior crise econômica da nossa história. Além disso, quanto mais



demorarmos para fazer a reforma da previdência, repito, mais pesada será a carga sobre a geração presente, o que tornará cada vez maior a resistência às mudanças necessárias.

Para piorar o cenário, o nosso regime previdenciário é pouco equitativo e injusto. De acordo com o relatório do Banco Mundial, a maior parte dos subsídios implícitos no nosso sistema de aposentadorias beneficia a metade mais rica da população. Segundo eles, os 20% mais ricos ficam com 35% dos subsídios presentes no nosso sistema previdenciário, enquanto que os 40% mais pobres, apenas com 18%. Se não fizermos nada, vamos continuar a transferir recursos para os que menos precisam.

Quero chamar a atenção, ainda, para o fato de que a reforma originalmente proposta pelo Governo não é uma reforma estrutural, mas uma reforma apenas em alguns pontos, que nem assim o Congresso mostra disposição de enfrentar. Fala-se, agora, em desidratar a reforma do Governo para torná-la mais palatável. Ora, não podemos, mais uma vez, empurrar o problema com a barriga!

Apesar de recém-chegado a esta Casa, gostaria de conclamar meus colegas do Senado e da Câmara a enfrentarmos com coragem essa reforma tão importante para o País. Ao invés de temermos a sua impopularidade, devemos comprar a ideia e advogá-la junto às nossas bases eleitorais, mostrando ao povo brasileiro sua importância e seu impacto na vida de todos.

Se não reformarmos a previdência, chegará o dia em que os benefícios já não serão pagos, ou serão pagos por partes e com atraso. O exemplo do Estado do Rio, tão perto de nós, lamentavelmente, está aí para nos lembrar do que pode acontecer com o nosso Brasil. O da Grécia também nos traz essa lembrança.

Espero que não precisemos chegar até lá.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Gostaria de convidar o Senador Sérgio de Castro para presidir novamente a sessão do Senado para que eu possa fazer um pronunciamento. (*Pausa.*)

*(O Sr. Valdir Raupp deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Sérgio de Castro.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio de Castro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - ES) – Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp como Líder do PMDB.

**O SR. VALDIR RAUPP** (PMDB - RO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Sérgio de Castro, do Estado do Espírito Santo, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, senhoras e senhores ouvintes da Rádio Senado, telespectadores da TV Senado, minhas senhoras e meus senhores, recentemente estive em audiência com o Secretário de Fazenda de Rondônia, Dr. Wagner Garcia de Freitas, para solicitar-lhe o aumento do teto de faturamento das micro e pequenas empresas para enquadramento no Simples Estadual.

Tive a honra, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, de, quando Governador do meu Estado, criar o Simples. Na época, o Governo do Presidente Fernando Henrique criou o Simples Nacional, e nós criamos o Simples Estadual. De lá para cá, venho acompanhando, conversando com os sindicatos, com as federações, com o Simpi (Sindicato da Micro e Pequena Indústria), com o Presidente Leonardo Sobral, com o Presidente da Federação do Comércio, Dr. Ranieri, com o Presidente da Federação das Indústrias de Rondônia, Dr. Marcelo Thomé, com os presidentes das associações comerciais e indústrias de todo o Estado de Rondônia, de clubes e diretores lojistas, da



Facer (Federação das Associações Comerciais e Empresariais de Rondônia), acompanhando essa trajetória e esse projeto tão importante para melhorar a vida de nossos pequenos e microempreendedores.

O fato é que esse teto das micro e pequenas empresas no Estado de Rondônia está defasado, e os microempresários precisam desse reajuste para continuar gerando emprego e renda neste momento de crise econômica pelo qual passa todo o País. Se bem que Rondônia, Sr. Presidente, não chegou a entrar muito fortemente na crise. A crise chegou em Rondônia, mas chegou um pouco mais leve, graças a Deus. Mesmo assim, precisamos dar uma revitalizada nas nossas pequenas e microempresas e em todas as empresas de Rondônia, para que possamos entrar agora nessa nova fase de crescimento econômico do País, que já começamos neste quarto trimestre e, com certeza absoluta, no ano que vem e nos anos que seguirão, teremos um crescimento mais forte.

Segundo me disse o Ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, há duas semanas, o nosso PIB deverá crescer acima de 3%; os mais otimistas já falam em 3,5%, 4%, seria quase que um milagre depois de um crescimento negativo de quase quatro anos. Mas isso é muito bom para o País.

Esse mesmo pedido fiz também pessoalmente, o aumento do teto das micro e pequenas empresas, ao Governador Confúcio Moura, que tem realizado um grande esforço para o ajuste fiscal do Estado de Rondônia. O Governador Confúcio é um homem talhado; ele é médico, mas tem dito que aprendeu a fazer de tudo. Hoje é um generalista em todas as áreas da Administração Pública: foi Secretário de Estado da Saúde, foi Deputado Federal por três mandatos, foi Prefeito da terceira cidade do meu Estado por dois mandatos consecutivos, eleito e reeleito, e deixou uma marca histórica na cidade de Ariquemes. E agora, já no segundo mandato como Governador do Estado, também está fazendo uma revolução, a revolução do bem, no Estado de Rondônia – na economia, na geração de emprego, no agronegócio, nas agroindústrias, enfim, na saúde, na educação. Confúcio tem feito realmente um grande trabalho em Rondônia.

O ideal, Sr. Presidente, seria atender o pleito das microempresas, elevando o teto de faturamento anual sem comprometer a execução orçamentária do Estado para os anos seguintes. Felizmente o Governador Confúcio Moura, o Secretário de Fazenda Wagner Garcia e o Secretário de Planejamento George Braga foram sensíveis às reivindicações do setor – que, de acordo com as últimas pesquisas, é o responsável pela maior oferta de emprego e geração de renda não apenas em Rondônia, mas em todo o Brasil – e elevarão o subteto de R\$1,8 milhão para R\$2,4 milhões. Sei que o setor privado almejava um reajuste maior, mas não podemos deixar de comemorar esse avanço. Eu estive ativamente conversando com os Secretários, com o Governador, com as entidades, pedindo esse aumento de teto por entender que realmente estava defasado e precisava melhorar um pouco mais.

Destaco que, dos 72 milhões de brasileiros que trabalham para o setor privado, 70%, ou seja, 50 milhões, são pessoas que auferem seus rendimentos em empresas de menor porte. Essa foi a conclusão de levantamento inédito do Sebrae, com base em dados e pesquisas do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho, do IBGE e do DIEESE. A maioria dessas empresas, 26 milhões, é formada por aqueles que se estabelecem por conta própria e que não são computados como desempregados nas estatísticas.

Então, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, senhoras e senhores, esses números nos dão uma ideia da importância e do significado das micro e pequenas empresas para a economia nacional. O Governo Federal tem ciência deste fato e, por esse motivo, no ano passado, o Comitê Gestor do Simples



Nacional promoveu a regulamentação da lei que eleva o teto de faturamento para as microempresas e também para o microempreendedor individual.

Assim, para ser enquadrada no Simples Nacional, a microempresa poderá faturar até R\$900 mil anuais e os microempreendedores individuais até R\$81 mil, por ano. Hoje esse limite é de R\$360 mil para as microempresas e de R\$60 mil para os microempreendedores individuais. Então, melhorou muito também a questão do Simples Nacional.

Essas alterações vão entrar em vigor já em 2018, já no início do próximo ano. Com isso, um maior número de empresas poderá optar pelo Simples Nacional, o que será muito benéfico para suas finanças já sufocadas pela crise econômica e pela inadimplência de clientes. Assim, mais empresas poderão continuar abertas, gerando emprego e renda, neste momento tão difícil da vida nacional.

Nosso Estado é um dos mais dinâmicos da Federação brasileira. A revista *Exame* recentemente trouxe uma matéria, publicada em agosto passado, cujo título é "Rondônia: um porto seguro em tempos de crise". E realmente Rondônia, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, tem sido um porto seguro para os investidores. Podem ir para Rondônia. Venham para Rondônia que Rondônia está de braços abertos para receber os empreendedores, os investidores.

Aliás, título bem merecido, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores. Afinal, enquanto o resto do País amargou uma forte recessão no ano passado, Rondônia cresceu 4,7%. Isso significa seis anos de crescimento contínuo, desde 2011, graças à força do agronegócio de Rondônia, que tem um rebanho bovino de mais de 13 milhões de cabeças de gado, gado de corte e gado de leite; produz 90 mil toneladas de peixes, somos hoje um dos maiores produtores de peixes em cativeiro; 2 milhões de sacas de café... Já produzimos 4 milhões, é verdade, isso vinha caindo e agora Rondônia... Na época do meu Governo, com uma campanha muito ampla, eu fui buscar sementes selecionadas no Espírito Santo, em grande quantidade, para fazer viveiros também em grande quantidade no Estado, e chegamos a produzir mais de 4 milhões de sacas de café. Depois foi caindo, caindo, chegamos a 1,7 milhão. Voltamos a crescer novamente, estamos na casa dos 2 milhões de sacas e a expectativa com o café clonal, desenvolvido pela Embrapa, pelos próprios produtores e pela Emater Agricultura em Rondônia, é de voltamos a crescer largamente, produzindo até 180 ou 190 sacas por hectare no café irrigado, uma produção que não existe praticamente em nenhuma parte do mundo. Então, Rondônia, tem-se destacado nessa área do gado, na área do peixe, na área do café.

Nossa localização privilegiada garante fácil acesso à Rodovia Transoceânica, que liga o Brasil aos países andinos e ao Suriname, sem falar no acesso aos portos do Pacífico para os países asiáticos e europeus, o que permite a Rondônia ter acesso a um mercado consumidor, só aqui nos países andinos, de 150 milhões de pessoas. Mas, para que isso se desenvolva cada vez mais, precisamos dinamizar a nossa economia, favorecendo as micro e pequenas empresas do nosso querido Estado de Rondônia.

Portanto, agradeço ao Governador Confúcio Moura, por ampliar os limites de faturamento dos micro e pequenos empresários para a inclusão no Simples Estadual. Não tenho dúvidas de que se trata de medida que beneficiará a economia do Estado de Rondônia.

Sr. Presidente, eu irei – só nesses casos assim muito, muito importantes, muito especiais, deixo Brasília numa segunda-feira à noite e vou para Rondônia – participar, amanhã de manhã, às 9 horas da manhã, lá no auditório do SESC, da assinatura dessa ampliação do teto, dessa lei que amplia o teto das micro e pequenas empresas para R\$2,4 milhões.



É com muita alegria que eu pego um voo hoje à noite, aqui, vou à Rondônia, volto amanhã ao meio-dia para Brasília, para trabalhar aqui amanhã à tarde e na quarta-feira, porque realmente é um momento muito importante dos nossos micro e pequenos empresários. Eu estou lá há 40 anos. Eu sei da luta, do esforço que eles fazem para poder gerar emprego e renda no nosso Estado.

Parabéns ao Governador Confúcio Moura. Parabéns à equipe econômica do seu Governo e parabéns aos micro e pequenos empresários do meu Estado, que vão receber esse benefício, ainda com a possibilidade de um escalonamento daqui a quatro, cinco meses. O Governo, com a sua equipe econômica, vai rever os índices, podendo ainda ampliar para além de R\$2,4 milhões, daqui a quatro, cinco meses. Essas foram as palavras do Governador e do Secretário de Fazenda do nosso Estado.

Para encerrar, Sr. Presidente – restam-me ainda oito minutos, talvez não gaste nem tudo isso –, eu queria falar da nossa luta também, Senadora Vanessa Grazziotin, de todo o Senado Federal e da Câmara dos Deputados, em defesa dos Municípios brasileiros. Os Municípios brasileiros, dada a crise desses três, quatro últimos... Eu, que já fui prefeito por duas vezes também, sei o sofrimento. E eu estive na época também de fazer muito esforço, para poder dar conta de pagar a folha de pagamento, investir na educação, na saúde, nas estradas, enfim, em tudo o mais. Neste momento, a grande maioria das prefeituras do Brasil está atravessando seriíssimas dificuldades. Muitos prefeitos estão renunciando. Alguns estão tirando licença de seis meses, sem saber se vão voltar. Lá no meu Estado mesmo e no Brasil inteiro, prefeitos estão renunciando porque não conseguem mais se equilibrar.

Então, nos anos passados, nós conseguimos – acho que nos dois ou três últimos anos, nos finais de ano – um socorro, pelo menos de uma folha de pagamento, de um décimo terceiro salário, para que as prefeituras pudessem sobreviver, para enfrentar o ano seguinte.

Neste momento, o Presidente Michel Temer e sua equipe econômica se reuniram, na semana passada, em função da Marcha dos Prefeitos a Brasília, do Presidente Paulo Ziulkoski, que é um craque... Por isso, ele está lá já há uns 20 anos, como Presidente da Confederação Nacional dos Municípios. E todos os presidentes... Em nome do Jurandir, ex-prefeito da Santa Luzia, Presidente da Associação dos Municípios de Rondônia, eu queria cumprimentar todos os presidentes, as diretorias e todos os prefeitos do Brasil, que têm lutado em defesa dos seus Municípios, em defesa da educação, da saúde. É lá mesmo que a coisa funciona, na ponta que é dos Municípios brasileiros.

Então, eu queria agradecer ao Presidente Michel Temer, com a sua equipe econômica, que, sensibilizado, está autorizando, neste final de ano, um socorro de R\$2 bilhões. Não era tudo que eles queriam. Eles queriam R\$4 bilhões. Chegou ao meio. Chegou à metade. O Governo queria dar R\$1,5 bilhão. Aí, nas negociações, saíram R\$2 bilhões de socorro, que serão liberados no mesmo sistema do FPM (Fundo de Participação dos Municípios), para socorrer os Municípios brasileiros neste final de ano.

Parabéns aos Municípios e parabéns ao Presidente Temer, que deverá encaminhar, nos próximos dias, uma medida provisória ao Congresso Nacional, porque tem que ser de emergência, só através de uma medida provisória pode se atender aos Municípios brasileiros.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio de Castro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - ES) – Senador Valdir Raupp, fiquei muito satisfeito em ouvir notícias de crescimento de Rondônia. E, quando o senhor falou de ligação transoceânica, falou dos portos do



Pacífico, eu me lembrei de 25 anos atrás. Eu era Presidente da Federação das Indústrias do Espírito Santo, estive em Porto Velho, numa ação para que essa ligação se transformasse numa realidade. Fico muito feliz em ter boas notícias de Rondônia. Isso ajuda o Brasil a ser cada vez maior.

Parabéns.

**O SR. VALDIR RAUPP** (PMDB - RO) – Eu me lembro desse evento, Sr. Presidente. Acho que foi um programa da Confederação Nacional da Indústria (CNI)...

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio de Castro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - ES) – Isso mesmo.

**O SR. VALDIR RAUPP** (PMDB - RO) – ... com as federações das indústrias de todos os Estados. Acho que era um programa chamado Norte Competitivo e era um sistema de transporte de hidrovias, ferrovias, rodovias, de logística.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio de Castro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - ES) – Tivemos a presença de Senadores peruanos.

**O SR. VALDIR RAUPP** (PMDB - RO) – Isso, exatamente.

Obrigado. V. Ex<sup>a</sup> também contribuiu para isso.

Muito obrigado. Obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio de Castro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - ES) – Concedo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Sem revisão do orador.) – Senador Sérgio de Castro, permite só um comentário rápido?

Como eu tive que sair para falar com a imprensa, eu acabei não ficando aqui ouvir a sua fala em relação à Previdência, mas fica aqui o compromisso deste Senador de que, na primeira oportunidade em que eu estiver na tribuna ou V. Ex<sup>a</sup>, a gente faz um debate que eu chamo de fraternal e de altíssimo nível sobre os números da Previdência.

Há um número que é assustador, por exemplo, que é a apropriação indébita que uma parte do empresariado faz e, conforme os Sinait, que são os fiscais da Previdência, já ultrapassa R\$200 bilhões de dinheiro pego do trabalhador e não repassado para os cofres da Previdência. E apropriação indébita é crime.

Naturalmente, eu sempre digo que há muito empresário sério, mas há alguns que fazem esse tipo de coisa. E nós, na CPI da Previdência, apontamos caminhos para executá-los e colocar na cadeia quem faz apropriação indébita. Tenho certeza de que V. Ex<sup>a</sup> vai concordar. A dívida com a União hoje dos devedores ultrapassa R\$1 trilhão, dados dos Procuradores da Fazenda. Só o acumulado da Previdência é de R\$700 bilhões. Quando iniciamos, estava em torno de 500.

Então, é isso que eu estou querendo muito, que, mediante o resultado da CPI, a gente respeite aqueles que pagam em dia, mas execute os devedores. Se executarem os grandes devedores, principalmente bancos e grandes empreiteiras, JBS da vida – porque eu dou até o nome dos bancos aqui, na tribuna, e darei no momento adequado outra vez, se for necessário –, não precisaremos fazer a reforma. É só dizer: "Se deve, paga."

Como eu digo, se V. Ex<sup>a</sup> não pagar a luz da sua empresa ou a água, cortam. Se comprar um carro, um caminhão, um trator, cortam. E como é que com os grandes devedores não acontece nada? E depois o Congresso ainda, via Refis, dá anistia. Não cobra juros, não aplica nem a taxa Selic, não cobra nada e acaba dizendo para eles: "Olha, não paguem e, daqui a um tempo, vocês





vêm aqui que eu dou anistia de novo." E há uma lei, que nós pedimos para mudar, que diz que, depois de cinco anos, a dívida caduca. Veja a que ponto nós chegamos.

Então, o que eu digo? Que o problema da Previdência é de gestão. Mas respeito muito V. Ex<sup>a</sup>, sei que V. Ex<sup>a</sup> apresentou também números. Nós podemos, num outro momento, fazer um debate fraternal como V. Ex<sup>a</sup> merece.

Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio de Castro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - ES) – Vai ser uma grande honra participar desse debate com V. Ex<sup>a</sup>, Senador Paulo Paim.

Com a palavra, a Senadora Vanessa Grazziotin.

**A SR<sup>a</sup> VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr<sup>as</sup> Senadoras, Senador Paim.

Eu, mais uma vez, venho à tribuna para falar sobre reforma trabalhista e, na sequência, gostaria também de abordar alguns aspectos dessa reforma previdenciária que eles insistem em aprovar, de aspectos, principalmente, que tratam da capacidade de financiamento da Previdência Social.

Eu apenas inicio lembrando V. Ex<sup>a</sup>, Senador Paim, de que esse seria um bom momento para nós trazermos para o plenário do Senado Federal um debate temático sobre o tema e, sobretudo, sobre os resultados da comissão parlamentar de inquérito. Eu acho que nós devemos isso ao Brasil, a bem do debate público, porque eu não me conformo de continuar assistindo àquelas propagandas na televisão, ouvindo propagandas no rádio, propagandas pagas com o dinheiro do povo, Senador Sérgio, e que visam exatamente tirar os direitos do povo. O Governo brasileiro está fazendo propaganda para tentar aprovar algo que vai prejudicar ainda mais a vida do povo mais simples, da parcela mais simples da nossa gente.

Eu volto a falar, ao final, sobre a reforma previdenciária. Mas quero agora, mais uma vez, tratar da reforma trabalhista, porque esta já foi aprovada. E a palavra dada pelo "Presidente", entre aspas, Michel Temer, perante o Senado Federal e à vista de toda a Nação brasileira, a palavra empenhada não foi a palavra cumprida. Portanto, mais uma vez, Michel Temer falta com a verdade perante a população brasileira. Eu costumo dizer que a palavra é tudo, principalmente quando a palavra é escrita e assinada. Os Srs. Senadores e Senadoras exigiram, para que fosse votado o projeto tal qual veio da Câmara dos Deputados, que o Presidente enviasse um documento para cá, devidamente assinado, comprometendo-se em realizar inúmeras mudanças. E vejam, o Presidente escreveu o documento e o assinou se comprometendo a mudar aquilo que os Senadores consideravam inaceitável, pontos inaceitáveis, de duas formas, uma através do veto e a outra através da medida provisória.

A medida provisória só veio a ser editada alguns dias após a lei entrar em vigor, o que é um absurdo e uma demonstração cabal de que eles não querem mudar nada. E, se algo for mudado, será para piorar, porque assim veio a medida provisória. E quanto aos vetos, essa palavra ele deixou de cumprir. Ele mentiu perante o Senado Federal, perante os Senadores, dizendo que ia vetar e não vetou. Ele mentiu porque ele prometeu vetos, ele assinou o documento e não vetou absolutamente nada – absolutamente nada.

Enfim, o que nós precisamos fazer – e eu tenho certeza de que contaremos com um número significativo de Parlamentares, Senadoras e Senadores, Deputados e Deputadas – é aproveitar essa



oportunidade do debate da medida provisória para modificar profundamente a lei aprovada. E foram apresentadas mais de 900 emendas. O Senador Paim foi um dos primeiros Parlamentares a apresentar emendas. Eu apresentei um número significativo.

Mas, enfim, por que eu defendo aqui que nós devemos aproveitar essa oportunidade para mudar absolutamente tudo? Porque tudo o que veio não veio com o objetivo de modernizar as relações de trabalho. Nada disso. Uma outra mentira, uma outra mentira que foi vendida à sociedade: que a reforma trabalhista era necessária para acompanhar a evolução tecnológica, para modernizar as relações de trabalho. Ela não veio para isso. Pelo contrário. A proposta de reforma trabalhista só veio com um único objetivo: retirar direitos dos trabalhadores. E para aqueles que desconheciam o próprio Presidente, o grande defensor da reforma trabalhista, o Presidente do Tribunal Superior do Trabalho reconheceu: em determinados momentos, é preciso, sim, suprimir e retirar alguns direitos. E foi isso o que eles fizeram.

A reforma trabalhista não veio também para melhorar a produtividade no mercado de trabalho, na produção. Não. Em nada ela vai melhorar a produtividade. Pelo contrário: técnicos e analistas chegam até a prever uma queda ainda maior da produtividade em decorrência da precarização nas relações de trabalho, porque precariza efetivamente as relações de trabalho.

Alguns dos propósitos que envolvem a reforma trabalhista, no meu entendimento, são inconfessáveis. Inconfessáveis.

A disposição do Governo do Presidente Temer de atacar os direitos e fragilizar a previdência com a criação do trabalho intermitente e outros absurdos mostra quais eram os reais objetivos daqueles que, em 2016, retiraram uma Presidenta, eleita democraticamente, para assumir o seu posto. O golpe não aconteceu só ali no ano de 2016. O golpe está em curso. Eles estão aplicando no Brasil o projeto ou o programa que foi derrotado nas últimas quatro eleições. E um colega nosso, Senador Jucá, de uma forma muito simples, falou à Nação brasileira do porquê da necessidade de retirar a Presidenta Dilma: retiraram a Presidenta Dilma para promover as mudanças que um governo democraticamente eleito não poderia fazer.

Assim é a reforma trabalhista. Assim são as privatizações que estão andando em passos acelerados – acelerados! Por isso eles tomaram o poder. E repito: não encontrando nenhuma mala de dinheiro da ex-Presidenta, não encontrando nenhum apartamento, inventaram as tais pedaladas.

Mas vejam, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, também que essa reforma trabalhista – e eu aqui repito o que acabei de dizer – revela mais uma vez que a palavra do Governo e de seus líderes não vale nada. Não vale nada.

Aliás, antes de encerrar o meu pronunciamento, eu vou me reportar a um outro episódio ocorrido semana passada aqui no plenário do Senado Federal.

Não vale nada a palavra, haja vista que o acordo foi completamente descumprido tanto pelo fato de não ter o Presidente promovido nenhum veto quanto o próprio conteúdo da medida provisória. Em alguns aspectos, ele ficou pior do que era antes.

Esta semana, nós nos dedicamos, eu pessoalmente, a estudar muito, analisar item por item, ponto por ponto – o que vem sendo feito por várias entidades –, acerca da medida provisória. Apesar do discurso oficial, as "mudanças", entre aspas, feitas por Temer mantêm a gênese da reforma trabalhista aprovada pelo Congresso Nacional, em particular uma proposta que aparentemente veio da Câmara dos Deputados, mas tudo em comum acordo com o próprio Governo Federal. Tudo em comum acordo.



Ou seja, permanece, na medida provisória, a flexibilização dos direitos trabalhistas previstos legalmente, resguardado, segundo eles, somente aquilo que está escrito na Constituição Federal. Mas nem isso está resguardado, porque, a partir do momento em que o empregador pode substituir um empregado com carteira de trabalho assinada por um autônomo, por um trabalhador autônomo, este trabalhador, que continua a ser empregado, perde, inclusive, os direitos constitucionais que tem um trabalhador de carteira assinada. E por uma simples razão: ele é um empregado sem o ser, porque não terá carteira de trabalho assinada. Esse foi um dos itens, uma das exigências do Senado Federal para que fosse modificado, e as mudanças foram tão superficiais que mantiveram absolutamente todos os itens negativos dessa parte de autônomo.

Também há possibilidade da terceirização e da pejotização. E há pouco eu vi aqui um debate sobre financiamento da Previdência Social. Pois bem, o Governo não tem nenhuma preocupação com o financiamento da Previdência Social, porque, se tivesse, não constariam, na reforma trabalhista, vários itens – não é, Senador Paim? – que prejudicam a previdência. Vários itens, como aquele item que se manteve, mesmo com a medida provisória, aquele item que diz que parte do salário não é computado como salário, não é visto, encarado como salário, inclusive o prêmio – o prêmio! Ou seja, o empregador pode transformar parte do salário e dizer que é um prêmio, e, aí, não recolhe sobre a Previdência Social.

É essa a preocupação que o Governo tem com o financiamento da Previdência Social? Não. A preocupação do Governo é uma única: acelerar as reformas trabalhista e previdenciária para retirar os direitos dos trabalhadores. Ele amplia a possibilidade da terceirização. Veja...

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senadora Vanessa, permita-me um apartezinho nesta questão.

**A SR<sup>a</sup> VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Claro, claro, com o maior prazer, Senador Paim.

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E foi já regulamentado pelo Executivo. Veja bem, o cara trabalha em salário intermitente, e ele ganha R\$200,00 por mês, como há inúmeros casos – sábado e domingo, trabalhando quatro horas ali e quatro horas aqui –, sabe quem é que vai pagar a diferença de R\$200,00 para um salário mínimo sobre a previdência?

**A SR<sup>a</sup> VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – O trabalhador!

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O trabalhador...

**A SR<sup>a</sup> VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Isso é um crime!

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... se ele quiser ter direito. O empregador não paga mais. Ele é que vai ter que pagar a diferença. Fizemos um cálculo hoje de manhã: se ele ganhar R\$200,00 por mês de trabalho intermitente, algumas horas, ele vai pagar o dobro do empregador para a previdência, quando hoje é o inverso. Hoje, o empregador paga vinte e o trabalhador paga oito, falando no baixo salário já. Agora inverte: ele vai pagar o dobro do que paga o empregador para ter direito à previdência. Vejo aonde nós chegamos! À medida que vai aprofundando – claro eu só quis comentar esse ponto –, vemos que é muito cruel essa reforma, é muito cruel. Ela é desumana. Ela trata o trabalhador como se não



fosse uma pessoa que merece todo o respeito em relação ao outro, é como se não valesse mais nada. É a volta à teoria escravocrata quase. Por isso, os meus cumprimentos a V. Ex<sup>a</sup>.

**A SR<sup>a</sup> VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – E aqui, Senador – e já concedo o aparte a V. Ex<sup>a</sup> também, Senador Paulo –, lembrando que, nos termos assinados pelos Senadores e Senadoras da base de apoio, está exatamente isto: é deixar claro, no contrato de trabalho intermitente, como serão pagos os recursos para a Previdência Social. Ele deixou claro, mas deixou claro desta forma: onerando o pobre do trabalhador. É um absurdo!

E, quando a gente diz que estão acabando com o salário mínimo, estão, porque isso é o trabalho intermitente. Se, ao final do mês, as horas trabalhadas – e cada hora com o valor do salário mínimo – não somarem o total do salário mínimo, não há problema nenhum: o trabalhador deixa de receber o salário mínimo, uma das maiores conquistas da nossa gente trabalhadora. Acaba, simplesmente acaba.

Agora, pioraram ainda mais, porque disseram o seguinte: se o que foi descontado nas horas trabalhadas e pagas pelo empregador e pelo empregado, quem tem que pagar a diferença é o empregado.

Olhem, é essa a reforma trabalhista? É essa a modernização das relações de trabalho? Eu não sei nem como adjetivar. É a maior maldade que já vimos contra o trabalhador.

Antes de passar a palavra para V. Ex<sup>a</sup>, Senador Paulo, um outro exemplo absurdo que também está escrito aqui como a necessidade de correção; ou seja, não mais permitir trabalho insalubre para mulheres gestantes e lactantes. Pois a redação da medida provisória veio não mais permitindo. Mas faz o quê? Retira o adicional de insalubridade. O que significa dizer que ele está empurrando do mesmo jeito a mulher a trabalhar em local insalubre, porque exatamente no momento da gestação, no momento em que ela mais precisa do seu salário, ela não vai suportar, a família não vai suportar uma diminuição do salário.

E o que a lei diz? Não, a autorização plena da mulher pode permitir que ela trabalhe em local insalubre. Mas não é só a autorização plena, é o Governo empurrando ela, a gestante, a lactante, a trabalhar em local insalubre. Horas e horas de pé, horas e horas em uma mesma posição. É essa a modernidade nas relações?

Senador Paulo.

**O Sr. Paulo Rocha** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Para reforçar a sua intervenção – hoje estava discutindo sobre isso –, todo mundo sabe que um dos principais argumentos que se colocava aqui, ou que se coloca toda vez, é que a reforma trabalhista era necessária para geração de emprego. E tudo se justificava por causa dos 13 milhões de trabalhadores desempregados. E aí já começa a haver anúncio no jornal exatamente do chamado trabalho intermitente, que é a precarização da relação capital e trabalho. E, pasmem, o Governo usa isso como crescimento de emprego. Era exatamente o que a gente já denunciava à época. Haverá alguns empregos aí, mas é esse emprego precarizado...

**A SR<sup>a</sup> VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Precarizado.

**O Sr. Paulo Rocha** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ... dada a redução da jornada de trabalho pelo banco de mão de obra. Cada grande empresa que precisar de serviços terceirizados vai exatamente usar a jornada intermitente para processar isso. É essa conta que o Governo está usando para dizer que está havendo crescimento de emprego. Isso precisa



também ser denunciado. E é esse emprego precarizado, esse emprego que joga a crise econômica, como as velhas elites fizeram no Brasil, para as costas, para a conta do trabalhador. E mais, além da questão da previdência, também, Senadora Vanessa, o trabalhador está impedido de buscar os seus direitos na Justiça do Trabalho, porque já colocaram também na reforma trabalhista um medo de que, se ele perder, ele é obrigado a pagar a conta, lá, das diferenças que ele não ganhou. Sei lá como é que eles vão processar isso na Justiça do Trabalho! Quer dizer: é um absurdo jogar uma crise econômica para as costas do trabalhador quando todo mundo sabe que, para gerar emprego, é preciso haver desenvolvimento e crescimento econômico. Não se gera emprego se não houver crescimento econômico. E como se cresce o País? Com mais investimento, com investimento público – como o PAC, o Minha Casa, Minha Vida. Este sim é que gera emprego, não é? A indústria da construção civil e a indústria naval... Pelo contrário, estão vendendo o nosso patrimônio, que era o pré-sal, que era essa uma grande alavanca para a nossa indústria naval. Por isso é fundamental que a gente continue denunciando esse estado de coisa no nosso País.

**A SR<sup>a</sup> VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Exatamente, Senador Paulo. Incorporo, da mesma forma que fiz com o Senador Paim, o aparte de V. Ex<sup>a</sup> ao pronunciamento, que contribui muito.

Acho que nosso papel aqui é falar a verdade. E, muitas vezes, a verdade dói. E nós precisamos mostrar à população o que, de fato, vem acontecendo no Brasil: a quem serve e para quem contribui esse conjunto de reformas, sobretudo aquelas que dialogam diretamente com o trabalhador e a trabalhadora, que são as reformas trabalhista e previdenciária.

Então, veja, Senador Paim, V. Ex<sup>a</sup> falou que há uma restrição, sim, do acesso à Justiça do Trabalho. Não há dúvida quanto a isso! Há uma restrição clara, inclusive aos atos praticados pelos próprios juízes do trabalho, que estão tendo as suas funções reduzidas de forma inconstitucional.

Há retirada também das prerrogativas das entidades sindicais. Ou seja, enquanto se valoriza e se sobrepõe... Enquanto a lei coloca o negociado acima do legislado, é exatamente nesse momento que as entidades representativas são enfraquecidas, e que se permitem negociações individuais entre o trabalhador e o empregador.

Isso é um absurdo, mas, infelizmente, é o que está na lei. Por isso, as centrais sindicais, os movimentos sindicais – que não creio devam ser apenas das centrais ou dos sindicatos brasileiros, mas de todas as entidades, de todas as organizações – promovem programa para o próximo dia 10, Senador Paulo Rocha: uma grande manifestação, uma paralisação.

Ou as pessoas entendem que têm que pegar as panelas de volta, que têm que se mexer, ou isso ficará consolidado – ficará consolidada a perda do direito mais elementar, do direito mais elementar.

Então, veja, como piorou... Veja como a medida provisória conseguiu piorar o que estava na lei. A nova lei, antes da medida provisória, se aplicava aos novos contratos de trabalho, ou seja, aos contratos celebrados após a vigência da lei. Pois bem, a medida provisória determina, em seu art. 2º, que se aplica na integralidade as mudanças legais a todos os contratos de trabalho vigentes, inclusive aqueles assinados anteriormente.

Ou seja, é por isso que foram 967 emendas apresentadas. Eu, dessas 967, apresentei 53 emendas. Eu, dessas 967, apresentei 53 emendas. E, das 53 emendas, o que nós procuramos fazer é mudar a lógica da reforma trabalhista, é construir uma nova lógica, uma reforma que, de fato, sirva para melhorar a produtividade no Brasil, a produtividade no mercado de trabalho – para isso.



Então, nós temos que mudar completamente a lógica, e eu quero falar aqui de algumas emendas. Apresentei emendas que eliminam todos os dispositivos considerados inconstitucionais, aqueles que preveem a possibilidade de contratação de autônomos – preveem, a medida provisória não mudou isso – sem nenhum limite, que pode ser contínua ou não. Ora, o trabalho de autônomo não é "contínuo ou não". Trabalho contínuo é o trabalho de um empregado, aquele que tem carteira de trabalho assinada.

Acabamos com o trabalho intermitente, sobretudo com a possibilidade de receber menos do que um salário mínimo.

Mudamos novamente a prevalência do negociado sobre o legislado. O legislado tem que se sobrepor, a não ser quando para ampliar o ganho do trabalhador. Mas não: eles mudaram permitindo que uma negociação suprima direitos legalmente previstos na legislação. Em relação à própria indenização, ainda, apesar das poucas mudanças, nós entendemos que é preciso mudar a forma de caracterizar a indenização por dano extrapatrimonial.

Garantimos pela nossa emenda a presença dos sindicatos na rescisão, como era até antes da aprovação da lei.

Garantimos a paridade de salário para atividades iguais.

Prevemos o afastamento da mulher gestante ou lactante do trabalho insalubre, e que ela continue a receber. É o mínimo que a sociedade tem que fazer. Que seja afastada, mas que continue recebendo o adicional. Ela, ao ficar gestante, presta um serviço à humanidade, de perpetuação da própria espécie humana, e não pode ser punida por conta disso.

Restabelecemos através de emenda o acesso dos trabalhadores à Justiça, sem que haja restrição, como há hoje.

Enfim, aproveitamos para ampliar, para tocar naquilo que entendemos deva ser a verdadeira reforma, diante principalmente do avanço da tecnologia; ou seja, previmos a redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais. Nós precisamos garantir a formação profissional do trabalhador, porque o número de postos de trabalho vem diminuindo, já que a tecnologia vem substituindo a mão de obra. Então, é preciso que se diminua também a jornada de trabalho e que se qualifique esse trabalhador. É essa a reforma de que o Brasil precisa.

Então, nós vamos continuar o debate aqui do Parlamento. Vamos continuar esse debate e, mais uma vez, é preciso que haja uma grande mobilização popular. A população não pode continuar de braços cruzados, porque, enquanto eles continuam de braços cruzados, o Congresso Nacional, o Governo do Senhor Michel Temer, esse Governo ilegítimo, continua a retirar direitos do trabalhador; continua entregando a nossa riqueza para o capital estrangeiro a preço de banana. Querem vender, privatizar a Eletrobras. Isso é um absurdo!

E eu lembro, Senador Paulo: V. Ex<sup>a</sup> era Deputado Federal, e eu também...

*(Soa a campainha.)*

**A SR<sup>a</sup> VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – ... quando, mesmo sob o governo de Fernando Henrique, nós conseguimos impedir essa privatização, que queriam começar na nossa Região, com Tucuruí, a galinha dos ovos de ouro. E, agora, volta com mais força e maior celeridade – e maior celeridade.

Mas, enfim, Sr. Presidente, falando isso, quero, rapidamente, se V. Ex<sup>a</sup> me garantir alguns pouquíssimos minutos, referir-me a um episódio que aconteceu na semana passada nesta Casa, em que o Presidente do Senado Federal, lamentavelmente, da forma mais truculenta e autoritária, sentou-se nessa cadeira e fez votar uma medida provisória, Senador Cristovam, que a esta Casa



chegava naquele mesmo dia. No mesmo dia leu-se e votou-se uma medida provisória, rasgando-se todos os acordos feitos com as minorias, com todos, com a participação, com a chancela do Presidente da Casa, de que nenhuma medida provisória seria votada sem que se passassem pelo menos duas sessões ordinárias para que os Senadores pudessem ter o direito não de apresentar emendas, porque esse direito nós já perdemos há muito tempo, mas o direito de conhecer as medidas provisórias. E a medida provisória foi votada dessa forma. Aí aconteceu o que o Brasil inteiro viu, lamentavelmente. Eu não fiquei nem um pouco satisfeita, nem me regozijo por isto, por ter vindo a esta tribuna, com o ímpeto de poder ser ouvida, e dividido o microfone com o Relator da matéria, porque o Presidente, sabendo que não tinha razão, sequer nos concedeu o direito regimental de fazer uso da palavra, de falarmos; sequer isto. Cortou todos os microfones, absolutamente todos, o que me obrigou, num gesto não muito pensado, a vir aqui à tribuna, porque o único microfone que estava aberto era este. Ou seja, passou a palavra ao Relator antes de dar a palavra pela ordem, para uma questão de ordem, como o Regimento prevê. É lamentável que isso tenha acontecido.

E eu ouvi, Senador Paulo e Srs. Senadores, muitos colegas dizerem que essa disputa regimental, que esse debate regimental não leva a lugar nenhum. E eu aqui digo que isso não é um debate regimental. Isso é um debate que trata de democracia, um debate que trata de direito da Minoria. É esse o debate que temos que travar, porque propostas outras, difíceis e duras, virão à apreciação deste Plenário, e, se fazem isso com medidas provisórias, o que farão quando propostas mais duras aqui estiverem sendo discutidas e votadas? Não pode. Não pode o Senado Federal continuar dessa forma.

*(Soa a campanha.)*

**A SR<sup>a</sup> VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Isso é ruim para a democracia. Isso é ruim. Agora, isso é muito típico de estados ditatoriais, Senador Paulo. E não vamos nos esquecer de que nós vivemos sob um governo ilegítimo. E é assim que acontece. Os governos ilegítimos é que têm essas práticas. Então, eu não fico apenas no lamento; eu espero que isso não volte a se repetir, porque é ruim não para o Senador ou a Senadora A ou B, mas é ruim para a Casa. Isso depõe contra o Poder.

Então, Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu espero, mas espero com muita sinceridade, Senador Cristovam, que a gente não veja novos episódios como o que aconteceu na semana passada se repetindo.

*(Soa a campanha.)*

**A SR<sup>a</sup> VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Se me permite, Senador Paulo, um último aparte...

**O Sr. Cristovam Buarque** (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – V. Ex<sup>a</sup> me permite apenas uma frase ou duas?

**A SR<sup>a</sup> VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Pois não.

**O Sr. Cristovam Buarque** (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Para dizer, Senadora, que eu tenho me confrontado aqui muito com o Senador Renan Calheiros, mas nunca imaginei um dia, por isso mesmo, ter que dizer que às vezes dá saudade do comportamento do Renan Calheiros, no que se refere sobretudo às medidas provisórias. Ele disse aqui uma vez que não aceitaria que se votasse nas carreiras e cumpriu, pelo menos a partir





daquele momento. O que aconteceu realmente é absurdo e é incompatível com a postura de um espírito democrático. Dá para a gente até discutir se o mundo moderno, a democracia moderna exige ou não medidas provisórias. O Poder Executivo tem que ter uma agilidade maior do que algumas décadas atrás. Sobre certos temas não dá para ficar esperando os debates longos. A medida provisória foi uma criação inteligente da Constituinte, na medida em que dava ao Poder Executivo o direito de fazer medidas sob a forma quase que de decretos que entravam em vigor no momento em que eram assinados pelo Presidente, mas deixavam ao Congresso o debate, a possibilidade de mudar, de recusar... Só que de repente se está governando por decreto. Quando uma medida provisória não tem um processo, não vai para as comissões, não se debate, não se emenda, é como se o Governo voltasse, como na época do regime militar, a governar por decreto, mudando leis por decreto. Qualquer dia vão terminar querendo mudar a Constituição por decreto também. E aí, sim, é a explicitação total de um regime autoritário.

**A SR<sup>a</sup> VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Eu agradeço e incorporo o aparte de V. Ex<sup>a</sup>. E V. Ex<sup>a</sup> reforça aquilo que eu procurei dizer anteriormente, esse embate que nós tivemos semana passada...

*(Soa a campainha.)*

**A SR<sup>a</sup> VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – ... não foi relativo a questões ou a questiúnculas regimentais. Não. Foi um debate muito sério que trata da própria democracia, do exercício democrático.

E vejam, V. Ex<sup>a</sup> lembra o acordo feito pelo Presidente anterior, que num primeiro momento não foi reconhecido pelo Presidente Eunício, mas num segundo momento, quando ele precisou da Minoria para aprovar uma medida provisória, porque era numa quinta-feira, e se pedíssemos a verificação cairia a Medida Provisória, quando ele precisou de um acordo com a Minoria, com a oposição, ele restabeleceu acordo; restabeleceu! Não votar medida provisória sem que tivéssemos pelo menos duas sessões ordinárias.

A segunda medida provisória, Senador Paulo, que foi votada, aquilo serviu apenas de desculpa, porque ela poderia ser votada amanhã perfeitamente. Ela não perderia o valor na semana passada como a primeira medida provisória perderia.

*(Soa a campainha.)*

**A SR<sup>a</sup> VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Eu lamento muito.

Agora, espero, tenho muita esperança de que aquele tenha sido o último episódio e que todos sejam tratados com a rigidez do Regimento. Todos, absolutamente todos, mas que o Regimento seja respeitado, Sr. Presidente. Não é admitido, numa Casa parlamentar, que se negue a palavra regimentalmente garantida a qualquer Parlamentar. Não é possível que isso continue acontecendo.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

*(Durante o discurso da Sr<sup>a</sup>. Vanessa Grazziotin, o Sr. Sérgio de Castro deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Rocha.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr<sup>as</sup>



Senadoras, é uma referência muito curta, Senador Paulo, que eu quero fazer, tendo em vista uma matéria de capa em uma das revistas semanais desse fim de semana. Uma dessas revistas colocou uma foto de um dos novos ricos do Brasil, e há páginas e páginas dentro sobre esses novos ricos brasileiros, que são os advogados que cuidam das causas relacionadas especialmente à Lava Jato.

Eu não vou entrar nos detalhes legais. O que eu quero é chamar a atenção para o fato de que raramente se vê uma foto tão explícita do atraso brasileiro, porque, quando eu vi aqueles nomes e os comparei com os dos ricos dos outros países do mundo, dá um choque o atraso brasileiro.

Lá fora, os grandes novos ricos são homens da alta tecnologia: os bill gates, os steve jobs. Não só nos Estados Unidos; quando a gente vai para um país como Israel, os grandes novos ricos são jovens que saíram de *startups*, como eles chamam, com novas invenções. E aquelas invenções propiciaram grandes empreendimentos e fortunas.

No Brasil, hoje, que eu me lembre – e eu fiz um bom exercício –, não há uma única grande fortuna saída da criatividade, da inovação, da alta tecnologia. Quanto às nossas fortunas, algumas são da especulação no mercado financeiro – há diversas – e, agora, de grandes advogados. Ou seja, são riquezas criadas pela ineficiência do sistema jurídico, que contrata, a peso de ouro, pessoas que vão encontrando brechas para que seus clientes escapem dos problemas jurídicos que têm por conta de comportamentos equivocados, fora da lei, ou pelo menos suspeitos de fora da lei, no passado.

O Brasil precisa refletir por que nossas grandes fortunas vêm das coisas tradicionais, como a famosa riqueza dessa JBS, riqueza que vem de uma coisa tão antiga quanto açougue, venda de carne, de que todos nós precisamos. É importante, mas nada a ver com a modernidade. Ou seja, as grandes fortunas vêm de açougues, vêm de advogados... Vêm de agricultura, como era há 500 anos, no Nordeste recém-descoberto pelos portugueses. As fortunas vinham da cana. Depois, houve um tempo em que vinham do ouro. Depois, houve um tempo em que vinham do café, do algodão. Agora vêm da soja, da carne – ou do Direito.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Lá no meu Estado, vinham da borracha.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Da borracha! Lembrando bem. Os bens primários, que caracterizavam economias colonizadas ou, pelo menos, economias sem avanços técnicos. Continuamos iguais, 500 anos depois.

Com, aqui e ali, essas novidades do mercado financeiro, as grandes fortunas graças à especulação, e agora as grandes fortunas graças à – desculpe usar a palavra – "manipulação" das leis. Por que eu coloquei entre aspas? Para dar um toque de legalidade a essa manipulação, não querendo dizer que é algo necessariamente errado, legalmente ou moralmente. Mas não deixa de ser este o produto dessas grandes fortunas: manipular, encontrar brechas na lei e ganhar dinheiro com isso. Sinceramente, isso demonstra, em primeiro lugar, esse atraso fenomenal de um país que abriu mão de ser celeiro de conhecimento para ser celeiro de carne, celeiro de grãos, celeiro de leis, celeiro de brechas na lei.

Quando é que o Brasil vai despertar para ser transformar em um celeiro do conhecimento, celeiro de ciência, de alta tecnologia, de cultura? Inclusive, para que as revistas semanais, quando trouxerem fotos de grandes fortunas, tragam grandes fortunas nos padrões daquelas que estão surgindo no mundo onde o conhecimento é importante. E eu não sei quando vai acontecer isso,



quando é que o Brasil vai ter suas grandes fortunas resultado de grandes invenções, de grandes inovações, de grandes saltos no conhecimento.

Eu sei o que é preciso fazer para que isso aconteça: primeira coisa, é não desperdiçar nenhum cérebro na educação de base; segundo passo, é ter universidades que, além de eficientes, sejam comprometidas com produtos claros de tecnologia e não apenas abstrações; terceiro, ter um corpo de empresários que entendam que a produtividade é importante e que a produtividade vem do conhecimento, da educação, da ciência e da tecnologia; finalmente, o entendimento de que uma economia boa tem que ser competitiva e inovativa e que essa competitividade não pode vir do protecionismo estatal a partir de subsídios, de incentivos, de isenções fiscais, mas sim da capacidade de concorrer internacionalmente sem necessidade do protecionismo que viciou o empresariado brasileiro ao longo de décadas e décadas e até hoje; finalmente, a capacidade de inventar produtos novos, porque é aí que se geram as grandes fortunas, surgem as grandes fortunas do presente. A capacidade de inventar produtos novos, novos bens, novos remédios, por exemplo, novos equipamentos médicos, novos meios de transporte, novas fontes de energia. É aí que realmente está o futuro das fortunas que esperemos que surjam no Brasil, graças à capacidade empresarial, científica e tecnológica.

Até lá, vamos continuar tendo esses choques de atraso que é descobrir, pela capa de uma revista semanal, que os nossos grandes ricos, nossas grandes fortunas surgem da capacidade de alguns manipularem as leis, encontrando brechas dentro delas, em grande parte brechas que existem por incompetência nossa aqui no Congresso, que fazemos leis que não deixam claro o seu espírito. É lamentável, mas essas são as grandes fortunas brasileiras. É lamentável, mas não se vê sinais de que isso vai mudar nos próximos anos.

Felizmente resta a esperança de que o Brasil vai despertar e, ao despertar, vai descobrir meios de fazer com que o País seja, um dia, um celeiro de conhecimento e aí sim que surjam grandes fortunas que nos orgulhem e não essas grandes fortunas que, sinceramente, ao ler a matéria, deixaram-me um toquezinho de constrangimento e até de vergonha. Existem fortunas que orgulham o País; outras, que envergonham. Essas envergonham.

Era isso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Obrigado.

*(O Sr. Paulo Rocha deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Cristovam Buarque.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – É com prazer que eu passo a palavra ao Senador Paulo Rocha.

**O SR. PAULO ROCHA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, quero aproveitar este momento para também analisar a questão da reforma da previdência e chamar a atenção da população brasileira de que tem que voltar a se mobilizar para que não só o Congresso, mas o Governo encontrem caminhos para nós sairmos da crise econômica, social e política, mas que não joguem a conta para o trabalhador, o velho sacrificado do País, principalmente quando o País entra em crise.

Foi, na noite da última quarta-feira, dia 22, que o Presidente Michel Temer ofereceu um jantar no Palácio da Alvorada. No banquete, o cardápio principal foi a aposentadoria dos



trabalhadores brasileiros. O Governo apresentou a nova proposta da reforma da previdência e deu continuidade às articulações para tentar obter votos necessários para aprovar as mudanças nas regras para a obtenção da aposentadoria no Brasil.

Como já havia sido anunciado, o Governo manteve a fixação de idade mínima para aposentadoria de 65 anos para os homens e 62 para as mulheres. O tempo de contribuição mínima para a aposentadoria dos trabalhadores privados foi fixado em 15 anos, enquanto que para os servidores públicos será de 25 anos. Com 15 anos, o trabalhador se aposentará com apenas 60% da renda média da contribuição. Com 25 anos de contribuição, o servidor terá o direito a 70% da renda média de contribuição.

A cada período de cinco anos a mais no trabalho, o percentual do valor da aposentadoria aumenta. Assim, o tempo para se aposentar com benefício integral será de 40 anos de contribuição. A regra de transição estabelece que o trabalhador terá de contribuir por um tempo adicional de 30% em relação ao que falta para completar 30 anos, as mulheres, e 35, os homens, de contribuição.

A idade mínima será a vigente no ano em que a pessoa terminar de cumprir esse pedágio, partindo de um mínimo de 53 anos para mulheres e 55 para os homens. A partir de 2020, a idade mínima subirá um ano a cada dois anos, conforme tabela, até chegar a 62 anos para mulheres, em 2036, e 65 para os homens, em 2038.

Em resumo, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, essa reforma da previdência praticamente tornará impossível para a maioria dos trabalhadores brasileiros se aposentarem. A propaganda do Governo não divulga que todos os trabalhadores terão que acumular 40 anos de contribuição previdenciária para receber o valor completo do benefício.

Ora, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, neste Senado, durante seis meses de trabalho, a comissão parlamentar de inquérito que investigou as contas da Previdência garante que há dinheiro para as aposentadorias, que, para a reforma do sistema previdenciário no País, ao contrário, não é preciso tanta pressa para fazer a reforma desse jeito, principalmente jogando a conta para o pobre do trabalhador e deixando uma fatia na redução das aposentadorias para os banqueiros internacionais. Essa é a conta que o Governo ilegítimo do Temer precisa entregar, porque a reforma trabalhista ele já entregou aos setores privados. Mas, para os banqueiros que exigem a fatia da previdência privada, ele está ainda a dever. Por isso, a pressa de fazer a reforma da previdência.

A CPI comprovou que o tal do rombo da Previdência é uma farsa. O rombo do dinheiro desviado da Previdência chega ao longo do tempo aos históricos R\$2 trilhões. O relatório da CPI, com 253 páginas, apontou a inconsistência de dados e informações apresentadas por este Governo, que desenha um futuro aterrorizante e totalmente inverídico, levando em conta o envelhecimento da população. Isso é um exagero! A CPI da Previdência descobriu que as empresas privadas devem R\$450 bilhões à Previdência. Para piorar a situação, conforme a Procuradoria da Fazenda Nacional apurou, somente R\$175 bilhões correspondem a débitos recuperáveis. Em maio, durante uma das audiências públicas realizadas pela CPI no Senado, foi constatado que as razões para o desequilíbrio das contas da Previdência são as empresas devedoras, as desonerações fiscais e contribuições sociais utilizadas em outras finalidades que não seja a seguridade social.

É por isso que as centrais sindicais estão convocando uma greve geral para o dia 5 de dezembro, contra a nova proposta de desmonte da previdência social apresentada por este Governo. É preciso organizar, desde já, nas bases das categorias, uma forte mobilização da própria



sociedade, porque em cada família brasileira há um aposentado ou há alguém para se aposentar. Por isso, é fundamental também que haja solidariedade da família, dos setores para poder fazer com que os trabalhadores resistam a esse estado de coisas e que promovam um processo de pressão sobre o Congresso Nacional.

É legítima essa pressão. Assim como o Governo, como o Presidente da República está fazendo regabofes e jantares para pressionar sua Base para aprovar uma previdência dessa, é fundamental que a sociedade brasileira... Cadê os batedores de panela? Está faltando, de novo, eles virem para a rua pressionar agora o estado de coisas que levou este Governo a entregar o nosso patrimônio, querendo privatizar setores estratégicos para o desenvolvimento do País.

Principalmente agora, com a reforma trabalhista que precariza a relação capital e trabalho, vêm com toda a força querer aprovar uma previdência social, que, na base, no fundamental, pretende reduzir a obrigatoriedade de o setor público pagar uma previdência decente para o trabalhador, porque aquele que tiver reduzida a sua previdência e quiser buscar uma aposentadoria melhor deverá ser obrigado a bater na porta dos bancos para buscar a complementação através da chamada previdência privada. É este o principal interesse do Governo que está aí para aprovar atabalhoadamente uma reforma da previdência desse jeito.

Vamos realizar amplas mobilizações, assembleias, atos, debates e outras atividades para alertar, informar e mobilizar a classe trabalhadora do País sobre a importância da participação na greve que é contra a reforma da previdência social e pela luta dos seus direitos.

Era isso o que queria falar, Sr. Presidente.

*(Durante o discurso do Sr. Paulo Rocha, o Sr. Cristovam Buarque deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Lindbergh Farias.)*

*(O Sr. Lindbergh Farias deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Rocha.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Dando continuidade aos oradores inscritos nesta tarde, passo a palavra ao Senador Lindbergh Farias.

**O SR. LINDBERGH FARIAS** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu confesso que, de ontem para hoje, fiquei tão indignado com o que eu ouvi – uma declaração de uma *socialite* sobre a filha do ator Bruno Gagliasso e da Giovanna Ewbank – que acordei, na segunda-feira, pensando em que Brasil a gente está, em que sociedade doente a gente está.

Confesso que, no começo, a minha posição era de indignação, de raiva. Eu chego à conclusão de que temos de combater o ódio. E quero parabenizar o Bruno Gagliasso, que foi para a Justiça e que postou ontem uma frase da Angela Davis, que disse: "Numa sociedade racista, não basta apenas não ser racista; temos de ser antirracistas". Então, eu quero, primeiro, cumprimentar a postura do casal, que foi à frente, foi à Justiça lutar contra o racismo.

Mas, no primeiro momento, o meu sentimento era de raiva, de indignação. E eu acho que sempre tem que haver indignação, mas eu acho que a gente não pode se afastar. E eu queria me dirigir aos dois, ao Bruno e à Giovanna, dizendo que há uma corrente de amor de muita gente neste Brasil que ficou indignada e que está trazendo solidariedade. Uma corrente de amor. Vocês



sabem que o Nelson Mandela, na biografia dele, tem uma frase que eu acho que tem tudo a ver com isso que a gente está vendo. E a frase dele, no livro, diz o seguinte:

Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, ou por sua origem, ou sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender. E, se elas aprendem a odiar, podem ser ensinadas a amar, pois o amor chega mais naturalmente ao coração humano do que seu oposto. A bondade humana é uma chama que pode ser oculta, jamais extinta.

Eu acho que a resposta que o Brasil tem que dar a esse caso é isto: uma corrente de amor, uma corrente de solidariedade.

Agora, eu vi tanta gente... E eu fico me perguntando: onde estão aqueles defensores das crianças que foram protestar em museus, falar sobre arte? Onde estão eles agora para repudiar esse ato criminoso de racismo? Onde estão aqueles que foram protestar nos museus, que não falaram nada sobre o garoto que, na semana passada, passou fome e desmaiou numa sala de aula aqui em Brasília?

Então, eu quero começar a fala tocando nesse assunto, porque, segunda-feira passada nós estávamos aqui no Dia da Consciência Negra e ouvimos tantos discursos, mas a prática é que neste Brasil, que teve 300 anos de escravidão, que foi o País com o maior número de escravos do Ocidente, que foi o último país do Ocidente a libertar seus escravos, a cabeça escravocrata das nossas elites continua presente. E eu fico vendo, infelizmente, que não é só uma *socialite* que falou esse bando de besteira, que chamou a menina, a Titi, que é linda... Bruno e Giovanna, vocês têm uma filha linda! Vocês são uma família linda, colorida! E eu fico vendo que essa elite brasileira tem uma cabeça escravocrata porque, infelizmente, não foi só um, foram vários que foram para as redes sociais depois de a Taís Araújo ter feito aquela fala, uma fala contundente sobre racismo com o filho dela.

Então, o racismo tem uma característica estrutural na nossa sociedade, e essa cabeça escravocrata dessa elite, que, na verdade, nunca aceitou que pobre viajassem de avião – empregada doméstica, porteiro –, essa elite com a cabeça escravocrata, que nunca aceitou que jovens negros entrassem nas universidades públicas...

Eu, Senador Donizeti e Senador Paulo Rocha, estudei Medicina na Universidade Federal da Paraíba. Eu comecei fazendo Medicina lá. E, no meu curso, não havia um negro – meu pai era médico, eu vim de uma família de classe média –, não havia um negro. Você sabe que foi uma luta para, neste Congresso Nacional... Se há uma coisa que eu tenho orgulho de ter participado, de ter votado e de ter ajudado foi a constituição de uma política de cotas para as universidades públicas, que mudaram a cara das universidades públicas. Saiu estudo recente dizendo que, de três estudantes universitários, dois são das classes D e E. E eu, que nunca fui atendido por um médico negro, visitei uma universidade no Rio de Janeiro e me emocionei, Donizeti, porque, em uma turma de cem alunos, metade eram jovens negros estudantes de Medicina. Daqui a pouco vamos ter uma primeira geração de médicos negros, de engenheiros – claro, se este Governo não acabar com isso. E nós não vamos aceitar que acabe, porque essa é a base para a construção de uma grande democracia popular.

Agora, se há reação desses setores que trabalham com o ódio, é porque está surgindo uma coisa nova. Não há nada tão forte neste Brasil do que o movimento das mulheres negras, com muita força – coletivos surgindo no Brasil inteiro.



Por isso eu encerro a primeira parte desse meu discurso dizendo que a escravidão, infelizmente, ainda é uma marca presente em nosso País. E é presente principalmente, Senador Paulo Rocha, quando a gente vê a aprovação de uma reforma trabalhista como essa, que vai penalizar os mais pobres, que rasga a Constituição. Não há mais direito ao salário mínimo. O trabalhador passa a receber agora por hora, sem seguro-desemprego, sem direito à aposentadoria. É a marca desta sociedade escravocrata que ainda está presente em nosso País nestes dias.

Mas minha solidariedade e meu abraço a Bruno e Giovanna pela determinação de luta, de seguir em frente, de cobrar. Foi cometido um crime – racismo é crime –, e vocês estão de parabéns! Eu não os conheço, conheço-os pela televisão. Mas quero dizer: não se abalem, não se abalem; o ódio e a intolerância nunca vão vencer o amor.

E a frase que o Bruno Gagliasso postou ontem no Facebook é a frase que tem que ser ressaltada, uma frase de Angela Davis: "Em uma sociedade racista não basta não ser racista, tem que ser antirracista".

Sr. Presidente, quero aqui hoje falar também sobre a reforma da previdência, porque este Governo que está aí moribundo, impopular, com apenas 3% de aprovação da população brasileira, quer aprovar uma reforma da previdência criminosa contra os trabalhadores. E está mentindo muito, gastando 100 milhões na televisão em propaganda, dizendo que está combatendo privilégios.

Eu vou aqui explicar a vocês: ele não está combatendo um privilégio sequer! É um absurdo dizer que um professor universitário é culpado por uma crise – ou um policial militar, que trabalha em condições de dificuldade pelo País afora.

Primeiro, quero dizer o seguinte: vamos ter semanas decisivas. O Governo fala em colocar para votar a reforma da previdência no próximo dia 6 de dezembro. Eu, aqui para nós, não acredito. Eles sabem da dificuldade para aprovar essa reforma, porque Deputado e Senador que votarem contra os trabalhadores, ah! Vão ter muita dificuldade de serem eleitos no próximo ano.

E as centrais sindicais acabaram de chamar uma greve geral para o próximo dia 5. A ideia é parar tudo contra a reforma da previdência. Amanhã, inclusive, vai haver uma mobilização dos servidores públicos federais aqui em Brasília. É uma mobilização contra o desmonte do serviço público, contra a reforma da previdência e a reforma trabalhista.

Há uma Medida Provisória, Senador Paulo Rocha, a 805, que fala em congelamento de salários para o funcionalismo público e aumenta de 11% para 14% o percentual de contribuição previdenciária.

Voltamos à época do governo Fernando Henrique Cardoso, quando foram oito anos sem aumento de salário para os servidores públicos. Só que agora é redução, porque eles congelam e aumentam a contribuição previdenciária.

E quero falar da importância da decisão da Igreja Católica de distribuir santinhos com a cara dos Deputados e Senadores que votarem a favor dessa reforma da previdência.

Vamos lá! Eu quero explicar didaticamente para vocês os principais pontos da reforma da previdência.

O primeiro é que o Temer, que se aposentou aos 55 anos, quer elevar a idade mínima de aposentadoria para 65 anos (homem) e 62 anos (mulher). Senador Paulo Rocha, um trabalhador que começar a trabalhar com 16 anos vai ter que trabalhar 49 anos até os 65 anos. Quando chegar lá, a idade mínima vai estar em 70, porque eles estipulam 65 agora, mas vai subindo a idade



mínima. Então, quem começar a trabalhar com 16 anos vai ter que trabalhar 54 anos para se aposentar aos 70; quem entrou aos 18 vai ter que trabalhar 52 anos para se aposentar aos 70!

Agora, os senhores sabem a expectativa de vida da população em alguns Estados brasileiros? Pois bem, no Maranhão e em Alagoas, a expectativa de vida é de 66 anos. Ao estabelecer essa idade de 65, ele está impedindo que o trabalhador se aposente. Vou dar outro exemplo: em Estados do Norte, como Rondônia, Amazonas e Pará, a expectativa de vida é de 68 anos. Vocês sabem que, no Brasil, a possibilidade de um trabalhador da classe C não chegar aos 65 anos é de 37%; na Suécia, é de 13%. E não é só nos Estados do Norte e do Nordeste. Na verdade, os mais pobres morrem antes por não haver um sistema de saúde que funcione, adequado e por várias questões. Eu vou dar um exemplo para vocês: em São Paulo, que é o desenvolvido do País...

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Antes de entrar em São Paulo, com sua permissão e tem a ver com V. Ex<sup>a</sup>, o pessoal que está lá em cima é seu contrerrâneo. É do curso de direito da Universidade Federal da Paraíba. Sejam bem-vindos.

**O SR. LINDBERGH FARIAS** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Opa, eu sou de João Pessoa. Eu sou Senador pelo Rio de Janeiro, mas eu tenho muito orgulho de ser paraibano, de ser de João Pessoa. Vocês são de qual universidade?

*(Manifestação da plateia.)*

**O SR. LINDBERGH FARIAS** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu estudei direito na Universidade Federal da Paraíba, depois de medicina. Quero cumprimentar a todos.

Vou dar outro exemplo para vocês: cidade de São Paulo. Estou falando da cidade de São Paulo. Nas regiões mais pobres, como na cidade de Tiradentes, sabem qual a expectativa de vida? É de 53 anos; Anhanguera, 54 anos – é claro que nos bairros ricos deve ser 78, mas, nos bairros mais pobres, são essas –; Jardim Ângela, 54 anos; Grajaú, 56 anos; Iguatemi, 57 anos. Então, Senador Paulo Rocha, essa reforma da previdência vai impossibilitar a aposentadoria do povo mais pobre.

Na propaganda da televisão, o que eles dizem? "Não, a proposta era de uma contribuição de 25 anos, mas vamos reduzir para 15 anos." Só que eles não falam o seguinte: se você contribui 15 anos, só recebe 60% do salário. Para você ganhar um salário na integralidade, você vai ter que trabalhar sabe quanto tempo? São 40 anos! E sabemos que no mercado de trabalho ninguém trabalha 40 anos consecutivos; há período em que a pessoa fica desempregada, que não contribui.

Aí eles falam dos privilégios. Pois bem, eu vou dar um exemplo de uma professora. A professora hoje tem direito à aposentadoria especial, os policiais também – no caso de um professor, homem, 30 anos; uma professora, mulher, 25 anos. Digamos que uma professora entra no magistério com 30 anos; ela está com 50; faltam 5 anos para ela se aposentar. Sabe quanto tempo ela vai trabalhar a mais, Senador Paulo Rocha, para poder se aposentar com o salário integral? Ela tem 50; ela teria que trabalhar mais 5; ela vai ter que trabalhar agora mais 20, porque, para ter os 40 anos de contribuição, ela só vai se aposentar com o salário integral aos 70 anos. Vou dar um exemplo de um policial também, que entrou com 30 anos. Quando ele tiver 55 anos, faltarão 5 anos para ele se aposentar. Sabe o que vai acontecer? Ele vai ter que trabalhar mais 15 anos, até os 70 anos, para ter aposentadoria integral.

Michel Temer, cadê o combate aos privilégios dos altos salários do Poder Legislativo, dos altos salários do Poder Judiciário?! Os senhores sabem que há desembargador neste País ganhando





mais de R\$100 mil. Eu mesmo apresentei um projeto aqui para diminuir salário de Senador e Deputado em 20%, mas não tramita. Eu fui Relator de um projeto da Senadora Gleisi, pois não sei se todos sabiam, mas aqui tinham décimo quarto e décimo quinto salário, e conseguimos acabar – eu fui o Relator desse projeto – para ter só o décimo terceiro, porque nenhum trabalhador tem décimo quarto ou décimo quinto. Aqui, são mais de dois meses de férias. Eu sou autor de um projeto para ter um mês de férias só.

E o Poder Judiciário? Quantos absurdos existem no Poder Judiciário? Nisso, Sr. Temer, o senhor não mexe; o senhor só está mexendo nos trabalhadores que ganham um, dois, três salários mínimos e nos servidores, nos funcionários públicos como professores e policiais, que são batalhadores e tinham que ser privilegiados! Um policial coloca a sua vida em risco a cada dia neste País. Vejam a quantidade de policiais mortos no Rio de Janeiro. Aí o senhor está acabando com a aposentadoria especial do policial! Do policial, um trabalhador importante como esse, do professor?! Todo o resto é mentira! Agora, que ele vai ter que trabalhar 40 anos para se aposentar com o salário integral, vai! Qual é o policial que vai aguentar trabalhar 40 anos? Não vai ter nem condição física lá à frente.

O que os senhores estão promovendo aqui é um absurdo, que penaliza o povo trabalhador! E os senhores estão mentindo com a campanha de propaganda, gastando 100 milhões em uma campanha de propaganda na Rede Globo.

Sr. Presidente, há mais um ponto que é importantíssimo neste caso aqui. É que hoje, no caso da previdência, com a contribuição da vida inteira, você descarta os 20% de menor contribuição, para você ficar com um salário maior. A regra é essa. São 80% das maiores contribuições. Eles estão acabando com isso também. Agora, pela proposta, não se descartam mais os 20% menores; é pelos 100%. Isso aí vai reduzir o salário do aposentado em algo em torno de 15% a 20%.

Os servidores públicos. É importante falar para os servidores públicos. Aqui, por exemplo, estamos sendo vistos por vários funcionários aqui que trabalham no Senado. Pois bem, para o servidor público, é o seguinte: quem entrou depois de 2003, só vai ter aposentadoria integral se trabalhar 40 anos – 40 anos! Para os que entraram antes de 2003, só vão ter aposentadoria integral se chegarem a 65 anos (homens) ou 62 (mulheres). Se aposentarem antes disso, terão um percentual a menos. Então, o fato é esse.

Essa coisa de contribuição de 15 anos significa receber um salário 60% do que é o salário. É um corte grande. Um funcionário público que trabalhar 25 anos vai receber 70% do salário na aposentadoria. Então, todo o resto é conversa deste Governo. Eles estão querendo dizer que é uma reforma palatável: "Diminuímos o tempo de contribuição de 25 para 15." Conversa, conversa, conversa! É enrolação do Governo!

É por isso que eu quero encerrar esse ponto aqui, Senador Paulo Rocha, pedindo ao povo brasileiro mobilização. Volto a falar que amanhã os servidores públicos vêm a Brasília e vão fazer uma marcha, mas é fundamental, pessoal, que se faça uma grande greve geral, que mostre que é uma greve ampla. Na primeira greve deste ano, nós paramos este País – e foi uma greve cujo centro era a reforma da previdência. E conseguimos colocar muita gente nas ruas, em especial os professores, professores da rede pública e da rede privada.

É importante que se mostre. Na verdade, o nosso diálogo, a nossa disputa vai ser na comunicação, Senador Paulo Rocha, na narrativa, porque, de fato, é muito dinheiro para fazerem propaganda mentirosa, falando de privilégio. Eu quero que eles me apontem onde é que estão mexendo em privilégios. Não há em lugar nenhum. É só conversa! Eles devem ter feito uma



pesquisa qualitativa e visto que o povo brasileiro, com razão, não aceita privilégios, esses que existem, principalmente nos altos cargos do serviço público. Daí eles bolaram uma peça publicitária que não tem nada a ver com a reforma em si, porque a reforma em si, volto a dizer, é toda contra o trabalhador e contra o aposentado.

Desculpem, mas, do ponto de vista econômico, isso que está sendo feito é um suicídio para o País.

Você sabe, Senador Paulo Rocha, que, no governo do Presidente Lula, foi criado aquele grande mercado de consumo de massa. Muita gente que foi incluída passou a consumir, gastar dinheiro, movimentar a economia. E foi feito um estudo por parte do Ipea: qual o principal motivo para a criação desse grande mercado de consumo de massa no País? Aí, se foi atrás. Estudaram o Bolsa Família. Não é o Bolsa Família; o Bolsa Família ajuda, mas o percentual é muito menor do que o da verdadeira causa. Foram ver o salário mínimo. Claro que o salário mínimo ajudou, mas, na verdade, o maior motivo foi o impacto do aumento do salário mínimo na previdência. Nos nossos governos, o salário mínimo subiu 77% acima da inflação. Aquilo aumentou o quê? O dinheiro na mão do aposentado. E foi esse dinheiro que movimentou a economia. É um dinheiro em que o aposentado, uma senhora compra em remédios, paga a escola do neto.

Eu quero chamar a atenção para outro efeito, porque essa reforma trabalhista e a reforma previdenciária juntas têm outro efeito: vão afundar a economia brasileira. Hoje, 60% da economia na demanda está ligado ao consumo das famílias. Então, é esse dinheiro que movimento a economia. O que é que o Governo está fazendo? O oposto do que o Lula sempre fala. O Lula diz: "Colocar dinheiro nas mãos dos pobres para movimentar a economia". Eles estão retirando tanto na reforma da previdência... Na verdade, o que eles querem com essa reforma da previdência é cortar uma parte da aposentadoria e impedir que outros não se aposentem, pois vão morrer antes. O objetivo é este: eles querem que os trabalhadores morram antes de se aposentar. Então, estão tirando o dinheiro da mão dos que mais precisam. E a reforma trabalhista é a mesma coisa, porque, com a reforma trabalhista, como eu já disse aqui, no trabalho intermitente, o trabalhador vai receber bem menos, por horas, não vai ter seguro desemprego e nem vai ter aposentadoria, porque ele não vai conseguir contribuir. Aí é onde entra outra questão que V. Ex<sup>a</sup> falou aqui, Paulo Rocha: a sustentabilidade da previdência. A reforma trabalhista acaba com a previdência no futuro, porque esse trabalhador intermitente que recebe por hora não vai contribuir, uma vez que ele vai receber R\$200, R\$300. Sabem o que ele teria que fazer todo mês? Pagar R\$187 para o INSS todo dia 20. Ele não vai fazer isso, porque ele não ganha nem um salário mínimo! Ele vai conseguir gastar R\$187 pagando o INSS? Então, está-se causando um rombo na previdência no futuro.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Quando ele estava empregado com relação de carteira assinada, o patrão pagava 20% e ele 9%, 10%. Agora, ao contrário, no intermitente, o patrão deixa de contribuir 20%, e ele fica na perspectiva, se quiser, de pagar os seus 10% ou 20%, o que não vai pagar.

**O SR. LINDBERGH FARIAS** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Ele é que tem que pagar tudo. Não vai pagar.

Você veja: o Paulo Paim fez um brilhante trabalho junto ao Hélio José, e, no relatório deles, disseram que, primeiro, não há rombo da previdência. Quando eles falam em rombo, é porque estão tirando a parte do Governo. No caso da seguridade social, é um sistema tripartite: o empresário paga, o trabalhador paga, e o Governo paga. Estão estabelecidos lá no art. 195 da



Constituição Cofins, PIS/PASEP, Contribuição Social de Lucro Líquido, que foram criados só para a previdência. Só que o Governo não conta isso, porque ele não quer colocar o dinheiro na previdência e quer utilizar esses recursos para pagar juros para o sistema da dívida, que abocanha quase 35% do Orçamento público do nosso País.

E a questão dos grandes sonegadores é outro departamento. Inclusive, eu falei na cara desse Meirelles, que é Ministro da Fazenda, que ele não tinha autoridade para conduzir uma reforma como essa, porque ele foi presidente do Conselho de Administração da JBS. E, enquanto era presidente, a JBS não pagou a previdência. A dívida da JBS é de 2,4 bilhões. E aí tem a cara de pau de vir aqui e falar que vai tirar do trabalhador que ganha um salário mínimo. Dê-se ao respeito, Ministro!

Então, cabe ao povo brasileiro se levantar e ir às ruas e construir uma grande greve geral no próximo dia 5. Se a gente botar povo nas ruas, a gente vai enterrar essa reforma da previdência ainda este ano, porque este Governo é fraco, ele tenta se salvar comprando voto de Deputados. Agora, se o povo for às ruas, se a Igreja Católica fizer o que está falando que vai fazer, ah, eu quero ver. Eles não vão ter os 308 votos, porque esses Deputados vão perceber que quem ficar contra o povo trabalhador não vai se ter chance alguma no processo eleitoral.

Mas, Sr. Presidente, eu queria também aqui falar sobre esse polêmico documento do Banco Mundial, que fala sobre várias questões do País. Fala sobre a reforma da previdência. Mas eu quero centrar hoje no ponto em que o Banco Mundial fala sobre o fim da gratuidade nas universidades públicas brasileiras.

O Banco Mundial divulgou na semana passada um relatório sobre o Brasil, intitulado "Um Ajuste Justo", que vem provocando intensa polêmica.

Na tarde de hoje, gostaria de comentar não todo o relatório, mas o item da proposta de financiar as universidades públicas através do pagamento de mensalidades.

O relatório do Banco enuncia que "as despesas com universidades federais equivalem a um subsídio regressivo à parcela mais rica da população brasileira".

Diz o relatório:

O Governo Federal gasta aproximadamente 0,7% do PIB com universidades federais. A análise de eficiência indica que aproximadamente um quarto desse dinheiro é desperdiçado. Isso também [continua o documento] se reflete no fato de que os níveis de gastos por aluno nas universidades públicas são de duas a cinco vezes maior que o gasto por aluno em universidades privadas. A limitação do financiamento a cada universidade com base no número de estudantes geraria uma economia de aproximadamente 0,3% do PIB [continua o documento]. Além disso, embora os estudantes de universidades federais não paguem por sua educação, mais de 65% deles pertencem aos 40% mais ricos da população.

Após o citado relatório, buscarei mostrar adiante que os seus argumentos são falaciosos e no limite da desonestidade intelectual. Em primeiro lugar, o perfil dos estudantes do ensino superior público não condiz com aquele apontado nesse relatório do Banco Mundial.

Depois, os gastos do PIB com ensino superior estão entre os mais baixos, como veremos adiante, da América Latina.



A proposta do Banco Mundial vem recebendo veemente repúdio da comunidade universitária. O Conselho Universitário da UFRJ publicou uma moção, quinta-feira, contra o documento do Banco Mundial.

Faço questão de ler os três principais parágrafos da moção do Conselho Universitário da UFRJ.

O Conselho Universitário da UFRJ manifesta extremada preocupação com as recomendações do recente documento do Banco Mundial “Um Ajuste Justo - Análise da Eficiência e Equidade do Gasto Público no Brasil”, que apregoa o fim do princípio constitucional da gratuidade do ensino nas Instituições de Ensino Superior públicas, sob o argumento falacioso de diminuição das desigualdades, facilmente desmistificado pela observação do aprofundamento histórico das desigualdades na educação superior nos países onde este ensino é pago.

As recomendações ignoram as elevadas contribuições das universidades públicas para o desenvolvimento sociocultural do País, para o conhecimento científico, tecnológico, artístico e cultural como um direito humano fundamental e, ainda, que os direitos sociais consagrados na Constituição Federal não são responsáveis pelos problemas fiscais.

Aqui há que se dizer que são as universidades públicas que produzem a maior parte da ciência e tecnologia feitas aqui no País. Continua o documento do Conselho Universitário da UFRJ:

O Brasil possui inaceitável estrutura tributária regressiva, segue pagando juros e serviços da dívida nunca auditada, conforme estabelecido pela Constituição Federal, promove sistemática renúncia fiscal para os grandes grupos econômicos e não realiza a efetiva tributação sobre a renda, a propriedade e a herança.

O documento desconsidera, também, o real perfil social dos estudantes das Universidades Federais. Atualmente, cerca de 70% dos estudantes possuem perfil PNAES.

Estão ligados ao Plano Nacional de Assistência Estudantil, ou seja, são de baixa renda. Essa foi uma vitória. Nós mudamos o perfil dos estudantes das universidades públicas quando aprovamos a política de quotas, por exemplo, que está permitindo ao filho do trabalhador entrar nessas universidades. Tal perfil seria excluído das universidades, caso as recomendações do Banco Mundial fossem adotadas.

A questão da mudança do perfil socioeconômico dos estudantes das universidades federais citado na nota da UFRJ merece alguns complementos. Uma pesquisa do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis, publicada em 2016, revela que, em 2014, 51,4% dos estudantes de graduação, nas universidades públicas federais, pertenciam a famílias com renda bruta de até três salários mínimos. Pois bem, a falta de gratuidade vai expulsar essa parcela de jovens. O estudo do Fórum revela, ainda, que apenas 10,6% integravam famílias com renda bruta superior a dez salários mínimos.

Outra pesquisa, lançada no ano passado pela Associação Nacional de Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), mostrou que a participação de estudantes de famílias cuja renda bruta está entre nove e dez salários mínimos caiu, de 2010 a 2014, de 6,57% para 2,96%.



As recomendações do Banco Mundial são mais preocupantes – ensaiam nitidamente uma ofensiva sobre o ensino público e gratuito – quando se sabe que a Comissão de Educação da Câmara voltou a discutir o tema. Há um projeto de um Deputado que fala abertamente – estão querendo votá-lo na Comissão de Educação – do fim da gratuidade nas universidades públicas federais.

Rigorosamente, no Brasil a cooperação técnica e financeira do Banco Mundial ao setor educacional não é novidade: data da primeira metade dos anos 70. Conforme os pesquisadores Miriam Jorge Warde e Sérgio Haddad, duas características são permanentes nesses quase 50 anos de cooperação do Banco Mundial: primeiro, a prevalência da lógica financeira sobre a lógica social e educacional, exatamente; segundo, a falácia de políticas que declaram o objetivo de elevação de qualidade do ensino, enquanto implementam a redução dos gastos públicos para a educação.

Esses aqui mesmo, Senador Paulo Rocha, defendiam a aprovação dessa emenda constitucional do teto dos gastos, que vai ser destruidora para a educação pública, para a saúde pública, para as políticas sociais no País, essa emenda constitucional dos gastos. Para os senhores terem uma ideia, quando o Lula entrou no Brasil, o orçamento do Ministério da Educação era 16 bi. Ele e a Dilma elevaram para 100 bi. Se essa emenda constitucional dos gastos estivesse valendo desde o primeiro dia do Governo do Presidente Lula, sabe para quanto teria ido? Teria ficado em 31 bi; não teria subido para 100 bi. O Lula não ia poder ter construído... Porque, antes de o Lula chegar, havia 140 escolas técnicas, só, no País; ele e a Dilma fizeram 504. Hoje, são 644. Só que não são só escolas técnicas. Elas viraram instituições federais, com ensino superior, inclusive. Com essa emenda constitucional dos gastos, eles não poderiam fazer isso. Universidades federais, nós tínhamos 143 *campi*; foram construídos 175. Uma universidade lá na cidade em que eu fui prefeito, Nova Iguaçu, a universidade rural. Mas essas políticas aqui não teriam acontecido se houvesse indicações como essa do Banco Mundial.

Eu continuo: talvez o documento mais famoso do Banco Mundial a esse respeito, com essas políticas, com essa visão de não privilegiar a educação, ter a lógica financeira sempre na frente da lógica educacional, foi o documento "Ensino superior: as lições derivadas das experiências". Isso é de 1995. Nesse documento, já está consignada a proposta de cobrança de mensalidade das instituições públicas.

A proposta de pagamento de mensalidades é totalmente despropositada, por vários motivos: em primeiro lugar, o Brasil precisa elevar os gastos em educação pública em vez de diminuí-los. Investimos atualmente cerca de 5% do PIB em educação pública, enquanto os países aqui da América Latina estão investindo algo em torno de 6%.

Sobre as propostas de pagamento de mensalidades em universidades públicas, escreve Otaviano Helene, que é um educador e ex-Presidente do Inep:

A diferença entre os desembolsos por estudante no ensino superior e na educação básica pode levar algumas pessoas a imaginar que se estejam privilegiando uns em detrimento de outros, o que não é verdade.

Continua Otaviano Helene:

Segundo dados divulgados pela Unesco [...], na média mundial, cerca de 20% dos recursos públicos educacionais vão para o ensino superior...

(*Soa a campanha.*)



**O SR. LINDBERGH FARIAS** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) –

... contra 17% do registrado no Brasil.

Na América do Sul, apenas o Peru e a Guiana dedicam [...] recursos educacionais para o ensino superior inferiores ao Brasil.

Então, é uma falácia dizer que estamos gastando muito no ensino superior.

De acordo com o último relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), lançado neste ano, no Brasil são investidos, por ano e aluno do ensino superior público, algo em torno de US\$3,4 mil, enquanto no Chile são US\$4,3 mil; na França, US\$9,8 mil; na Alemanha, US\$12,8 mil; Coreia do Sul, US\$8,150 mil; e, quando se trata dos países nórdicos europeus, como Noruega e Dinamarca, o patamar fica acima de US\$20 mil.

Voltando ao texto de Otaviano Helene, ele diz o seguinte:

Um mito que atrapalha o entendimento sobre o que ocorre no financiamento da educação superior pública nos demais países é a suposição que ela seja paga, em grande parte, pelos estudantes.

Embora na média mundial parte dos custos da educação superior seja bancada pelas pessoas, é necessário observar que essas despesas incluem aquelas feitas em instituições privadas.

Embora haja exceções, recursos privados em instituições públicas são pequenos. Nas universidades europeias, por exemplo, quando não nulos, os custos cobertos pelos estudantes não ultrapassam 1% ou 2% da renda *per capita* do país, valor compensado pelas facilidades oferecidas na forma de alimentação, transporte etc.

Concluo, Sr. Presidente, dizendo o seguinte: embora, evidentemente, o Banco Mundial esteja longe de constituir uma unidade compacta, não há dúvida de que a orientação, principalmente a relativa à educação, seja neoliberal. Nesse aspecto, vale observar, por exemplo, que a Unesco, partindo das mesmas categorias do Banco Mundial, chega a conclusões totalmente opostas na crítica da realidade. Países têm implementado programas de ajuste econômico também na área de educação, e diz a Unesco que isso não significa melhora da qualidade da educação.

Por lições da experiência própria, definitivamente, o Banco Mundial é um conselheiro que não serve ao povo nem à juventude brasileira.

Eu concluo essa parte, Sr. Presidente, dizendo o seguinte: eu fui Presidente da União Nacional dos Estudantes. Eu acho que o movimento estudantil brasileiro tem que levar...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. LINDBERGH FARIAS** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – ... a sério essa preocupação com o fim da gratuidade das universidades públicas.

Nesse Governo Temer, estão aplicando um conjunto de receituário neoliberal com toda a força, tudo ao mesmo tempo, agora. O ataque às universidades públicas é um fato. No orçamento das universidades, no próximo ano, vai haver um corte de 35%. Eu não sei como as universidades vão se manter. Há um ataque aos servidores das universidades, que vão ter, neste ano, redução de salário.



Volto a falar: a MP nº 805 congela os salários e aumenta a contribuição previdenciária de 11% para 14%. Esse projeto está tramitando na Câmara dos Deputados. Está lá na Comissão de Educação.

Eu acho que o movimento estudantil brasileiro tem que mergulhar numa campanha em defesa da universidade pública e gratuita, dizendo em alto e bom som que os estudantes não aceitam o fim da gratuidade. O que eles querem é novamente uma universidade pública elitizada. O que eles querem é afastar os filhos dos trabalhadores dessas nossas universidades. Isso foi uma conquista; uma conquista, inclusive, dos nossos governos; uma conquista da aprovação aqui, neste Parlamento, da política de cotas.

Senador Paulo Rocha, sei que já estou falando aqui há bastante tempo. Eu só quero trazer um último assunto.

Fiquei espantado no dia de ontem quando o jornal *Folha de S.Paulo* trouxe uma matéria dizendo que os procuradores da Lava Jato só aceitam fechar um acordo com a Andrade Gutierrez se a Andrade Gutierrez colocar lá a Gamecorp e o filho do Lula. Se não, não aceitam. Gente, é mais um episódio dessa perseguição impressionante contra o Presidente Lula. Isso não é a primeira vez que acontece. Nós já tivemos dois casos assim. Primeiro, foi a delação do Palocci e a do Léo Pinheiro da OAS. Eles deram delação que não envolvia o Lula. Eles disseram: "Não vale! Continuam presos." O que os dois fizeram? Mudaram a delação.

Agora, veja bem: quem está falando isso não é um jornal do PT, não é o meu Facebook ou o da Senadora Gleisi ou o do Paulo Pimenta; é o Jornal *Folha de S.Paulo*, que conversou com membros da Lava Jato. Isso é espantoso! Eu não sei onde eles vão parar com essa perseguição ao Presidente Lula.

Agora há pouco os advogados do Presidente Lula entraram pedindo a inocência da Marisa Letícia nesse processo todo. Eles, numa mistura de maldade, porque isso, como não vinha ao caso, deixaram para lá, Senador Paulo Rocha. Eu tenho para mim que a Marisa morreu fruto desse processo todo. Ela não aguentou aquela exposição da família dela, a perseguição desse aparato judicial partidarizado e da Rede Globo também, que ali fez uma perseguição à família do Presidente Lula.

Esse pessoal todo – acho o seguinte – tinha um plano. Eles tinham um plano, que era o seguinte: "Olha, vamos tirar a Dilma e vamos desmoralizar o Lula. Vamos condenar o Lula. Vamos colocar o juiz Sérgio Moro em cima e a Rede Globo todo dia." Aí, o plano deles era que, em dois anos, em 2018, eles elegeriam Aécio Neves ou um candidato do PSDB à Presidência da República. Faziam o jogo sujo agora, porque esse programa que eles estão querendo implantar de privatizações, de reforma trabalhista, de reforma previdenciária, nenhum Presidente eleito conseguiria fazer, porque ninguém ia ser eleito dizendo: "Olha, eu vou tirar o seu direito. Eu vou aumentar a idade mínima. Eu vou criar a figura desse trabalhador intermitente. Você não vai ter mais o direito ao salário mínimo." Ninguém! Então, foi necessário o golpe.

Mas eu fico vendo, Senador Paulo Rocha, como esse golpe fracassou, porque o Lula não para de subir em tudo que é pesquisa. Na última pesquisa do Ibope, ele deu 35%, 36%; quando foi para os votos válidos, que é o que conta, 48%. No Vox Populi, 55%.

Sabe por quê? As pessoas começam a perceber que a perseguição ao Lula é porque não querem que ele dispute. É porque sabem que uma eleição sem Lula só vai ter um lado, e esse lado é contra os trabalhadores. As pessoas olham para o Lula e lembram: "Puxa, naquela época era diferente. A minha vida era melhor. Eu tinha dinheiro."



Fui lá a Nova Iguaçu neste final de semana e ouvi gente do povo dizendo: "Puxa, naquela época a gente tinha churrasquinho na rua todo final de semana, juntava o pessoal". A turma está muito apertada, está devendo muito, e a gente tem um Presidente da República, esse aí, que não tem preocupação alguma com o povo. Está pouco se lixando, Senador Paulo Rocha.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – E o preço da gasolina?

**O SR. LINDBERGH FARIAS** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – O preço da gasolina...

Pior do que o preço da gasolina, que subiu muito, é o do botijão de gás, porque esse é maldade com o pobre.

Você sabe que era uma política dos governos Lula e Dilma, o preço ficava lá, R\$15, era subsídio. Agora tem lugar que está mais de R\$80. Estamos voltando a ter fogão a lenha, fogão a lenha novamente, porque não dá para um trabalhador que recebe um salário mínimo – agora vai poder receber menos do que o salário mínimo – comprar um botijão de gás com um preço desse.

As pessoas estão percebendo. Aí vem um caso como esse. Sinceramente, gente, isso aqui não é mais democracia. Você sabe que um dos pressupostos da lei da delação premiada é o de que tem que ser voluntário. É incompatível com qualquer pressão física ou psicológica. Aí os procuradores da Lava Jato dizem o seguinte: "Olha, só vai valer a delação se vocês implicarem o filho do Lula e a Gamecorp". Porque no primeiro depoimento eles diziam que não tinha nada de errado com o filho do Lula, e uns imbecis afora, inclusive, diziam que era o dono da JBS.

Não era isso que falavam do Lula? Um bocado de gente, no Facebook, sobre o filho do Lula? Está aí, aconteceu, mostrou o que a JBS tem com o Lula. Não tem nada!

Agora, um caso desse era para espantar, era para desmascarar. Sabe o que eles vão fazer? Daqui a pouco vão falar do filho do Lula. Só sai da cadeia se falar do filho do Lula. Vão falar do filho do Lula porque a ordem é essa, tem que falar do Lula, se não falar do Lula não vale.

Agora, cadê o dinheiro no exterior do Lula? Cadê as malas de dinheiro do Lula?

*(Soa a campanha.)*

**O SR. LINDBERGH FARIAS** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Porque a perseguição é total, se tivessem alguma coisa contra o Lula eles tinham mostrado, mas não conseguem mostrar. Querem dizer que aquele triplex é do Lula. Não está no nome do Lula. Não tem nada no nome do Lula! Mas é porque não querem que ele seja candidato, porque tem medo dele, sabem da relação dele com o povo brasileiro.

Eu encerro, Senador Paulo Rocha, dizendo o seguinte: esse golpe fracassou porque eles não vão conseguir impedir o Presidente Lula de ser candidato. O Presidente Lula vai ser candidato.

Eles estão agora costurando a imagem do Lula como se o Lula fosse um esquerdista raivoso. Todo mundo sabe que o Lula foi Presidente da República e não era isso. Lula, pelo contrário, era um cara que dialogava.

Lula vai ser candidato e nós vamos elegê-lo de novo Presidente da República para tirar o País desse buraco, para voltar a falar em crescimento, ...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. LINDBERGH FARIAS** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – ... em geração de empregos, para ele dizer o que ele sempre diz, que a economia brasileira se recupera quando investe em pobre. Pobre não é problema, pobre é solução.





E nós vamos recebê-lo no Rio de Janeiro, em uma grande caravana no próximo dia 5. Começa no Espírito Santo, no dia 4, chega no dia 5 em Campos e vai rodar todo o Rio de Janeiro, vai para a Baixada Fluminense, vai para São Gonçalo, Maricá, vai para a cidade do Rio de Janeiro. E eu tenho certeza de que vai ser um reencontro, porque muita gente sabe da necessidade de eleger Lula novamente, para o País voltar a sonhar com dias melhores para o seu povo.

Muito obrigado, Senador Paulo Rocha.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Obrigado, Senador Lindbergh.

Não há mais ninguém inscrito como orador para esta sessão.

Dou por encerrada esta sessão.

*(Levanta-se a sessão às 17 horas e 12 minutos.)*



# **MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 181ª SESSÃO**

**EXPEDIENTE**

**Comunicação**



Expediente da Senadora Fátima Bezerra, já disponibilizado no endereço eletrônico do Senado, por meio do qual relata participação na Reunião do Parlamento do Mercosul, realizada em Montevidéu, Uruguai, nos dias 12 e 13 de novembro de 2017, nos termos do Requerimento nº 932, 2017.

O Requerimento vai ao Arquivo.



## Discurso encaminhado à publicação



**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, Dom Reginaldo Andrietta – Bispo Diocesano de Jales – assina artigo “Proteção social sem lógica mercantil” sobre a reforma da Previdência.

Diz ele: O projeto de Reforma da Previdência Social será votado na Câmara dos Deputados tão logo se conclua as negociações do executivo com o legislativo, na forma de “compra de votos” por meio de cargos e emendas parlamentares.

Este projeto reduz direitos constitucionais e ameaça a vida de milhões de brasileiros, de modo especial os socialmente vulneráveis.

A Constituição de 1988, ainda em vigor, assegurou um sistema avançado de proteção social, conquistado a duras penas pela classe trabalhadora no bojo das lutas pela redemocratização do Brasil.

A classe dominante jamais aceitou esse e outros avanços que, em última instância, apenas asseguram as bases para a construção de uma sociedade verdadeiramente democrática e justa.

O congelamento por 20 anos dos gastos com programas sociais e a recente reforma trabalhista ferem gravemente nossa “Constituição Cidadã”.

Agora, a Proposta de Emenda Constitucional 287, que reforma a Previdência Social, se for aprovada, dificultará o acesso à aposentadoria de milhões de trabalhadores, especialmente rurais, reduzirá drasticamente o acesso ao Benefício de Prestação Continuada, que é o benefício assistencial ao idoso e à pessoa com deficiência, e cortará pela metade as pensões de viúvas e viúvos.

Os argumentos utilizados para essa reforma previdenciária são enganadores. O déficit alegado é falso.

Essa constatação foi feita pela própria Comissão Parlamentar de Inquérito, constatando que a Previdência Social é, na realidade superavitária.

Causa espanto um dos argumentos utilizados pelo Presidente da República para essa reforma, que o brasileiro daqui a pouco viverá 140 anos.

Nossa Lei Magna está sendo, assim, mutilada.

Em consequência, os pobres, já crucificados, estão sendo ainda mais sacrificados com o desmonte descarado do sistema de proteção social. Instaura-se a barbárie. Perde-se a civilidade.

O governo de plantão quer que o Estado adote a política de Pilatos. Este “lavou as mãos” na condenação de Jesus. Trata-se da política do “Estado Mínimo” que se exime de sua responsabilidade de proteger sobretudo os mais desvalidos.

O grau de respeito à dignidade humana de uma nação deve ser também medido por seu sistema de proteção social.

A Doutrina Social da Igreja é clara na definição do papel do Estado de salvaguardar os direitos sobretudo dos mais pobres, garantindo, por exemplo, acesso a um sistema de proteção social que não esteja submetido à lógica mercantil. Afinal, proteção social deve ser comprada?

Um sinal muito particular de respeito humano é a proteção às pessoas idosas, a ser garantida, especialmente, por uma aposentadoria justa.



Clamam aos céus o desprezo sofrido por elas. O Salmo 79,1 traduz, sabiamente, o clamor do idoso: “Não me rejeites na minha velhice; não me desampares quando forem acabando as minhas forças”.

O livro de Levítico 19,32 exorta: “Levante-se diante de uma pessoa de cabelos brancos e honre o ancião! ”

Que tal, então, levantarmos-nos em respeito às pessoas idosas de hoje e de amanhã? Que seja um “levante popular”, evidentemente pacífico.

Que tal, por exemplo, distribuírmos ostensivamente, “santinhos” com nomes, fotos e partidos políticos dos legisladores que votarem a favor dessa reforma da previdência, denunciando-os em seus “currais eleitorais”?

David venceu Golias com uma simples funda. A força dos fracos está nas ações simples e contundentes.

Feito o registro, era o que tinha a dizer,

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, na sessão do Congresso, na quarta-feira, dia 22, eu votei pela derrubada do Veto nº 30 ao Projeto de Lei de Conversão decorrente da Medida Provisória nº 778/2017 sobre os débitos previdenciários dos estados, municípios e Distrito Federal.

Votei pela derrubada do veto da Presidência da República por entender que não há necessidade da reforma da Previdência.

Há de se destacar que o próprio governo federal voltou atrás e fez acordo para a derrubada desse veto.

Isso assegurou ao governo abrir mão de R\$ 15 bilhões que os municípios devem ao INSS. Se colocarmos nesta conta as dívidas dos estados e do Distrito Federal, com certeza, esses valores chegarão a R\$ 50 bilhões.

A pergunta que eu faço é a seguinte: se a Previdência está quebrada como alega o governo, por que então o governo abre mão desses R\$ 50 bilhões.

Com essa lógica o governo Temer está assinando embaixo o relatório da CPI da Previdência, ou seja, que a Previdência é superavitária e o principal problema é a má gestão.

Até porque, Senhor Presidente, convenhamos, ninguém abre mão de receber o que lhe devem, sendo que a sua conta bancária está no vermelho. Não é verdade?

A CPI constatou que o lucro da Previdência entre 2005 e 2015 foi de R\$ 821.739.000.000,00 (Oitocentos e vinte e um bilhões e setecentos e trinta e nove milhões)...

Esse valor, atualizado pela taxa Selic, seria hoje de R\$ 2.127.042.463.220.76 (Dois trilhões, cento e vinte e sete bilhões, 42 milhões, quatrocentos e sessenta e três mil, duzentos e vinte reais com setenta e seis centavos).

A CPI também constatou que nos últimos 20 anos devido desvios, sonegações e dívidas, deixaram de entrar nos cofres da Previdência mais de R\$ 3 trilhões.

Já a DRU, senhor Presidente, retirou da Previdência, entre 2000 e 2015, R\$ 614.904.000.000,00 (Seiscentos e catorze bilhões e novecentos e quatro milhões)...



Valor esse atualizado pela taxa Selic seria hoje de R\$ 1.454.747.321.256,90 (Um trilhão, quatrocentos e cinquenta e quatro bilhões, setecentos e quarenta e sete milhões, trezentos e vinte e um mil, duzentos e cinquenta e seis reais com noventa centavos).

Lembrando que no governo Temer o percentual de retirada do orçamento da Seguridade, via DRU, passou de 20% para 30%.

O principal problema da Previdência, e a CPI constatou isso, é a má gestão, a má administração, a sonegação e os desvios, a roubalheira. A Previdência, historicamente, é lucrativa, superavitária.

A Previdência Social é um patrimônio do povo trabalhador e não pode ser entregue aos abutres do setor financeiro e as empresas de previdência privada.

A Previdência Social é uma das maiores distribuidoras de renda do mundo e faz girar a economia em sete de cada dez municípios brasileiros.

Entendo, Senhoras e Senhores, que a reforma da Previdência, nada mais é do que a entrega da galinha dos ovos de ouro da República.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, na abertura das audiências públicas, como é de hábito, cabem algumas considerações preliminares sobre o assunto em pauta.

No caso de hoje, trata-se, mais especificamente, das consequências negativas e do risco de precarização para os trabalhadores com o advento das novas formas do exercício do trabalho a rodear o Brasil.

O próprio tema central do debate já nos adianta suspeitas e espantos acerca dos novos tipos de trabalho em vigor.

Desde o alastramento da prestação de serviços, a terceirização, o teletrabalho, os aplicativos, até os trabalhos avulsos, autônomos e voluntários, tudo nos leva a refletir sobre as prováveis desvantagens inseridas nas novas legislações.

Depois de uma era de expressivas conquistas, o trabalhador brasileiro se depara, neste século, com graves revisões de seus direitos históricos.

Retrospectivamente, as transformações no trabalho, associadas à reestruturação produtiva ocorrida no Brasil a partir da década de 1990, têm imprimido alterações substantivas e impactos diferenciados no mercado de trabalho. Por conta dessa dinâmica, originaram-se debates e interpretações conflitantes de toda ordem.

Nesse contexto, não há como negar a conscientização prevalecente na evolução dos principais indicadores do mercado de trabalho, traduzida na crescente precarização das relações de trabalho.

Na superfície, novas tecnologias parecem suscitar culturas mais justas e modernas no âmbito das relações de produção...

Porém, à luz dos fatos, acabam mesmo é enfraquecendo o papel do trabalhador na hora da divisão dos dividendos produtivos.

Antes de tudo, cumpre esclarecer que a terceirização é um fenômeno que vem ganhando facilmente novos mercados graças à maior lucratividade que pode trazer aos empregadores.



Contudo, o empregado que se submete a tal sistema é privado da proteção que teria caso mantivesse o contrato tradicional de trabalho.

Por outro lado, é bem verdade também que, nos últimos anos, a taxa de desemprego no Brasil tem-se mantido relativamente estável.

No entanto, assistimos a uma redução do emprego no mercado de trabalho formal, concomitante a um crescimento do mercado informal.

Tal inflexão tem sido identificada com uma piora de qualidade, ou precarização do emprego, já que este, no mercado informal, é tido como de baixa qualidade.

Em adição a esse ponto, um estudo encomendado pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), em parceria com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), denuncia outra perversidade da terceirização.

A partir de dados de 2013 do Ministério do Trabalho, verificou-se que os terceirizados trabalham, em média, três horas a mais por semana que os contratados diretos, ao mesmo tempo em que ganham salários médios 25% menores. Para agravar o quadro, a pesquisa indica, igualmente, que eles costumam sofrer mais acidentes de trabalho.

Mais comedido, outro estudo publicado em nota técnica do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) a partir de dados de 2007 a 2012 do Ministério do Trabalho, estimou uma diferença menor entre os salários.

De acordo com esse levantamento, terceirizados ganhariam, em média, 17% menos que os contratados.

Seja o que for, os autores das pesquisas, porém, concluem que outros fatores agravantes impactam igualmente essa diferença, como disparidades no nível de escolaridade dos trabalhadores, idade, gênero, origem regional, cor e tempo de serviço.

Em suma, o que se observa, ao final das contas, é que a qualidade dos postos de trabalho nesse mercado é bastante heterogênea.

Mais que isso, observam-se, também, evidências de que a redução do emprego que está ocorrendo acontece, principalmente, nos postos de baixa qualidade da indústria.

Assim, o fenômeno não se caracteriza pela eliminação dos postos de qualidade, mas pela transferência dos de baixa qualidade para o mercado informal.

Por sua vez, a análise do mercado informal revela, também, uma grande heterogeneidade entre trabalhadores que não têm carteira de trabalho assinada e trabalhadores autônomos. Para o mal ou para o bem, pesquisas têm demonstrado que o emprego destes últimos tem crescido a taxas elevadas como resultado da terceirização.

Vejam, Senhoras e Senhores, até mesmo os economistas da Fundação Getúlio Vargas (FGV) apontam a recente recessão econômica no Brasil como a mais "destruidora de emprego" nos últimos 25 anos.

Em matéria publicada há bem pouco tempo no jornal *Folha de S.Paulo*, eles mostram que o desemprego atual supera a taxa de desocupação durante as crises dos anos 1990.

Esse estudo mostra, ainda, que o percentual médio da força de trabalho que se declarou ocupada recuou para 86%. Isso porque, além dos 14 milhões de desempregados, ainda existe um contingente de 10 milhões de pessoas ocupadas de forma precária ou temporária.

Para os estudiosos da FGV, a crise política e econômica tem resultado em uma persistência do desemprego, tornando-se já um problema estrutural.





Aliás, Senhoras e Senhores, segundo técnicos do Dieese, a saída para a economia consistiria, sobretudo, em investir na capacidade produtiva, o que a insegurança política atual, porém, não permitiria.

Em síntese, seria indispensável ter uma dinâmica positiva, por meio da qual as empresas e o Governo, juntos, estimulassem vultosos investimentos.

No entanto, o que constatamos hoje é que a crise política não gera esse movimento e torna a situação insegura. Enquanto os empresários retalham investimentos, a máquina pública corta gastos indiscriminadamente.

Sob uma ótica essencialmente cética, sem a superação da crise política, a economia não retomará um ritmo de crescimento adequado.

Por outro lado, o aumento atual da força de trabalho no mercado informal remete-nos a novas e desafiadoras questões para as políticas públicas.

Apesar de a Justiça Trabalhista ter criado alguns dispositivos com o fim de amenizar os impactos do fenômeno terceirizante no mercado, faz-se imperativo que mudanças mais profundas aconteçam para que eles alcancem o seu objetivo plenamente.

Em realidade, desde que a flexibilização nos contratos de trabalho foi aprovada no Congresso Nacional, o panorama trabalhista ganhou contornos nada alvissareiros.

Como se sabe, após uma manobra que desengavetou um projeto parado há quinze anos no Congresso, a Câmara dos Deputados aprovou a ampla liberação da terceirização do trabalho no País.

A nova e truculenta legislação foi instantaneamente sancionada pelo Presidente Michel Temer.

Até então, segundo o entendimento da Justiça do Trabalho, apenas as denominadas "atividades meio" poderiam ser terceirizadas no País.

A partir da entrada em vigor da nova legislação, uma empresa passa a dispor do benefício de terceirizar as atividades diretamente ligadas à produção-fim.

Desse modo, além de poder contratar trabalhadores de outras empresas para desempenhar funções auxiliares, agora também pode agregar terceirizados na atividade fim.

Em meio a essa devastadora lógica, não nos custaria nada recordar que o trabalho é ainda a forma mais digna de garantir a subsistência.

É por meio dele que cada ser humano contribui para a construção de uma sociedade, seja pela alteração dos recursos naturais ou pela integração do homem ao meio social.

Nesse sentido, uma sociedade sem trabalho foge aos limites do possível. Mas, apesar dessa forte ligação do homem com o trabalho, e deste com a sociedade, algumas mudanças no setor produtivo levantam questionamentos sobre até onde é possível explorar a mão-de-obra em busca do lucro.

No capitalismo contemporâneo, esse questionamento adquiriu ainda um peso maior, graças ao fenômeno da terceirização.

Enfim, para não tomarmos mais tempo nessas preliminares, cumpre-nos, agora, concluir e avançar para os aguardados debates.

Para encerrar, aos trabalhadores, escapa-nos o controle sobre o processo de transformação do trabalho, mas, certamente, isso não inviabiliza nossa capacidade de intervenção na elaboração de saídas mais inteligentes e justas.



# Matérias recebidas da Câmara dos Deputados





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 224, DE 2017

(nº 502/2016, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PRÓ CIDADANIA E CULTURA DE PARACURU para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Paracuru, Estado do Ceará.

**AUTORIA:** Câmara dos Deputados

**DOCUMENTOS:**

- Texto do projeto de decreto legislativo

- Projeto original

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1486372&filename=PDC-502-2016](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1486372&filename=PDC-502-2016)

- Documentos

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1458020&filename=MSC+218/2016](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1458020&filename=MSC+218/2016)

À Comissão de Ciências, Tecnologia, Comunicação e Informática, em decisão terminativa



Página da matéria



Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PRÓ CIDADANIA E CULTURA DE PARACURU para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Paracuru, Estado do Ceará.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 3.612, de 19 de agosto de 2015, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que renova, por dez anos, a partir de 27 de junho de 2013, a autorização outorgada à Associação Comunitária Pró Cidadania e Cultura de Paracuru para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Paracuru, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS,                      de novembro de 2017.

RODRIGO MAIA  
Presidente





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 225, DE 2017

(nº 536/2016, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE CATALÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Catalão, Estado de Goiás.

**AUTORIA:** Câmara dos Deputados

**DOCUMENTOS:**

- Texto do projeto de decreto legislativo

- Projeto original

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1496774&filename=PDC-536-2016](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1496774&filename=PDC-536-2016)

- Documentos

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1459251&filename=MSC+231/2016](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1459251&filename=MSC+231/2016)

À Comissão de Ciências, Tecnologia, Comunicação e Informática, em decisão terminativa



[Página da matéria](#)



Aprova o ato que renova a  
autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO  
DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE  
CATALÃO para executar serviço de  
radiodifusão comunitária no  
Município de Catalão, Estado de  
Goiás.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 6.168, de 1º de dezembro de 2015, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que renova, por dez anos, a partir de 6 de setembro de 2012, a autorização outorgada à Associação de Radiodifusão Comunitária de Catalão para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Catalão, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS,                      de novembro de 2017.

RODRIGO MAIA  
Presidente





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 226, DE 2017

(nº 703/2017, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA BENEFICENTE ARTÍSTICA E CULTURAL GUARANIENSE DE RÁDIO E TV para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Guarani, Estado de Minas Gerais.

**AUTORIA:** Câmara dos Deputados

**DOCUMENTOS:**

- Texto do projeto de decreto legislativo

- Projeto original

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1573250&filename=PDC-703-2017](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1573250&filename=PDC-703-2017)

- Documentos

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1458020&filename=MSC+218/2016](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1458020&filename=MSC+218/2016)

À Comissão de Ciências, Tecnologia, Comunicação e Informática, em decisão terminativa



[Página da matéria](#)



Aprova o ato que renova a  
autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO  
COMUNITÁRIA BENEFICENTE ARTÍSTICA E  
CULTURAL GUARANIENSE DE RÁDIO E TV  
para executar serviço de  
radiodifusão comunitária no  
Município de Guarani, Estado de  
Minas Gerais.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 468, de 5 de junho de 2015, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que renova, por dez anos, a partir de 14 de novembro de 2012, a autorização outorgada à Associação Comunitária Beneficente Artística e Cultural Guaraniense de Rádio e TV para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Guarani, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de novembro de 2017.

RODRIGO MAIA  
Presidente





Os Projetos de Decreto Legislativo n<sup>o</sup>s 224 a 226/2017 serão apreciadas terminativamente pela CCT, onde poderão receber emendas pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, “c”, do Regimento Interno.



# Mensagens do Presidente da República




Mensagem nº 465

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 66 da Constituição, comunico a Vossas Excelências que acabo de sancionar o projeto de lei que “Institui o Dia Nacional do Ciclista”. Para o arquivo do Congresso Nacional, restituo, nesta oportunidade, dois autógrafos do texto ora convertido na Lei nº 13.508, de 22 de novembro de 2017.

Brasília, 22 de novembro de 2017.

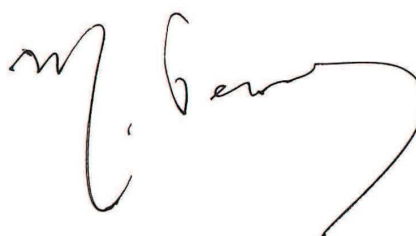


Mensagem nº 467

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, em face da rejeição pelo Congresso Nacional do veto parcial ao Projeto de Lei nº 130, de 2014 - Complementar (nº 54/15 - Complementar, na Câmara dos Deputados), transformado na Lei Complementar nº 160, de 7 de agosto de 2017, que “Dispõe sobre convênio que permite aos Estados e ao Distrito Federal deliberar sobre a remissão dos créditos tributários, constituídos ou não, decorrentes das isenções, dos incentivos e dos benefícios fiscais ou financeiro-fiscais instituídos em desacordo com o disposto na alínea “g” do inciso XII do § 2º do art. 155 da Constituição Federal e a reinstituição das respectivas isenções, incentivos e benefícios fiscais ou financeiro-fiscais; e altera a Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014”, acabo de promulgá-lo, nos termos da Constituição, motivo pelo qual ora restituo dois exemplares dos respectivos autógrafos.

Brasília, 22 de novembro de 2017.



Foram encaminhadas à publicação as Mensagens n<sup>os</sup> 470 a 481, de 2017, da Presidência da República, comunicando a sanção dos Projetos de Lei do Congresso Nacional n<sup>os</sup> 2 a 7, 9, 10, 11, 14, 16 e 28.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

São as seguintes as Mensagens:



PLN 10/2017

Mensagem nº 470

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 66 da Constituição, comunico a Vossas Excelências que acabo de sancionar o projeto de lei que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Presidência da República e dos Ministérios da Educação, da Indústria, Comércio Exterior e Serviços e da Saúde, crédito especial no valor de R\$ 30.439.400,00, para os fins que especifica”. Para o arquivo do Congresso Nacional, restituo, nesta oportunidade, dois autógrafos do texto ora convertido na Lei nº 13.510, de 24 de novembro de 2017.

Brasília, 24 de novembro de 2017.



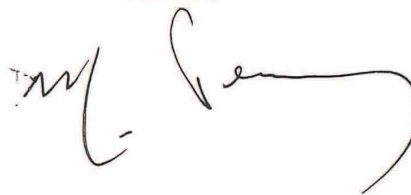
PLN 3/2012

Mensagem nº 471

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 66 da Constituição, comunico a Vossas Excelências que acabo de sancionar o projeto de lei que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, crédito suplementar no valor de R\$ 49.500.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”. Para o arquivo do Congresso Nacional, restituo, nesta oportunidade, dois autógrafos do texto ora convertido na Lei nº 13.511, de 24 de novembro de 2017.

Brasília, 24 de novembro de 2017.



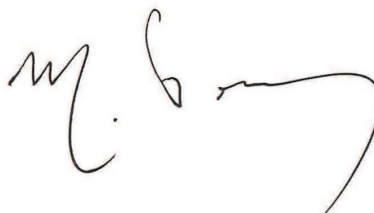
PLN 4/2017

Mensagem nº 472

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 66 da Constituição, comunico a Vossas Excelências que acabo de sancionar o projeto de lei que “Abre ao Orçamento de Investimento da União para 2017, em favor da empresa Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf, crédito suplementar no valor de R\$ 164.686.056,00, para os fins que especifica”. Para o arquivo do Congresso Nacional, restituo, nesta oportunidade, dois autógrafos do texto ora convertido na Lei nº 13.512, de 24 de novembro de 2017.

Brasília, 24 de novembro de 2017.





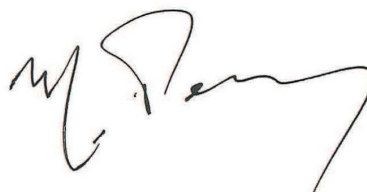
PLN 5/2017

Mensagem nº 473

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 66 da Constituição, comunico a Vossas Excelências que acabo de sancionar o projeto de lei que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Educação, da Saúde e do Meio Ambiente e de Transferências a Estados, ao Distrito Federal e a Municípios, crédito especial no valor de R\$ 54.316.267,00, para os fins que especifica”. Para o arquivo do Congresso Nacional, restituo, nesta oportunidade, dois autógrafos do texto ora convertido na Lei nº 13.513, de 24 de novembro de 2017.

Brasília, 24 de novembro de 2017.



PL N 5/2012

Mensagem nº 474

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 66 da Constituição, comunico a Vossas Excelências que acabo de sancionar o projeto de lei que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério Público da União, crédito especial no valor de R\$ 2.700.000,00, para o fim que especifica”. Para o arquivo do Congresso Nacional, restituo, nesta oportunidade, dois autógrafos do texto ora convertido na Lei nº 13.514, de 24 de novembro de 2017.

Brasília, 24 de novembro de 2017.




Mensagem nº 475

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 66 da Constituição, comunico a Vossas Excelências que acabo de sancionar o projeto de lei que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor de R\$ 7.720.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”. Para o arquivo do Congresso Nacional, restituo, nesta oportunidade, dois autógrafos do texto ora convertido na Lei nº 13.515, de 24 de novembro de 2017.

Brasília, 24 de novembro de 2017.



Mensagem nº 476

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 66 da Constituição, comunico a Vossas Excelências que acabo de sancionar o projeto de lei que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça e Cidadania, crédito especial no valor de R\$ 60.000.000,00, para o fim que especifica”. Para o arquivo do Congresso Nacional, restituo, nesta oportunidade, dois autógrafos do texto ora convertido na Lei nº 13.516, de 24 de novembro de 2017.

Brasília, 24 de novembro de 2017.

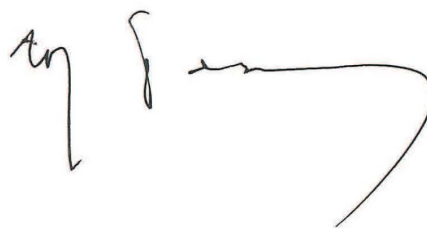


Mensagem nº 477

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 66 da Constituição, comunico a Vossas Excelências que acabo de sancionar o projeto de lei que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, de Encargos Financeiros da União e de Transferências a Estados, ao Distrito Federal e a Municípios, crédito suplementar no valor de R\$ 305.047.057,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”. Para o arquivo do Congresso Nacional, restituo, nesta oportunidade, dois autógrafos do texto ora convertido na Lei nº 13.517, de 24 de novembro de 2017.

Brasília, 24 de novembro de 2017.



Mensagem nº 478

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 66 da Constituição, comunico a Vossas Excelências que acabo de sancionar o projeto de lei que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor de R\$ 38.619.878,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”. Para o arquivo do Congresso Nacional, restituo, nesta oportunidade, dois autógrafos do texto ora convertido na Lei nº 13.518, de 24 de novembro de 2017.

Brasília, 24 de novembro de 2017.



Mensagem nº 479

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 66 da Constituição, comunico a Vossas Excelências que acabo de sancionar o projeto de lei que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Integração Nacional, crédito suplementar no valor de R\$ 164.600.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”. Para o arquivo do Congresso Nacional, restituo, nesta oportunidade, dois autógrafos do texto ora convertido na Lei nº 13.519, de 24 de novembro de 2017.

Brasília, 24 de novembro de 2017.

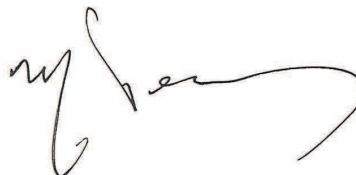


Mensagem nº 480

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 66 da Constituição, comunico a Vossas Excelências que acabo de sancionar o projeto de lei que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, crédito suplementar no valor de R\$ 58.594.866,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”. Para o arquivo do Congresso Nacional, restituo, nesta oportunidade, dois autógrafos do texto ora convertido na Lei nº 13.520, de 24 de novembro de 2017.

Brasília, 24 de novembro de 2017.





Mensagem nº 481

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 66 da Constituição, comunico a Vossas Excelências que acabo de sancionar o projeto de lei que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Presidência da República e dos Ministérios da Educação, da Justiça e Cidadania, do Desenvolvimento Social e Agrário e das Cidades, crédito especial no valor de R\$ 330.073.110,00, para os fins que especifica”. Para o arquivo do Congresso Nacional, restituo, nesta oportunidade, dois autógrafos do texto ora convertido na Lei nº 13.521, de 24 de novembro de 2017.

Brasília, 24 de novembro de 2017.



# Ofício da Câmara dos Deputados



A Presidência comunica ao Plenário que recebeu o Ofício nº 1.432, de 2017, na origem, do Presidente da Câmara dos Deputados, comunicando ter sido constatada inexatidão material nos autógrafos encaminhados por aquela Casa do Projeto de Lei de Conversão nº 37, de 2017 (proveniente da Medida Provisória nº 791, de 2017), que cria a Agência Nacional de Mineração e extingue o Departamento Nacional de Produção Mineral.

O Ofício será juntado ao processado da matéria.

É o seguinte o ofício:





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. n. 1.432/2017/SGM-P

Brasília, 24 de novembro de 2017.

À Publicação.  
Em 27/11/2017

À Sua Excelência o Senhor  
Senador EUNÍCIO OLIVEIRA  
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Comunica inexatidão em texto de autógrafos.**

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que foi verificada inexatidão no texto dos autógrafos da Medida Provisória nº 791 de 2017 (Projeto de Lei de Conversão nº 37 de 2017), que "cria a Agência Nacional de Mineração e extingue o Departamento Nacional de Produção Mineral".

O texto do Projeto de Lei de Conversão nº 37 de 2017, aprovado na Sessão Deliberativa Extraordinária de 22 de novembro do corrente ano, trazia cláusula de vigência no art. 40 e cláusula de revogação no art. 39. Em observância à ordem disposta na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, o art. 40 foi renumerado para art. 39 na Redação Final, e vice-versa. No entanto, a remissão prevista na cláusula de vigência não foi atualizada.

Assim, onde se lê, na alínea *b* do inciso I do art. 39:

"b) à alínea *b* do inciso I do *caput* do art. 39 desta Lei;"

Leia-se:

"b) à alínea *b* do inciso I do *caput* do art. 40 desta Lei;"



Documento : 76652 - 1

Recebido em 24/11/2017  
Hora: 17:24  
  
Marcos Helder Crisóstomo Damasceno  
Matrícula 267858  
SLSF/SGM

24.579 (AGO/16)



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Ademais, como as revogações previstas nas alíneas *a* e *b* do inciso II do art. 40 apenas ocorrerão em 1º de janeiro de 2019, faz-se necessário retirar a indicação de revogação aposta nos textos alterados pelo projeto.

Assim, no art. 28:

- Suprima-se a expressão “§ 3º (Revogado).” constante da alteração ao art. 1º da Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004;
- Suprimam-se as expressões “§ 5º (Revogado).” e “§ 6º (Revogado).” constantes da alteração ao art. 3º da Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004.

Solicito, nesses termos, correção dos autógrafos enviados ao Senado Federal.

Atenciosamente,

  
**RODRIGO MAIA**  
Presidente da Câmara dos Deputados



Documento : 76652 - 1



24.579 (AGO/16)



# Requerimento





# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO Nº 1.011, DE 2017

Requer, nos termos do art. 13, 39, I; e 40 do Regimento Interno do Senado Federal; combinados com o artigo nº 55, III, da Constituição Federal, licença dos trabalhos da Casa, no período de 26 a 28 de novembro de 2017, para participar da Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura, Ciência Tecnologia e Esportes do Parlamento do Mercosul, a realizar-se no dia 27 de novembro de 2017 e, Foz do Iguaçu, Paraná.

**AUTORIA:** Senadora Fátima Bezerra (PT/RN)



[Página da matéria](#)



RGS

00100.177557/2017-66 (VIA 001)

01011/2017



SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora FÁTIMA BEZERRA PT | RN

*publicada  
Em 27/11/17*Sen. EUNÍCIO OLIVEIRA  
Presidente do Senado FederalREQUERIMENTO nº <sup>1011</sup>~~1012~~/2017

Requeiro com base nos termos dos artigos 13; 39, I; e 40 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF); combinados com o artigo 55, III, da Constituição Federal; licença dos trabalhos da Casa, no período de 26 a 28 de novembro de 2017, para participar da Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Esportes do Parlamento do Mercosul, a realizar-se no dia 27 de novembro de 2017, na sede da Universidade Federal de Integração Latino-Americana UNILA, em Foz do Iguaçu, Paraná, conforme ato convocatório e ordem do dia anexados a este requerimento.

Sala das Sessões,

de novembro de 2017.

FÁTIMA BEZERRA

Senadora da República pelo Rio Grande do Norte

Senado Federal – Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF  
Telefone: +55 (61) 3303-1884 – fatima.bezerra@senadora.leg.br



## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

### Bahia

**Bloco-PSB** - Lídice da Mata\*  
**Bloco-PP** - Roberto Muniz\* (S)  
**Bloco-PSD** - Otto Alencar\*\*

### Rio de Janeiro

**Bloco-PRB** - Eduardo Lopes\* (S)  
**Bloco-PT** - Lindbergh Farias\*  
**Bloco-PODE** - Romário\*\*

### Maranhão

**-PMDB** - Edison Lobão\*  
**-PMDB** - João Alberto Souza\*  
**Bloco-PSDB** - Roberto Rocha\*\*

### Pará

**Bloco-PSDB** - Flexa Ribeiro\*  
**-PMDB** - Jader Barbalho\*  
**Bloco-PT** - Paulo Rocha\*\*

### Pernambuco

**Bloco-PTB** - Armando Monteiro\*  
**Bloco-PT** - Humberto Costa\*  
**-PMDB** - Fernando Bezerra Coelho\*\*

### São Paulo

**-PMDB** - Aírton Sandoval\* (S)  
**-PMDB** - Marta Suplicy\*  
**Bloco-PSDB** - José Serra\*\*

### Minas Gerais

**Bloco-PSDB** - Aécio Neves\*  
**-PMDB** - Zeze Perrella\* (S)  
**Bloco-PSDB** - Antonio Anastasia\*\*

### Goiás

**Bloco-PSB** - Lúcia Vânia\*  
**Bloco-PP** - Wilder Morais\* (S)  
**Bloco-DEM** - Ronaldo Caiado\*\*

### Mato Grosso

**Bloco-PR** - Cidinho Santos\* (S)  
**Bloco-PODE** - José Medeiros\* (S)  
**Bloco-PR** - Wellington Fagundes\*\*

### Rio Grande do Sul

**Bloco-PP** - Ana Amélia\*  
**Bloco-PT** - Paulo Paim\*  
**Bloco-PSD** - Lasier Martins\*\*

### Ceará

**-PMDB** - Eunício Oliveira\*  
**Bloco-PT** - José Pimentel\*  
**Bloco-PSDB** - Tasso Jereissati\*\*

### Paraíba

**Bloco-PSDB** - Cássio Cunha Lima\*  
**-PMDB** - Raimundo Lira\* (S)  
**-PMDB** - José Maranhão\*\*

### Espírito Santo

**Bloco-PR** - Magno Malta\*  
**Bloco-PDT** - Sérgio de Castro\* (S)  
**-PMDB** - Rose de Freitas\*\*

### Piauí

**Bloco-PP** - Ciro Nogueira\*  
**Bloco-PT** - Regina Sousa\* (S)  
**-PMDB** - Elmano Férrer\*\*

### Rio Grande do Norte

**-PMDB** - Garibaldi Alves Filho\*  
**Bloco-DEM** - José Agripino\*  
**Bloco-PT** - Fátima Bezerra\*\*

### Santa Catarina

**Bloco-PSDB** - Dalirio Beber\* (S)  
**Bloco-PSDB** - Paulo Bauer\*  
**-PMDB** - Dário Berger\*\*

### Alagoas

**Bloco-PP** - Benedito de Lira\*  
**-PMDB** - Renan Calheiros\*  
**Bloco-PTC** - Fernando Collor\*\*

### Sergipe

**Bloco-PSDB** - Eduardo Amorim\*  
**Bloco-PSB** - Elber Batalha\* (S)  
**Bloco-DEM** - Maria do Carmo Alves\*\*

### Mandatos

\*: Período 2011/2019    \*\*: Período 2015/2023

### Amazonas

**-PMDB** - Eduardo Braga\*  
**Bloco-PCdoB** - Vanessa Grazziotin\*  
**Bloco-PSD** - Omar Aziz\*\*

### Paraná

**Bloco-PT** - Gleisi Hoffmann\*  
**-PMDB** - Roberto Requião\*  
**Bloco-PODE** - Alvaro Dias\*\*

### Acre

**Bloco-PT** - Jorge Viana\*  
**Bloco-PSD** - Sérgio Petecão\*  
**Bloco-PP** - Gladson Cameli\*\*

### Mato Grosso do Sul

**Bloco-PSC** - Pedro Chaves\* (S)  
**-PMDB** - Waldemir Moka\*  
**-PMDB** - Simone Tebet\*\*

### Distrito Federal

**Bloco-PPS** - Cristovam Buarque\*  
**-PROS** - Hélio José\* (S)  
**-S/Partido** - Reguffe\*\*

### Rondônia

**Bloco-PP** - Ivo Cassol\*  
**-PMDB** - Valdir Raupp\*  
**Bloco-PDT** - Acir Gurgacz\*\*

### Tocantins

**Bloco-PSDB** - Ataídes Oliveira\* (S)  
**Bloco-PR** - Vicentinho Alves\*  
**-PMDB** - Kátia Abreu\*\*

### Amapá

**Bloco-PSB** - João Capiberibe\*  
**Bloco-REDE** - Randolfe Rodrigues\*  
**Bloco-DEM** - Davi Alcolumbre\*\*

### Roraima

**Bloco-PDT** - Ângela Portela\*  
**-PMDB** - Romero Jucá\*  
**Bloco-PTB** - Telmário Mota\*\*



## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

### (Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

#### PMDB - 22

Airton Sandoval.	SP
Dário Berger.	SC
Edison Lobão.	MA
Eduardo Braga.	AM
Elmano Férrer.	PI
Eunício Oliveira.	CE
Fernando Bezerra Coelho.	PE
Garibaldi Alves Filho.	RN
Jader Barbalho.	PA
José Maranhão.	PB
João Alberto Souza.	MA
Kátia Abreu.	TO
Marta Suplicy.	SP
Raimundo Lira.	PB
Renan Calheiros.	AL
Roberto Requião.	PR
Romero Jucá.	RR
Rose de Freitas.	ES
Simone Tebet.	MS
Valdir Raupp.	RO
Waldemir Moka.	MS
Zeze Perrella.	MG

#### Bloco Social Democrata - 15 PSDB-11 / DEM-4

Aécio Neves.	PSDB / MG
Antonio Anastasia.	PSDB / MG
Ataídes Oliveira.	PSDB / TO
Cássio Cunha Lima.	PSDB / PB
Dalirio Beber.	PSDB / SC
Davi Alcolumbre.	DEM / AP
Eduardo Amorim.	PSDB / SE
Flexa Ribeiro.	PSDB / PA
José Agripino.	DEM / RN
José Serra.	PSDB / SP
Maria do Carmo Alves.	DEM / SE
Paulo Bauer.	PSDB / SC
Roberto Rocha.	PSDB / MA
Ronaldo Caiado.	DEM / GO
Tasso Jereissati.	PSDB / CE

#### Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 12 PT-9 / PDT-3

Acir Gurgacz.	PDT / RO
Ângela Portela.	PDT / RR
Fátima Bezerra.	PT / RN
Gleisi Hoffmann.	PT / PR
Humberto Costa.	PT / PE
Jorge Viana.	PT / AC
José Pimentel.	PT / CE
Lindbergh Farias.	PT / RJ
Paulo Paim.	PT / RS
Paulo Rocha.	PT / PA
Regina Sousa.	PT / PI
Sérgio de Castro.	PDT / ES

#### Bloco Parlamentar Democracia Progressista - 11

##### PP-7 / PSD-4

Ana Amélia.	PP / RS
Benedito de Lira.	PP / AL
Ciro Nogueira.	PP / PI
Gladson Cameli.	PP / AC
Ivo Cassol.	PP / RO
Lasier Martins.	PSD / RS
Omar Aziz.	PSD / AM
Otto Alencar.	PSD / BA
Roberto Muniz.	PP / BA
Sérgio Petecão.	PSD / AC
Wilder Morais.	PP / GO

#### Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania - 10

##### PSB-4 / PCdoB-1 / REDE-1 / PPS-1

##### PODE-3

Alvaro Dias.	PODE / PR
Cristovam Buarque.	PPS / DF
Elber Batalha.	PSB / SE
João Capiberibe.	PSB / AP
José Medeiros.	PODE / MT
Lídice da Mata.	PSB / BA
Lúcia Vânia.	PSB / GO
Randolfe Rodrigues.	REDE / AP
Romário.	PODE / RJ
Vanessa Grazziotin.	PCdoB / AM

#### Bloco Moderador - 9

##### PTB-2 / PR-4 / PSC-1 / PRB-1

##### PTC-1

Armando Monteiro.	PTB / PE
Cidinho Santos.	PR / MT
Eduardo Lopes.	PRB / RJ
Fernando Collor.	PTC / AL
Magno Malta.	PR / ES
Pedro Chaves.	PSC / MS
Telmário Mota.	PTB / RR
Vicentinho Alves.	PR / TO
Wellington Fagundes.	PR / MT

#### S/Partido - 1

Reguffe.	DF
----------	----

#### PROS - 1

Hélio José.	DF
-------------	----

PMDB.	22
Bloco Social Democrata.	15
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	12
Bloco Parlamentar Democracia Progressista.	11
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.	10
Bloco Moderador.	9
PROS.	1
S/Partido.	1
<b>TOTAL</b>	<b>81</b>

## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz\*\* (Bloco-PDT-RO)  
 Aécio Neves\* (Bloco-PSDB-MG)  
 Airton Sandoval\* (-PMDB-SP)  
 Alvaro Dias\*\* (Bloco-PODE-PR)  
 Ana Amélia\* (Bloco-PP-RS)  
 Ângela Portela\* (Bloco-PDT-RR)  
 Antonio Anastasia\*\* (Bloco-PSDB-MG)  
 Armando Monteiro\* (Bloco-PTB-PE)  
 Ataídes Oliveira\* (Bloco-PSDB-TO)  
 Benedito de Lira\* (Bloco-PP-AL)  
 Cássio Cunha Lima\* (Bloco-PSDB-PB)  
 Cidinho Santos\* (Bloco-PR-MT)  
 Ciro Nogueira\* (Bloco-PP-PI)  
 Cristovam Buarque\* (Bloco-PPS-DF)  
 Dalirio Beber\* (Bloco-PSDB-SC)  
 Dário Berger\*\* (PMDB-SC)  
 Davi Alcolumbre\*\* (Bloco-DEM-AP)  
 Edison Lobão\* (-PMDB-MA)  
 Eduardo Amorim\* (Bloco-PSDB-SE)  
 Eduardo Braga\* (-PMDB-AM)  
 Eduardo Lopes\* (Bloco-PRB-RJ)  
 Elber Batalha\* (Bloco-PSB-SE)  
 Elmano Férrer\*\* (-PMDB-PI)  
 Eunício Oliveira\* (-PMDB-CE)  
 Fátima Bezerra\*\* (Bloco-PT-RN)  
 Fernando Bezerra Coelho\*\* (-PMDB-PE)  
 Fernando Collor\*\* (Bloco-PTC-AL)

Flexa Ribeiro\* (Bloco-PSDB-PA)  
 Garibaldi Alves Filho\* (-PMDB-RN)  
 Gladson Cameli\*\* (Bloco-PP-AC)  
 Gleisi Hoffmann\* (Bloco-PT-PR)  
 Hélio José\* (-PROS-DF)  
 Humberto Costa\* (Bloco-PT-PE)  
 Ivo Cassol\* (Bloco-PP-RO)  
 Jader Barbalho\* (-PMDB-PA)  
 João Alberto Souza\* (-PMDB-MA)  
 João Capiberibe\* (Bloco-PSB-AP)  
 Jorge Viana\* (Bloco-PT-AC)  
 José Agripino\* (Bloco-DEM-RN)  
 José Maranhão\*\* (-PMDB-PB)  
 José Medeiros\* (Bloco-PODE-MT)  
 José Pimentel\* (Bloco-PT-CE)  
 José Serra\*\* (Bloco-PSDB-SP)  
 Kátia Abreu\*\* (-PMDB-TO)  
 Lasier Martins\*\* (Bloco-PSD-RS)  
 Lídice da Mata\* (Bloco-PSB-BA)  
 Lindbergh Farias\* (Bloco-PT-RJ)  
 Lúcia Vânia\* (Bloco-PSB-GO)  
 Magno Malta\* (Bloco-PR-ES)  
 Maria do Carmo Alves\*\* (Bloco-DEM-SE)  
 Marta Suplicy\* (-PMDB-SP)  
 Omar Aziz\*\* (Bloco-PSD-AM)  
 Otto Alencar\*\* (Bloco-PSD-BA)  
 Paulo Bauer\* (Bloco-PSDB-SC)

Paulo Paim\* (Bloco-PT-RS)  
 Paulo Rocha\*\* (Bloco-PT-PA)  
 Pedro Chaves\* (Bloco-PSC-MS)  
 Raimundo Lira\* (-PMDB-PB)  
 Randolfe Rodrigues\* (Bloco-REDE-AP)  
 Regina Sousa\* (Bloco-PT-PI)  
 Reguffe\*\* (-S/Partido-DF)  
 Renan Calheiros\* (-PMDB-AL)  
 Roberto Muniz\* (Bloco-PP-BA)  
 Roberto Requião\* (-PMDB-PR)  
 Roberto Rocha\*\* (Bloco-PSDB-MA)  
 Romário\*\* (Bloco-PODE-RJ)  
 Romero Jucá\* (-PMDB-RR)  
 Ronaldo Caiado\*\* (Bloco-DEM-GO)  
 Rose de Freitas\*\* (-PMDB-ES)  
 Sérgio Petecão\* (Bloco-PSD-AC)  
 Sérgio de Castro\* (Bloco-PDT-ES)  
 Simone Tebet\*\* (-PMDB-MS)  
 Tasso Jereissati\*\* (Bloco-PSDB-CE)  
 Telmário Mota\*\* (Bloco-PTB-RR)  
 Valdir Raupp\* (-PMDB-RO)  
 Vanessa Grazziotin\* (Bloco-PCdoB-AM)  
 Vicentinho Alves\* (Bloco-PR-TO)  
 Waldemir Moka\* (-PMDB-MS)  
 Wellington Fagundes\*\* (Bloco-PR-MT)  
 Wilder Moraes\* (Bloco-PP-GO)  
 Zeze Perrella\* (-PMDB-MG)

### Mandatos

\*: Período 2011/2019    \*\*: Período 2015/2023



## **COMPOSIÇÃO COMISSÃO DIRETORA**

### **PRESIDENTE**

Eunício Oliveira - (PMDB-CE)

### **1º VICE-PRESIDENTE**

Cássio Cunha Lima - (PSDB-PB)

### **2º VICE-PRESIDENTE**

João Alberto Souza - (PMDB-MA)

### **1º SECRETÁRIO**

José Pimentel - (PT-CE)

### **2º SECRETÁRIO**

Gladson Cameli - (PP-AC)

### **3º SECRETÁRIO**

Antonio Carlos Valadares - (PSB-SE)

### **4º SECRETÁRIO**

Zeze Perrella - (PMDB-MG)

## **SUPLENTE DE SECRETÁRIO**

1º Eduardo Amorim - (PSDB-SE)

2º Sérgio Petecão - (PSD-AC)

3º Davi Alcolumbre - (DEM-AP)

4º Cidinho Santos - (PR-MT)



## COMPOSIÇÃO LIDERANÇAS

<p><b>PMDB - 22</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Raimundo Lira - PMDB</b> (138)</p> <p>Vice-Líderes Valdir Raupp (141) Simone Tebet (142)</p>	<p><b>Bloco Social Democrata (PSDB/DEM) - 15</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Eduardo Amorim - PSDB</b> (70,103,140)</p> <p>Vice-Líderes Davi Alcolumbre (74,87,133,150) Ataídes Oliveira (75)</p> <p>.....</p> <p><b>Líder do PSDB - 11</b> <b>Paulo Bauer</b> (100)</p> <p>Vice-Líder do PSDB Roberto Rocha (37,54,110,158)</p> <p><b>Líder do DEM - 4</b> <b>Ronaldo Caiado</b> (104)</p> <p>Vice-Líder do DEM José Agripino (32,51)</p>	<p><b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP/PSD) - 11</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Wilder Morais - PP</b> (39,122,130,147)</p> <p>Vice-Líderes Benedito de Lira (106) Otto Alencar (49)</p> <p>.....</p> <p><b>Líder do PP - 7</b> <b>Benedito de Lira</b> (106)</p> <p><b>Líder do PSD - 4</b> <b>Omar Aziz</b> (45,101)</p> <p>Vice-Líder do PSD Lasier Martins (94,96,117)</p>
<p><b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT/PDT) - 12</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Lindbergh Farias - PT</b> (28,59,62,89,126,134,135)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz (8,26,116) Regina Sousa (34)</p> <p>.....</p> <p><b>Líder do PT - 9</b> <b>Lindbergh Farias</b> (28,59,62,89,126,134,135)</p> <p>Vice-Líder do PT Paulo Rocha (25,41,55,63,125)</p> <p><b>Líder do PDT - 3</b> <b>Acir Gurgacz</b> (8,26,116)</p>	<p><b>Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB/PCdoB/REDE/PPS/PODE) - 10</b></p> <p><b>Líder</b> <b>João Capiberibe - PSB</b> (1,11,115,153,154)</p> <p>Vice-Líderes Randolfe Rodrigues (20,23,91,157) Vanessa Grazziotin (17,22,156)</p> <p>.....</p> <p><b>Líder do PSB - 4</b> <b>Lídice da Mata</b> (13,19,145)</p> <p><b>Líder do PCdoB - 1</b> <b>Vanessa Grazziotin</b> (17,22,156)</p> <p><b>Líder do REDE - 1</b> <b>Randolfe Rodrigues</b> (20,23,91,157)</p> <p><b>Líder do PPS - 1</b> <b>Cristovam Buarque</b> (64)</p> <p><b>Líder do PODE - 3</b> <b>Alvaro Dias</b> (16,65,136)</p> <p>Vice-Líder do PODE Romário (137,152)</p>	<p><b>Bloco Moderador (PTB/PR/PSC/PRB/PTC) - 9</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Wellington Fagundes - PR</b> (43,46,109)</p> <p>Vice-Líder Telmário Mota (7,29,36,44,58,84,99,127)</p> <p>.....</p> <p><b>Líder do PTB - 2</b> <b>Armando Monteiro</b> (97)</p> <p><b>Líder do PR - 4</b> <b>Vicentinho Alves</b> (105)</p> <p>Vice-Líder do PR Magno Malta (108)</p> <p><b>Líder do PSC - 1</b> <b>Pedro Chaves</b> (111)</p> <p><b>Líder do PRB - 1</b> <b>Eduardo Lopes</b> (81,95)</p> <p><b>Líder do PTC - 1</b> <b>Fernando Collor</b> (5,6,67,69)</p>
<p><b>Governo</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Romero Jucá - PMDB</b> (119)</p> <p>Vice-Líderes Fernando Bezerra Coelho (102,129,144) Davi Alcolumbre (74,87,133,150) Flexa Ribeiro (131,149) José Medeiros (12,14,18,88,128,143,148) Sérgio Petecão (10,132,151) Wilder Morais (39,122,130,147)</p>	<p><b>PROS - 1</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Hélio José - PROS</b> (42,48,86,155)</p>	<p><b>Maioria</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Raimundo Lira - PMDB</b> (138)</p>
<p><b>Minoria</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Humberto Costa - PT</b> (15,21,50,53,79,90,114)</p>		

**Notas:**

1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB)
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

3. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
4. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
5. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
6. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).
7. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
8. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
9. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
10. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
11. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
12. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
13. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
14. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of. 18/2015-GSJMEDEI).
15. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
16. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
17. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
18. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
19. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);
20. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
21. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
22. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
23. Em 29.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder da REDE (Of. 67/2015/GSRROD).
24. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
25. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
26. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
27. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4ª vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
28. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
29. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
30. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
31. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
32. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
33. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
34. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Souza foi designada 5ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG).
35. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 32/2015-GLDBAG).
36. Em 17.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 32/2015-GLDBAG).
37. Em 25.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB).
38. Em 07.04.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado terceiro Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
39. Em 07.04.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado segundo Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
40. Em 28.04.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado Líder do Governo (Msg. 120/2015).
41. Em 25.08.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 2º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
42. Em 25.08.2015, o Senador Hélio José foi designado 1º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
43. Em 25.08.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado 3º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
44. Em 09.09.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º vice-líder do Governo (Mem. 46/2015-GLDGOV).
45. Em 03.11.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (of. 1/2015).
46. Em 19.11.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do PR (Ofício s/n - GABLIDPR).
47. Em 08.12.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi reconduzido líder do PSDB para o exercício de 2016 (Of. s/n GLPSDB).
48. Em 10.12.2015, o Senador Hélio José foi designado líder do PMB (Mem. 12-193/2015-GSHJOSE).
49. Em 16.12.2015, o Senador Otto Alencar foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 003/2015).
50. Em 03.02.2016, o Senador Humberto Costa foi reconduzido à liderança do PT (Of. 1/2016-GLDPT).
51. Em 16.02.2016, o Senador José Agripino foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
52. Em 16.02.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Líder do PSB, conforme Of. nº 1/2016-GLPSB, em substituição ao Senador João Capiberibe.
53. Em 24.02.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Governo (MSG nº 49/2016).
54. Em 01.03.2016, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 2/2016-GLPSB).
55. Em 02.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do PT, deixando de ocupar a vaga de 1º Vice-líder (Of. 3/2016-GLDPT).
56. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
57. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 4ª vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
58. Em 08.03.2016, o Senador Telmário Mota foi designado 3º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
59. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
60. Em 08.03.2016, o Senador Donizeti Nogueira foi designado 4º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
61. Em 08.03.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3ª vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
62. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
63. Em 08.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 16/2016-GLDBAG).
64. Em 17.03.2016, o Senador Cristovam Buarque foi designado líder do PPS (Of. 3-009/2016-GSCB).





65. Em 02.02.2016, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Partido Verde (Memo 008/16-SEN).
66. Em 22.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha (Memo. 8/2016-GLDGOV).
67. Em 30.03.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTC (Of. 1/2016-LIDPTC).
68. Em 05.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado Líder do PTB (Of. Nº 001/2016-LIDPTB).
69. Em 06.04.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR).
70. Em 06.04.2016, o Senador Eduardo Amorim foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR).
71. Em 06.04.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Vice-Líder do Bloco Socialismo e Democracia, conforme Memo. nº 14/2016-BLSDEM.
72. Em 06.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR).
73. Em 03.05.2016, o Senador Zeze Perrella é designado vice-líder do PTB (Of. nº 2/2016-LIDPTB).
74. Em 05.05.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
75. Em 05.05.2016, o Senador Ataídes Oliveira foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
76. Em 05.05.2016, a Senadora Rose de Freitas foi designada 2ª vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDB).
77. Em 05.05.2016, o Senador Waldemir Moka foi designado 1º vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDB).
78. Em 05.05.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
79. Em 12.05.2016, o Senador Humberto Costa deixou de ser líder do governo (Mensagem nº 253/2016 e Memorando nº 104/2016-GSHCST).
80. Em 01.06.2016, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado Líder do Governo (Mensagem 306/2016).
81. Em 06.06.2016, o Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB (Memo. nº 1/2016-GSEL).
82. Em 08.06.2016, o Senador José Aníbal foi designado 2º vice-líder do PSDB, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 35/2016-GLPSDB).
83. Em 10.06.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann deixa de compor a 2ª vice-liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
84. Em 10.06.2016, o Senador Telmário Mota deixa de compor a 4ª vice-liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
85. Em 14.06.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 5º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
86. Em 14.06.2016, o Senador Hélio José foi designado 4º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
87. Em 14.06.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 3º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
88. Em 14.06.2016, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
89. Em 22.06.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder da Minoria (Of. 13/2016-GLDPT).
90. Em 08.08.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do PT e do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Ofícios nº 14/2016-GLDPT e nº 77/2016-GLPRD).
91. Em 24.08.2016, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Memo. 53/2016-GLBSD).
92. Em 01.10.2016, o Senador Marcelo Crivella reassume a liderança do partido (Memo nº 42/2016-GSMC).
93. Em 29.11.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3º vice-líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 19/2016-GLDPT).
94. Em 16.02.2016, o Senador Lasier Martins foi designado líder do PDT (Memo. 59-GSTMOTA).
95. Em 02.01.2017, o Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB (Memo. nº 1/2017-GSELOP).
96. Em 31.01.2017, o Senador Lasier Martins deixou a liderança do PDT, em virtude de sua desfiliação do partido.
97. Em 31.01.2017, o Senador Armando Monteiro foi designado líder do PTB (Comunicação s/n-2017).
98. Em 31.01.2017, o Senador Elmano Férrer deixou a vice-liderança do PTB, em virtude de sua desfiliação do partido.
99. Em 31.01.2017, o Senador Telmário Mota deixou a vice-liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e a vice-liderança do PDT e, em virtude de sua desfiliação do partido.
100. Em 01.02.2017, o Senador Paulo Bauer foi designado líder do PSDB (Comunicação s/n-2017).
101. Em 01.02.2017, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Memo. nº 1/2017-GLPSD).
102. Em 01.02.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado líder do PSB (Of. GLPSB nº 1/2017).
103. Em 31.01.2017, o Senador Eduardo Amorim deixou a vice-liderança do Bloco Moderador e a liderança do PSC, em virtude de sua desfiliação do partido.
104. Em 01.02.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. 01/2017-GLDEM).
105. Em 01.02.2017, o Senador Vicentinho Alves foi designado líder do PR (Of. sn/2017-GLPR).
106. Em 01.02.2017, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. 01/2017-GLDPP).
107. Em 01.02.2017, o Senador Renan Calheiros foi designado líder do PMDB (Of. GLPMDB nº 11/2017).
108. Em 03.02.2017, o Senador Magno Malta é designado vice-líder do PR (Of. de indicação s/nº-2017).
109. Em 03.02.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do Bloco Moderador (Of. 1/2017-BLUMOD).
110. Em 06.02.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado 1º Vice-Líder do PSB (Of. 2/2017-GLPSB).
111. Em 06.02.2017, o Senador Pedro Chaves foi designado líder do PSC (Of. 11/2017-GSPCHAV).
112. Em 07.02.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado Vice-Líder do PSDB (Ofício 42/2017-GLPSDB).
113. Em 08.02.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi indicada líder do PT (Of. 1/2017-GLDPT).
114. Em 08.02.2017, o Senador Humberto Costa foi designado Líder da Minoria (Ofício 2/2017-GLDPT).
115. Em 08.02.2017, o Senador João Capiberibe foi designado líder do Bloco Socialismo e Democracia (Memo 2/2017-GLBSD).
116. Em 09.02.2017, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 4/2017-GLPDT).
117. Em 22.02.2017, o Senador Lasier Martins foi designado Vice-líder do PSD (Memo. 3/2017-GLPSD).
118. Em 23.02.2017, o Senador José Aníbal deixou de ocupar o cargo de 2º vice-líder do PSDB, em função do retorno ao mandato do Senador titular, José Serra.
119. Em 07.03.2017, o Senador Romero Jucá foi indicado Líder do Governo (Mensagem. 57/2017-PR).
120. Em 07.03.2017, o Senador Aloysio Nunes Ferreira afastou-se do exercício para exercer cargo no Poder Executivo (Memo 60/2017-SANF).
121. Em 09.03.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi indicada líder do Bloco Resistência Democrática (Of. 1/2017-BLPRD).
122. Em 14.03.2017, o Senador Wilder de Moraes foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo 17/2017-GLDPRO).
123. Em 22.03.2017, o Senador Renan Calheiros foi designado líder da Maioria (Of. GLPMDB nº 71/2017).
124. Em 24.03.2017, a Senadora Kátia Abreu foi designada 1ª Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDB nº 74/2017).
125. Em 19.04.2017, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 13/2017-GLDPT).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



126. Em 19.04.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 13/2017-GLDPT).
127. Em 28.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado 1º Vice-Líder do Bloco Moderador (Of. 61/2017-BLOMOD).
128. Em 08.05.2017, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 13/2016-GLDGOV).
129. Em 08.05.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado 1º vice-líder do Governo (Memo. 13/2016-GLDGOV).
130. Em 08.05.2017, o Senador Wilder Moraes foi designado 4º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).
131. Em 08.05.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado 5º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).
132. Em 08.05.2017, o Senador Sérgio Petecão foi designado 6º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).
133. Em 08.05.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 3º vice-líder do Governo (Memo 13/2016-GLDGOV).
134. Em 08.06.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder do PT (Of. 17/2017-GLDPT).
135. Em 19.06.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder do Bloco Resistência Democrática (Of. 78/2017-GLDPRD).
136. Em 04.07.2017, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Podemos (Memo nº 8/2017)
137. Em 04.07.2017, o Senador Romário foi designado vice-líder do Podemos (Memo nº 8/2017)
138. Em 05.07.2017, o Senador Raimundo Lira foi designado líder do PMDB e da Maioria (Of. 39 e 40/2017-GLPMDB).
139. Em 11.07.2017, a Senadora Ângela Portela foi designada líder temporária do PDT no período de 11 a 14 de julho de 2017. (Memo nº 36/2017).
140. Em 02.08.2017, o Senador Eduardo Amorim foi designado líder do Bloco Social Democrata (Of. s/n).
141. Em 16.08.2017, o Senador Valdir Raupp foi designado 1º Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDB nº 172/2017)
142. Em 16.08.2017, a Senadora Simone Tebet foi designada 2ª Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDB nº 172/2017).
143. Em 23.08.2017, o Senador José Medeiros foi designado vice-líder do Podemos (Memo nº 12/2017).
144. Em 05.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho deixou a liderança do PSB em virtude da sua desfiliação do Partido (Memo 67/17-GSFERCOE).
145. Em 12.09.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 82/2017-BLSDEM).
146. Em 12.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado vice-líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 82/2017-BLSDEM).
147. Em 13.09.2017, o Senador Wilder Moraes foi designado 6º Vice-Líder do Governo (Of. 28/2017-GLDGOV).
148. Em 13.09.2017, o Senador José Medeiros foi designado 4º vice-líder do Governo (Memo 28/2017-GLDGOV).
149. Em 13.09.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado 3º Vice-Líder do Governo (Of. 28/2017-GLDGOV).
150. Em 13.09.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 28/2017-GLDGOV).
151. Em 13.09.2017, o Senador Sérgio Petecão foi designado 5º Vice-Líder do Governo (Of. 28/2017-GLDGOV).
152. Em 21.09.2017, o Senador Romário foi designado vice-líder do Podemos (Of. nº 1/2017)
153. Em 27.09.2017, o Senador João Capiberibe foi designado líder do Bloco Democracia e Cidadania (Memo 86/2017-BLSDEM)
154. Em 28.09.2017, o Senador João Capiberibe foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo 86/2017-BLSDEM)
155. Em 11.10.2017, o Senador Hélio José foi designado líder do PROS (Of. 315/2017-GSHJOSE).
156. Em 31.10.2017, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 8/2017-GLBPDC).
157. Em 31.10.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 8/2017-GLBPDC).
158. Em 23.11.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado 1º Vice-Líder do PSDB (Of. 235/2017-GLPSDB)





**COMISSÕES TEMPORÁRIAS****1) COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO  
DA OPERAÇÃO CARNE FRACA**

**Finalidade:** Destinada a acompanhar os desdobramentos da operação Carne Fraca da Polícia Federal.

**Número de membros:** 6 titulares e 6 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
-----------	----------



## 2) COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EXAMINAR O PLS 258, DE 2016

**Finalidade:** Destinada a examinar o PLS 258, de 2016, que institui o Código Brasileiro de Aeronáutica.

**Número de membros:** 11

**PRESIDENTE:** Senador Vicentinho Alves (PR-TO)  
**VICE-PRESIDENTE:** Senador Pedro Chaves (PSC-MS)  
**RELATOR:** Senador José Maranhão (PMDB-PB)

**Designação:** 22/06/2016

**Leitura:** 13/07/2016

**Instalação:** 12/07/2016

### MEMBROS

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)  
Senador Pedro Chaves (PSC-MS)  
Senador José Maranhão (PMDB-PB)  
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)  
Senador Paulo Rocha (PT-PA)  
Senador Lasier Martins (PSD-RS)  
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)  
Senador Jorge Viana (PT-AC)  
Senador Hélio José (PROS-DF)  
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)  
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) <sup>(1)</sup>

### CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO PROJETO DE LEI DO SENADO 258, de 2016

#### PRAZOS

Recebimento de emendas perante as Comissões : 2016-07-13 a 2016-10-31 ( Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)  
Relatórios Parciais : 2016-11-01 a 2016-11-16 ( Projeto de Código - Art. 374, IV, do RISF)  
Relatório do Relator-Geral : 2016-11-17 a 2016-11-23 ( Projeto de Código - Art. 374, V, do RISF)  
Parecer Final da Comissão : 2016-11-24 a 2016-11-30 ( Projeto de Código - Art. 374, VI, do RISF)

#### **Notas:**

\*. Em 12.07.2016, foi instalada a comissão (Memo. 001/2016-CEAERO).

\*\*. Em 13.07.2016, prorrogado o prazo para recebimento de emendas perante a comissão para 25.08.2016 (Memo. 3/2016-CEAERO).

\*\*\*. Em 04.10.2016, prorrogado o prazo para recebimento de emendas perante a comissão para 31.10.2016 (Memo. 10/2016-CEAERO).

1. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.

**Secretário(a):** Marcelo Assaife Lopes

**Telefone(s):** 61 - 3303 3514

**E-mail:** coceti@senado.leg.br



### **3) COMISSÃO EXTERNA DA TERRA INDÍGENA VALE DO JAVARI**

**Finalidade:** Realizar diligência nas cidades de Tabatinga e São Paulo de Olivença, no Estado do Amazonas, para averiguar a denúncia de massacre de indígenas de uma tribo isolada na Terra Indígena Vale do Javari e verificar as consequências de cortes orçamentários da Funai.

Requerimento nº 742, de 2017

**Número de membros:** 3

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

---

**MEMBROS**

---



#### 4) COMISSÃO ESPECIAL DAS OBRAS INACABADAS

**Finalidade:** Acompanhar e fiscalizar as obras inacabadas financiadas, direta ou indiretamente, por recursos federais.

Requerimento nº 584, de 2016

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

**PRESIDENTE:** VAGO  
**VICE-PRESIDENTE:** VAGO  
**RELATOR:** VAGO

**Instalação:** 08/11/2016

**Prazo final:** 22/12/2016

**Prazo final prorrogado:** 22/12/2017

TITULARES	SUPLENTE
<b>Maioria (PMDB)</b>	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)</b>	
VAGO	1.
VAGO	2. VAGO
<b>Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)</b>	
VAGO	1. VAGO
	2.
<b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)</b>	
VAGO	1. VAGO
<b>Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) <sup>(1)</sup></b>	
	1.
<b>Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)</b>	
VAGO	1. VAGO

**Notas:**

1. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

**Secretário(a):** Felipe Geraldês e Guilherme Brandão (Adjunto)

**Telefone(s):** 33034854

**E-mail:** coceti@senado.leg.br



## 5) COMISSÃO EXTERNA DOS HOSPITAIS DE TOCANTINS

**Finalidade:** Averiguar e fiscalizar a situação de emergência e o caos nos hospitais públicos em Tocantins

(Requerimento nº 963, de 2016)

**Número de membros:** 4 titulares e 4 suplentes

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

**RELATOR:**

**Prazo final prorrogado:** 15/08/2017

TITULARES	SUPLENTE
Senadora Kátia Abreu (PMDB-TO) <sup>(1)</sup>	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) <sup>(1)</sup>	2.
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) <sup>(1)</sup>	3.
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) <sup>(1)</sup>	4.

**Notas:**

1. Em 14.02.2017, a Presidência designou os senadores Kátia Abreu, Lúcia Vânia, Vanessa Grazziotin e Ataídes Oliveira para comporem a Comissão.



## 6) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

**Finalidade:** Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

**Número de membros: 23**

**PRESIDENTE:** José Antonio Dias Toffoli

**Instalação:** 07/07/2010

**Prazo final prorrogado:** 22/12/2017

### MEMBROS

Admar Gonzaga Neto
Arnaldo Versiani Leite Soares
Carlos Caputo Bastos
Carlos Mário da Silva Velloso
Edson de Resende Castro
Fernando Neves da Silva
Hamilton Carvalhido
Joelson Costa Dias
José Antonio Dias Toffoli
José Eliton de Figuerêdo Júnior
Luciana Müller Chaves
Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Márcio Silva
Marcus Vinicius Furtado Coelho
Roberto Monteiro Gurgel Santos
Raimundo Cezar Britto
Torquato Lorena Jardim
Geraldo Agosti Filho
José Rollemberg Leite Neto
Walter de Almeida Guilherme
Roberto Carvalho Velloso
Henrique Neves da Silva
Ezikelly Silva Barros

#### Notas:

\*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

\*\*. Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

\*\*\*. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

\*\*\*\*. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

\*\*\*\*\*. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

\*\*\*\*\*. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

\*\*\*\*\*. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

\*\*\*\*\*. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

\*\*\*\*\*. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

\*\*\*\*\*. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

\*\*\*\*\*. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



\*\*\*\*\*. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.  
\*\*\*\*\*. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.  
\*\*\*\*\*. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.  
\*\*\*\*\*. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.  
\*\*\*\*\*. Em 08.12.2015, foi publicado o Ato do Presidente nº 43, de 2015, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 17 de junho de 2016.  
\*\*\*\*\*. Em 17.06.2016, foi publicado o Ato do Presidente nº 13, de 2016, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de setembro de 2016.  
\*\*\*\*\*. O Ato do Presidente nº 27, de 15 de dezembro de 2016, prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 22/12/2017.

**Secretário(a):** Reinilson Prado

**Telefone(s):** 61 33033492

**Fax:** 61 33021176

**E-mail:** coceti@senado.leg.br



## 7) COMISSÃO DE JURISTAS DA DESBUROCRATIZAÇÃO

**Finalidade:** Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojeto de Lei destinados a desburocratizar a Administração Pública Brasileira, melhorar a relação com as empresas, o trato com o cidadãos e promover a revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015

**Número de membros:** 20

**PRESIDENTE:** Mauro Campbell Marques

**VICE-PRESIDENTE:** João Geraldo Piquet Carneiro

**RELATOR:** José Antonio Dias Toffoli

**Leitura:** 19/08/2015

**Instalação:** 02/09/2015

**Prazo final:** 11/04/2016

**Prazo final prorrogado:** 22/12/2017

### MEMBROS

Mauro Campbell Marques

José Antonio Dias Toffoli

Paulo Rabello de Castro

João Geraldo Piquet Carneiro

Ives Gandra Martins

Otávio Luiz Rodrigues Junior

Aristóteles de Queiroz Camara

Mary Elbe Queiroz

Eumar Roberto Novacki

Gabriel Rizza Ferraz

Antonio Helder Medeiros Rebouças

Daniel Vieira Bogéa Soares

Luciana Leal Brayner

Marcello Augusto Diniz Cerqueira

Everardo de Almeida Maciel

Eduardo Maneira

Helena Taveira Torres

Paulo Ricardo de Souza Cardoso

Cleide Regina Furlani Pompermaier

Leonardo Carneiro da Cunha

#### Notas:

\*. O Ato da Comissão Diretora nº 13, de 20 de agosto de 2015, fixa em 10 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Mauro Campbell Marques, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otávio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz.

\*\* O Ato do Presidente nº 28, de 1º de setembro de 2015, fixa em 16 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Mauro Campbell Marques, José Antonio Dias Toffoli, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otávio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz, Antonio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner, Marcello Augusto Diniz Cerqueira e Everardo de Almeida Maciel para compor o colegiado. Indicando ainda os Senhores Mauro Campbell Marques, João Geraldo Piquet Carneiro e José Antonio Dias Toffoli como, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator do colegiado.

\*\*\*. O Ato do Presidente nº 26, de 1º de setembro de 2015, fixa em 14 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Antônio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner e Marcello Augusto Diniz Cerqueira para compor o Colegiado.

\*\*\*\*. O Ato do Presidente nº 31, de 14 de setembro de 2015, fixa em 17 o número de membros da Comissão, indicando o Senhor Ricardo Vital de Almeida para compor o Colegiado.

\*\*\*\*\*. O Ato do Presidente nº 37, de 6 de outubro de 2015, fixa em 20 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Leandro Paulsen, Helena Taveira Torres e Paulo Ricardo de Souza Cardoso para compor o Colegiado; o Ato altera, ainda, a finalidade da Comissão, para acrescentar a promoção da revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

\*\*\*\*\*. O Ato do Presidente nº 46, de 15 de dezembro de 2015, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, indicando o Senhor Eduardo Maneira para compor o Colegiado.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>





\*\*\*\*\*. O Ato do Presidente nº 7, de 5 de abril de 2016, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, retirando da composição da Comissão Mauro Roberto Gomes de Mattos e Laendro Paulsen; e indicando Cleide Regina Furlani Pompermaier e Leonardo Carneiro da Cunha. O Ato ainda prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 31/12/2016.

\*\*\*\*\*. O Ato do Presidente nº 28, de 15 de dezembro de 2016, prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 22/12/2017.

**Secretário(a):** Donaldo Portela Rodrigues

**Telefone(s):** 33033501

**E-mail:** coceti@senado.gov.br



## COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

### 1)CPI DA PREVIDÊNCIA

**Finalidade:** Destinada a investigar a contabilidade da previdência social, esclarecendo com precisão as receitas e despesas do sistema, bem como todos os desvios de recursos.

Requerimento nº 161, de 2017

**Número de membros:** 7 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(6)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Telmário Mota (PTB-RR) <sup>(6)</sup>

**RELATOR:** Senador Hélio José (PROS-DF) <sup>(6)</sup>

**Leitura:** 21/03/2017

**Instalação:** 26/04/2017

**Prazo final:** 08/09/2017

**Prazo final prorrogado:** 06/11/2017

TITULARES	SUPLENTE
<b>PMDB</b>	
Senadora Rose de Freitas (ES) <sup>(5)</sup>	1. Senador Dário Berger (SC) <sup>(5)</sup>
Senador Hélio José (PROS-DF) <sup>(5)</sup>	
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)</b>	
Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(3)</sup>	1. Senador José Pimentel (PT-CE) <sup>(3)</sup>
<b>Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)</b>	
Senador Romero Jucá (PMDB-RR) <sup>(2,7,9)</sup>	1.
<b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)</b>	
Senador Lasier Martins (PSD-RS)	1. Senador José Medeiros (PODE-MT)
<b>Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) <sup>(8)</sup></b>	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) <sup>(1,10)</sup>
<b>Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)</b>	
Senador Telmário Mota (PTB-RR) <sup>(4)</sup>	

**Notas:**

\*. Em 16.08.2017, foi lido o Requerimento nº 647, de 2017, que prorroga o prazo da CPI por 60 dias.

1. Em 19.04.2017, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e o Senador Antônio Carlos Valadares, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 039/2017-BLSDEM).

3. Em 19.04.2017, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular; e o Senador José Pimentel, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 052/2017).

2. Em 19.04.2017, o Senador Ataídes Oliveira foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 112/2017-GLPSDB).

4. Em 25.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 056/2017-BLOMOD).

5. Em 25.04.2017, os Senadores Rose de Freitas e Hélio José foram designados membros titulares, e o Senador Dário Berger, membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 104/2017-GLPMDB).

6. Em 26.04.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Paulo Paim, Telmário Mota e Hélio José, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CPIPREV).

7. Em 2.05.2017, o Senador Ataídes de Oliveira deixou de integrar, como titular, o colegiado (Of. 127/2017-GLPSDB).

8. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

9. Em 24.10.2017, o Senador Romero Jucá foi designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo Bloco Social Democrata (Ofício nº 226/2017-GLPSDB).

10. O Senador Antonio Carlos Valadares licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do RISF a partir do dia 22 de novembro de 2017, conforme Requerimentos nºs 1.000 e 1.001, de 2017, deferido em 22.11.2017.



**Secretário(a):** Felipe Geraldês - Adjunto Marcelo Assaife  
**Telefone(s):** 61 33034854  
**E-mail:** coceti@senado.leg.br



## 2)CPI DOS MAUS-TRATOS

**Finalidade:** Investigar as irregularidades e os crimes relacionados aos maus-tratos em crianças e adolescentes no país.

Requerimento nº 277, de 2017

**Número de membros:** 7 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Magno Malta (PR-ES) <sup>(2)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) <sup>(2)</sup>

**RELATOR:** Senador José Medeiros (PODE-MT) <sup>(2)</sup>

**Leitura:** 25/04/2017

**Instalação:** 09/08/2017

**Prazo final:** 22/12/2017

TITULARES	SUPLENTE
<b>PMDB</b>	
Senadora Simone Tebet (MS) <sup>(3)</sup>	1. Senador Hélio José (PROS-DF) <sup>(5)</sup>
Senadora Marta Suplicy (SP) <sup>(3)</sup>	
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)</b>	
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
<b>Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)</b>	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) <sup>(6)</sup>	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
<b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)</b>	
Senador José Medeiros (PODE-MT) <sup>(1)</sup>	1. Senadora Ana Amélia (PP-RS) <sup>(1)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) <sup>(4)</sup></b>	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
<b>Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)</b>	
Senador Magno Malta (PR-ES)	

### Notas:

1. Em 08.08.2017, os Senadores José Medeiros e Ana Amélia foram designados, respectivamente, titular e suplente na Comissão pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo nº 56/2017-BLDPRO).
2. Em 09.08.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Magno Malta, Simone Tebet e José Medeiros, respectivamente, como Presidente, Vice-Presidente e Relator, do Colegiado (Memo nº 1/2017-CPIMT).
3. Em 09.08.2017, as Senadoras Simone Tebet e Marta Suplicy foram designadas membros titulares na Comissão pelo Bloco da Maioria (PMDB)(Of. 166/2017-GLPMDB).
4. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
5. Em 18.10.2017, o Senador Hélio José foi designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo PMDB (Of. 206/2017-GLPMDB).
6. Em 21.11.2017, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 240/2017-GLPSDB).

**Secretário(a):** Reinilson Prado / Donaldo Portela

**Telefone(s):** 3303-3492



### 3)CPI DO BNDES

**Finalidade:** Investigar irregularidades nos empréstimos concedidos pelo BNDES no âmbito do programa de globalização das companhias nacionais, em especial a linha de financiamento específica à internacionalização de empresas, a partir do ano de 1997; bem como investigar eventuais irregularidades nas operações voltadas ao apoio à administração pública, em especial a linha denominada BNDES Finem - Desenvolvimento integrado dos Estados.

(Requerimento nº 375, de 2017)

**Número de membros:** 13 titulares e 8 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) <sup>(2)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(2)</sup>

**RELATOR:** Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) <sup>(2)</sup>

**Leitura:** 25/05/2017

**Instalação:** 02/08/2017

**Prazo final:** 22/12/2017

TITULARES	SUPLENTE
<b>PMDB</b>	
Senador Airtton Sandoval (SP) <sup>(3)</sup>	1. Senador Zeze Perrella (MG) <sup>(3,6)</sup>
Senador Elmano Férrer (PI) <sup>(3)</sup>	2. Senador Romero Jucá (RR) <sup>(3)</sup>
Senador João Alberto Souza (MA) <sup>(3)</sup>	
<b>Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)</b>	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. VAGO <sup>(5)</sup>
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) <sup>(8,13)</sup>	2.
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) <sup>(1,5)</sup>	
<b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)</b>	
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	1. Senador Lasier Martins (PSD-RS) <sup>(9)</sup>
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)</b>	
Senador Jorge Viana (PT-AC) <sup>(4,11)</sup>	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(4)</sup>
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) <sup>(4)</sup>	
<b>Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) <sup>(12)</sup></b>	
VAGO <sup>(13)</sup>	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	
<b>Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)</b>	
Senador Pedro Chaves (PSC-MS)	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) <sup>(7,10)</sup>

**Notas:**

1. Em 13.06.2017, o Senador Dalírio Beber deixa de compor o colegiado, como titular, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 160/2017-GLPSDB)
2. Em 02.08.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Davi Alcolumbre, Sérgio Petecão e Roberto Rocha, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CPIBNDES).
3. Em 02.08.2017, são designados os Senadores Airtton Sandoval, Elmano Férrer e João Alberto Souza, como titulares, e os Senadores Waldemir Moka e Romero Jucá, como suplentes, para compor o colegiado, pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (Of. nº 133/2017-GLPMDB)
4. Em 02.08.2017, são designados os Senadores Acir Gurgacz e Lindbergh Farias, como titulares, e o Senador Paulo Rocha, como suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 89/2017-GLBPRD)
5. Em 02.08.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, deixando de ocupar a vaga de suplente na comissão (Of. 27/2017-GLDEM).
6. Em 02.08.2017, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente pelo PMDB, em substituição ao Senador Waldemir Moka (Of. 156/2017-GLPMDB)
7. Em 10.08.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Cidinho Santos (Of. 87/2017-BLOMOD)
8. Em 17.08.2017, o Senador Ricardo Ferraço deixou de ocupar a vaga de titular na comissão, pelo Bloco Social Democrata (Of. 193/2017-GLPSDB).
9. Em 31.08.2017, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Gladson Cameli, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o Colegiado (Of. 69/2017-BLDPRO)

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



10. Em 12.09.2017, o Senador Armando Monteiro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Moderador, para compor o Colegiado (Of. 92/2017-BLOMOD)
11. Em 19.09.2017, o Senador Jorge Viana foi designado membro titular, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o Colegiado (Of. 104/2017-BLPRD)
12. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
13. Em 09.10.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, deixando de ocupar a vaga de titular do Bloco Democracia e Cidadania (Of. 218/2017-GPSDB).

**Secretário(a):** Donaldo Portela / Leandro Bueno

**Telefone(s):** 3303-3511

**E-mail:** coceti@senado.gov.br



#### **4)CPI DOS SUPERSALÁRIOS**

**Finalidade:** Investigar os pagamentos de remuneração a servidores e empregados públicos em desacordo com o teto constitucional, bem como estudar possibilidades de restituição desses valores ao erário pelos beneficiários.

Requerimento nº 815, de 2017

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Leitura:** 27/09/2017



## COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

### 1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) <sup>(7)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) <sup>(7)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>PMDB</b>	
Senadora Kátia Abreu <sup>(6)</sup>	1. Senador Eduardo Braga <sup>(6,9)</sup>
Senador Roberto Requião <sup>(6,9)</sup>	2. Senador Romero Jucá <sup>(6)</sup>
Senador Garibaldi Alves Filho <sup>(6)</sup>	3. Senador Elmano Férrer <sup>(6)</sup>
Senadora Rose de Freitas <sup>(6,22)</sup>	4. Senador Waldemir Moka <sup>(6)</sup>
Senadora Simone Tebet <sup>(6)</sup>	5. VAGO <sup>(18,21)</sup>
Senador Valdir Raupp <sup>(6)</sup>	6.
Senador Fernando Bezerra Coelho <sup>(21)</sup>	
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )</b>	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) <sup>(1)</sup>	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) <sup>(1)</sup>
Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(1)</sup>	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) <sup>(1)</sup>
Senador Jorge Viana (PT-AC) <sup>(1)</sup>	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(1)</sup>
Senador José Pimentel (PT-CE) <sup>(1)</sup>	4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) <sup>(1)</sup>
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) <sup>(1)</sup>	5. Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(1)</sup>
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(1,14,16)</sup>	6. Senador Randolfê Rodrigues (REDE-AP) <sup>(1,13)</sup>
<b>Bloco Social Democrata ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) <sup>(3)</sup>	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) <sup>(3)</sup>
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) <sup>(3,23,24)</sup>	2. Senador Sérgio de Castro (PDT-ES) <sup>(3,24,25)</sup>
Senador José Serra (PSDB-SP) <sup>(3)</sup>	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) <sup>(3)</sup>
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) <sup>(6)</sup>	4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) <sup>(6)</sup>
Senador José Agripino (DEM-RN) <sup>(6)</sup>	5. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) <sup>(6)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista ( PP, PSD )</b>	
Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(2)</sup>	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(2)</sup>
Senador Omar Aziz (PSD-AM) <sup>(2)</sup>	2. Senador José Medeiros (PODE-MT) <sup>(2)</sup>
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) <sup>(2)</sup>	3. Senador Benedito de Lira (PP-AL) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania ( PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS ) <sup>(19)</sup></b>	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) <sup>(4,17)</sup>	1. VAGO <sup>(4,20)</sup>
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) <sup>(4,10)</sup>	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) <sup>(4)</sup>
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) <sup>(4)</sup>	3. <sup>(8,10,17)</sup>
<b>Bloco Moderador ( PR, PTB, PSC, PRB, PTC )</b>	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) <sup>(5)</sup>	1. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) <sup>(5)</sup>
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) <sup>(5)</sup>	2. VAGO <sup>(5,11,12)</sup>
Senador Telmário Mota (PTB-RR) <sup>(5,15)</sup>	3. Senador Cidinho Santos (PR-MT) <sup>(5)</sup>

**Notas:**

\*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana, José Pimentel, Lindbergh Farias e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 4/2017-GLBPRD).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



2. Em 09.03.2017, os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão, José Medeiros e Benedito de Lira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 020/2017-BLDPRO).
3. Em 09.03.2017, os Senadores Tasso Jereissati, Ricardo Ferraço, José Serra foram designados membros titulares; e os Senadores Ataídes Oliveira, Dalírio Beber e Flexa Ribeiro, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 36/2017-GLPSDB).
4. Em 09.03.2017, os Senadores Fernando Bezerra Coelho, Lúcia Vânia e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Rocha e Cristovam Buarque, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 4/2017-BLSDEM).
5. Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes, Armando Monteiro e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Pedro Chaves, Thieres Pinto e Cidinho Santos, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 5/2017-BLOMOD).
6. Em 13.03.2017, os Senadores Ronaldo Caiado e José Agripino foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Maria do Carmo Alves, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).
7. Em 14.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Tasso Jereissati e Garibaldi Alves Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 6/2017-CAE).
8. Em 14.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 30/2017-BLSDEM).
9. Em 24.03.2017, o Senador Roberto Requião foi designado membro titular pelo PMDB, para compor o colegiado, em substituição ao senador Eduardo Braga, que passou a ocupar a vaga como suplente (Of. nº 76/2017-GLPMDB).
10. Em 24.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado, em substituição à senadora Lúcia Vânia, que passou a ocupar a vaga como suplente (Memo. nº 35/2017-BLSDEM).
11. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
12. Em 24.04.2017, o Senador Telmário Mota passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 55/2017-BLOMOD).
13. Em 29.05.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. nº 65/2017-GLBPRD).
14. Em 02.06.2017, o Senador Acir Gurgacz deixa de compor, como titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 68/2017-GLBPRD).
15. Em 06.06.2017, o Senador Telmário Mota, que ocupava vaga de suplente, foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 68/2017-BLOMOD).
16. Em 19.06.2017, o Senador Acir Gurgacz foi indicado membro titular, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 79/2017-GLBPRD).
17. Em 12.09.2017, a Senadora Lúcia Vânia passa a atuar como membro titular, em substituição ao Senador Fernando Bezerra Coelho, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 79/2017-BLSDEM).
18. Em 13.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
19. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
20. Em 10.10.2017, o Senador Roberto Rocha deixa de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 4/2017-GLBPDC).
21. Em 11.10.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado, deixando de compor a composição como suplente (Of. nº 199/2017-GLPMDB).
22. Em 31.10.2017, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado, em substituição ao Senador Raimundo Lira (Of. nº 210/2017-GLPMDB).
23. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
24. Em 09.11.2017, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular, em substituição ao Senador Ricardo Ferraço, deixando de atuar como suplente, pelo Bloco Social Democrata (Of. 233/2017-GLPSDB).
25. Em 21.11.2017, o Senador Sérgio de Castro foi designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo Bloco Social Democrata (Ofício nº 236/2016-GLPSDB).

**Secretário(a):** José Alexandre Girão Mota da Silva

**Reuniões:** Terças-Feiras 10:00 horas -

**Telefone(s):** 61 33033516

**E-mail:** cae@senado.leg.br



**1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

**(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)**

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTEs
-----------	-----------

**Secretário(a):** José Alexandre Girão Mota da Silva

**Telefone(s):** 61 33033516

**E-mail:** cae@senado.leg.br



## 1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

**(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 1, de 2011)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Instalação:** 16/09/2015

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )</b>	
VAGO	1. VAGO
<b>Maioria (PMDB)</b>	
VAGO	1. VAGO
<b>Bloco Social Democrata ( PSDB, DEM )</b>	
VAGO	1.
<b>Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania ( PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS ) <sup>(1)</sup></b>	
	1.
<b>Bloco Moderador ( PR, PTB, PSC, PRB, PTC )</b>	
VAGO	1.

**Notas:**

1. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

**Secretário(a):** José Alexandre Girão Mota da Silva

**Telefone(s):** 61 33033516

**E-mail:** cae@senado.leg.br



### **1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

**(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2011)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
-----------	----------

**Secretário(a):** José Alexandre Girão Mota da Silva

**Telefone(s):** 61 33033516

**E-mail:** cae@senado.leg.br



#### **1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

**(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 12, de 2013)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
-----------	----------

**Secretário(a):** José Alexandre Girão Mota da Silva  
**Telefone(s):** 61 33033516



## 2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) <sup>(13)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) <sup>(13)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>PMDB</b>	
Senador Hélio José (PROS-DF) <sup>(8)</sup>	1. Senador Garibaldi Alves Filho <sup>(8)</sup>
Senador Waldemir Moka <sup>(8,11)</sup>	2. Senador Valdir Raupp <sup>(8)</sup>
Senadora Marta Suplicy <sup>(8)</sup>	3. Senador Romero Jucá <sup>(8)</sup>
Senador Elmano Férrer <sup>(8,14)</sup>	4. Senador Edison Lobão <sup>(8)</sup>
Senador Airtton Sandoval <sup>(8,12)</sup>	5. Senadora Rose de Freitas <sup>(14)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )</b>	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) <sup>(1)</sup>	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) <sup>(1)</sup>
Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(1)</sup>	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) <sup>(1)</sup>
Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(1)</sup>	3. Senador José Pimentel (PT-CE) <sup>(1)</sup>
Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(1)</sup>	4. Senador Jorge Viana (PT-AC) <sup>(1)</sup>
Senadora Regina Sousa (PT-PI) <sup>(1)</sup>	5. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Social Democrata ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) <sup>(6)</sup>	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) <sup>(6)</sup>
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) <sup>(6)</sup>	2. Senador Sérgio de Castro (PDT-ES) <sup>(6,18,19)</sup>
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) <sup>(9)</sup>	3. Senador José Agripino (DEM-RN) <sup>(9)</sup>
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) <sup>(9)</sup>	4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) <sup>(9)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista ( PP, PSD )</b>	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(3)</sup>	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(3)</sup>
Senadora Ana Amélia (PP-RS) <sup>(3,15,16)</sup>	2. Senador Wilder Moraes (PP-GO) <sup>(10)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania ( PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS ) <sup>(17)</sup></b>	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) <sup>(4)</sup>	1. Senador Romário (PODE-RJ) <sup>(4)</sup>
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) <sup>(5)</sup>	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) <sup>(4)</sup>
<b>Bloco Moderador ( PR, PTB, PSC, PRB, PTC )</b>	
Senador Cidinho Santos (PR-MT) <sup>(7)</sup>	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) <sup>(7)</sup>
Senador Vicentinho Alves (PR-TO) <sup>(7)</sup>	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) <sup>(7)</sup>

### Notas:

\*. Os Blocos Parlamentares Democracia Progressista, Socialismo e Democracia e Moderador compartilham 1 vaga na comissão, com a qual o colegiado totaliza 21 membros.

- Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Humberto Costa, Paulo Paim, Paulo Rocha e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, José Pimentel e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 7/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 24/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Ana Amélia foram designados membros titulares; e o Senador Otto Alencar, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 21/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular; e os Senadores Romário e Vanessa Grazziotin, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 5/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 15/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Dalirio Beber e Eduardo Amorim foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 27/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Cidinho Santos e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 5/2017-BLOMOD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Hélio José, Eduardo Braga, Marta Suplicy, Rose de Freitas e Renan Calheiros foram designados membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp, Romero Jucá e Edison Lobão, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 32/2017-GLPMDB).



9. Em 13.03.2017, os Senadores Ronaldo Caiado e Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Davi Alcolumbre, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 7/2017-GLDEM).
10. Em 14.03.2017, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 38/2017-GLDPRO).
11. Em 14.03.2017, o Senador Waldemir Moka foi designado membro titular, em substituição ao senador Eduardo Braga, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 51/2017-GLPMDB).
12. Em 14.03.2017, o Senador Aírton Sandoval foi designado membro titular, em substituição ao senador Renan Calheiros, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 52/2017-GLPMDB).
13. Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Marta Suplicy e Ronaldo Caiado, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2017-CAS).
14. Em 31.03.2017, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular, em substituição à senadora Rose de Freitas, que passa a atuar como suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 86/2017-GLPMDB).
15. Em 07.06.2017, o Senador Benedito de Lira foi designado membro titular, em substituição à senadora Ana Amélia, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. s/n).
16. Em 14.06.2017, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular, em substituição ao Senador Benedito de Lira, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo 33/2017-BLDPRO).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
19. Em 21.11.2017, o Senador Sérgio de Castro foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Ricardo Ferraço (Of. nº 238/2017-GLPSDB).

**Secretário(a):** Patrícia de Lurdes Motta de Oliveira e Oliveira

**Reuniões:** Quartas-Feiras 9:00 horas -

**Telefone(s):** 61 33034608

**E-mail:** cas@senado.gov.br



## 2.1) SUBCOMISSÃO ESPECIAL SOBRE DOENÇAS RARAS

**Finalidade:** Propor iniciativas para promoção e defesa dos direitos das pessoas com Doenças Raras, bem como o devido aprimoramento na legislação específica.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) <sup>(2)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) <sup>(2)</sup>

**RELATOR:** Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) <sup>(3)</sup>

**Leitura:** 23/08/2017

TITULARES	SUPLENTE
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) <sup>(1)</sup>	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) <sup>(1)</sup>
Senador Airton Sandoval (PMDB-SP) <sup>(1)</sup>	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) <sup>(1)</sup>
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) <sup>(1)</sup>	3. Senador Romário (PODE-RJ) <sup>(1)</sup>
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) <sup>(1)</sup>	4. Senador Cidinho Santos (PR-MT) <sup>(1)</sup>
Senadora Ana Amélia (PP-RS) <sup>(1)</sup>	5. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) <sup>(1)</sup>

**Notas:**

1. Em 23.08.2017, foram designados os Senadores Waldemir Moka, Airton Sandoval, Dalirio Beber, Maria do Carmo Alves e Ana Amélia, como membros titulares, e os Senadores Ângela Portela, Ronaldo Caiado, Romário, Cidinho Santos e Armando Monteiro, como suplentes, para compor o Colegiado (Of. 110/2017-CAS)
2. Em 30.08.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Waldemir Moka e Dalirio Beber, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 122/2017-CAS).
3. Em 12.09.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado Relator da subcomissão (Of. nº 12/2017-CASRARAS).

**Secretário(a):** Patricia de Lurdes Motta de Oliveira e Oliveira

**Reuniões:** Quartas-Feiras 9:00 horas -

**Telefone(s):** 61 33034608

**E-mail:** cas@senado.gov.br





### 3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Edison Lobão (PMDB-MA) <sup>(7)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) <sup>(8)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Maioria (PMDB)</b>	
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) <sup>(1)</sup>	1. Senador Roberto Requião (PMDB-PR) <sup>(1)</sup>
Senador Edison Lobão (PMDB-MA) <sup>(1)</sup>	2. Senador Romero Jucá (PMDB-RR) <sup>(1)</sup>
Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) <sup>(1)</sup>	3. Senador Renan Calheiros (PMDB-AL) <sup>(1)</sup>
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) <sup>(1)</sup>	4. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) <sup>(1)</sup>
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) <sup>(1)</sup>	5. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) <sup>(1)</sup>
Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) <sup>(1)</sup>	6. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) <sup>(1)</sup>
Senador José Maranhão (PMDB-PB) <sup>(1)</sup>	7. Senador Hélio José (PROS-DF) <sup>(1)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )</b>	
Senador Jorge Viana (PT-AC) <sup>(6)</sup>	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(6,19)</sup>
Senador José Pimentel (PT-CE) <sup>(6)</sup>	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) <sup>(6,17,18)</sup>
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) <sup>(6)</sup>	3. Senadora Regina Sousa (PT-PI) <sup>(6,11,13,19)</sup>
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) <sup>(6,17)</sup>	4. Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(6)</sup>
Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(6)</sup>	5. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) <sup>(6,19,22,27)</sup>
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(6,22,27)</sup>	6. VAGO <sup>(6)</sup>
<b>Bloco Social Democrata ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Aécio Neves (PSDB-MG) <sup>(3,21,28,33)</sup>	1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) <sup>(3,12,35,36,37)</sup>
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) <sup>(3)</sup>	2. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) <sup>(3)</sup>
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) <sup>(3,15,23,24,25,26)</sup>	3. Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) <sup>(3)</sup>
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) <sup>(9)</sup>	4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) <sup>(9)</sup>
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) <sup>(9)</sup>	5. Senador José Serra (PSDB-SP) <sup>(20,23,24,25,26)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista ( PP, PSD )</b>	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) <sup>(5)</sup>	1. Senador Ivo Cassol (PP-RO) <sup>(5)</sup>
Senador Benedito de Lira (PP-AL) <sup>(5)</sup>	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) <sup>(5,14)</sup>
Senador Wilder Moraes (PP-GO) <sup>(5)</sup>	3. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(5)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania ( PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS ) <sup>(32)</sup></b>	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) <sup>(4,38)</sup>	1. Senador Alvaro Dias (PODE-PR) <sup>(4,29,31,34)</sup>
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) <sup>(4,30)</sup>	2. Senador João Capiberibe (PSB-AP) <sup>(4)</sup>
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) <sup>(4)</sup>	3. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) <sup>(4)</sup>
<b>Bloco Moderador ( PR, PTB, PSC, PRB, PTC )</b>	
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) <sup>(2)</sup>	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) <sup>(2,16)</sup>
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) <sup>(2,10)</sup>	2. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) <sup>(2,10)</sup>
Senador Magno Malta (PR-ES) <sup>(2)</sup>	3. Senador Fernando Collor (PTC-AL) <sup>(2)</sup>

**Notas:**

\*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 08.02.2017, os Senadores Jader Barbalho, Edison Lobão, Eduardo Braga, Simone Tebet, Valdir Raupp, Marta Suplicy e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Romero Jucá, Renan Calheiros, Garibaldi Alves Filho, Waldemir Moka, Rose de Freitas e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 17/2017-GLPMDB).

2. Em 08.02.2017, os Senadores Armando Monteiro, Vicentinho Alves e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Wellington Fagundes, Eduardo Lopes e Fernando Collor, como membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor a CCJ (Of. 003/2017-BLOMOD).

3. Em 08.02.2017, os Senadores Aécio Neves, Antônio Anastasia e Aloysio Nunes Ferreira foram designados membros titulares; e os Senadores José Aníbal, Cássio Cunha Lima e Eduardo Amorim, como membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor a CCJ (Of. 027/2017-GLPSDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



4. Em 08.02.2017, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, João Capiberibe e Vanessa Grazziotin, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Memo. 003/2017-GLBSD).
5. Em 08.02.2017, os Senadores Lasier Martins, Benedito de Lira e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol, Roberto Muniz e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CCJ (Memo. 022/2017-BLDPRO).
6. Em 08.02.2017, os Senadores Jorge Viana, José Pimentel, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Paulo Paim e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Paulo Rocha e Regina Sousa, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CCJ (Of. 2/2017-GLPT).
7. Em 09.02.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Edson Lobão o Presidente deste colegiado (Of. 1/2017-CCJ).
8. Em 09.02.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Antônio Anastasia o Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2017-CCJ).
9. Em 14.02.2017, os Senadores Ronaldo Caiado, Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e o Senador Davi Alcolumbre, como membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor a CCJ (Of. nº004/2017-GLDEM).
10. Em 14.02.2017, o Senador Eduardo Lopes passou a ocupar a vaga de titular pelo Bloco Moderador, em permuta com o Senador Vicentinho Alves, que passou a ocupar a vaga de suplente na Comissão (of. 6/2017-BLOMOD).
11. Em 15.02.2017, o Senador Humberto Costa deixa de compor a comissão, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (of. 16/2017-LBPRD).
12. Em 20.02.2017, o Senador Ricardo Ferraço passou a ocupar a vaga de suplente, pelo o Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador José Aníbal (Of. 53/2017-GLPSDB).
13. Em 07.03.2017, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (of. 27/2017-GLBPRD).
14. Em 09.03.2017, a Senadora Ana Amélia passou a ocupar a vaga de suplente, pelo o Bloco Democracia Progressista, em substituição ao Senador Roberto Muniz (Of. 31/2017-BLDPRO).
15. Em 09.03.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira, que assumiu cargo no Poder Executivo (of. 98/2017-GLPSDB).
16. Em 14.03.2017, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Wellington Fagundes (of. 30/2017-BLOMOD).
17. Em 21.03.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, deixando de ocupar a vaga de suplente, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (of. 47/2017-GLBPRD).
18. Em 29.03.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 53/2017-GLBPRD).
19. Em 19.04.2017, os Senadores Humberto Costa, Lindbergh Farias, Regina Sousa, Paulo Rocha e Ângela Portela foram designados membros suplentes, nessa ordem, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 61/2017-GLBPRD).
20. Em 20.04.2017, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 30/2017-GLDEM).
21. Em 26.06.2017, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 135/2017-GLPSDB).
22. Em 26.06.2017, a Senadora Ângela Portela deixou de ocupar a vaga de suplente na comissão, pois foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. 87/2017-GLBPRD).
23. Em 27.06.2017, o Senador José Serra deixou de ocupar a vaga de suplente e passou a ocupar a vaga de titular na comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 165/2017-GLPSDB).
24. Em 27.06.2017, o Senador Flexa Ribeiro deixou de ocupar a vaga de titular e passou a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador José Serra (Of. 165/2017-GLPSDB).
25. Em 04.07.2017, o Senador José Serra deixou de ocupar a vaga de titular e passou a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 168/2017-GLPSDB).
26. Em 04.07.2017, o Senador Flexa Ribeiro deixou de ocupar a vaga de suplente e passou a ocupar a vaga de titular na comissão, em substituição ao Senador José Serra (Of. 168/2017-GLPSDB).
27. Em 08.08.2017, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro titular pelo Bloco da Resistência Democrática, em substituição à Senadora Ângela Portela, que passou a compor o colegiado como membro suplente (Of. 89/2017-GLBPRD).
28. Em 10.08.2017, o Senador Aécio Neves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Paulo Bauer, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 184/2017-GLPSDB).
29. Em 10.08.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Lídice da Mata, que passou a compor o colegiado como membro titular (Memo. 71/2017-BLSDEM).
30. Em 10.08.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Roberto Rocha, que passou a compor o colegiado como membro suplente (Memo. 71/2017-BLSDEM).
31. Em 19.09.2017, o Senador Roberto Rocha deixou de ocupar a vaga de suplente no colegiado, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 84/2017-BLSDEM).
32. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
33. Suspensão de 27.09.2017 a 17.10.2017, quando o Plenário deliberou sobre a ação cautelar nº 4.327/2017, do Supremo Tribunal Federal.
34. Em 10.10.2017, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Memo. 1/2017-GLBPDC).
35. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
36. Em 09.11.2017, o Senador Dalírio Beber foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Ricardo Ferraço, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 232/2017-GLPSDB).
37. Em 21.11.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Dalírio Beber, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 239/2017-GLPSDB).
38. O Senador Antonio Carlos Valadares licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do RISF a partir do dia 22 de novembro de 2017, conforme Requerimentos nºs 1.000 e 1.001, de 2017, deferido em 22.11.2017.



**Secretário(a):** Ednaldo Magalhães Siqueira

**Reuniões:** Quartas-Feiras 10:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-3972

**Fax:** 3303-4315

**E-mail:** ccj@senado.gov.br



### 3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

**Finalidade:** Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
-----------	----------

**Secretário(a):** Ednaldo Magalhães Siqueira

**Telefone(s):** 61-3303-3972

**Fax:** 61-3303-4315

**E-mail:** scomccj@senado.gov.br



### **3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

**(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
-----------	----------

**Secretário(a):** Ednaldo Magalhães Siqueira

**Telefone(s):** 3303-3972

**Fax:** 3303-4315

**E-mail:** scomccj@senado.gov.br



#### 4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Pedro Chaves (PSC-MS)

TITULARES	Suplentes
<b>PMDB</b>	
Senadora Rose de Freitas (7,12)	1. Senador Valdir Raupp (7)
Senador Dário Berger (7)	2. Senador Hélio José (PROS-DF) (7)
Senadora Marta Suplicy (7)	3. Senador Raimundo Lira (15)
Senador José Maranhão (7)	4. Senadora Simone Tebet (18)
Senador Edison Lobão (7,15,18)	5.
Senador João Alberto Souza (7)	6.
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )</b>	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (4)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (4)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (4)	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) (4)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (4)	3. Senador Jorge Viana (PT-AC) (4)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (4)	4. Senador José Pimentel (PT-CE) (4)
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (4)	5. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (4)	6.
<b>Bloco Social Democrata ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (1)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (6)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (1)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (6)
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (1,9,19)	3. Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) (21)
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (6)	4.
Senador José Agripino (DEM-RN) (6)	5.
<b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista ( PP, PSD )</b>	
Senador José Medeiros (PODE-MT) (5)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (5)
Senador Roberto Muniz (PP-BA) (5)	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) (5)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (5)	3. Senador Lasier Martins (PSD-RS) (14)
<b>Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania ( PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS ) (17)</b>	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (2)	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) (2,16,22)
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (2)	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (2,19)
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (2)	3. Senador Romário (PODE-RJ) (13,20)
<b>Bloco Moderador ( PR, PTB, PSC, PRB, PTC )</b>	
Senador Pedro Chaves (PSC-MS) (3)	1. Senador Magno Malta (PR-ES) (3)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (3,8)	2. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (3)
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (3)	3. Senador Telmário Mota (PTB-RR) (8,10,11)

**Notas:**

\*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Antonio Anastasia, Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 29/2017-GLPSDB).

5. Em 09.03.2017, os Senadores José Medeiros, Roberto Muniz e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão e Ana Amélia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CE (Of. nº026/2017-GLBPRO).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Paulo Paim, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, José Pimentel e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CE (Of. nº005/2017-GLBPRD).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Pedro Chaves, Thieres Pinto e Eduardo Lopes foram designados membros titulares; e os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

2. Em 09.03.2017, os Senadores Cristovam Buarque, Lúcia Vânia e Lídice da Mata foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e Randolfe Rodrigues, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CE (Memo. nº008/2017-BLSDEM).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



6. Em 13.03.2017, os Senadores Maria do Carmo Alves e José Agripino foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).
7. Em 14.03.2017, os Senadores Simone Tebet, Dário Berger, Marta Suplicy, José Maranhão, Raimundo Lira e João Alberto Souza foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp e Hélio José, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 31/2017-GLPMDB).
8. Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Thieres Pinto, que passou a compor o colegiado como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 27/2017-BLOMOD).
9. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço deixou de compor o colegiado, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 104/2017-GLPSDB).
10. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
11. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 50/2017-BLOMOD).
12. Em 07.06.2017, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular, em substituição à Senadora Simone Tebet, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 135/2017-GLPMDB).
13. Em 16.08.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. nº 73/2017-BLSDEM).
14. Em 18.08.2017, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 62/2017-BLDPRO).
15. Em 31.08.2017, a Senadora Simone Tebet foi designada membro titular, em substituição ao Senador Raimundo Lira, que passa a ocupar a vaga de suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 178/2017-GLPMDB).
16. Em 12.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Romário, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 80/2017-BLSDEM).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 05.10.2017, o Senador Edison Lobão foi designado membro titular, em substituição à Senadora Simone Tebet, que passa a ocupar a vaga de suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 198/2017-GLPMDB).
19. Em 09.10.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado, deixando de ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Of. nº 216/2017-GLPSDB).
20. Em 11.10.2017, o Senador Romário foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. nº 3/2017-GLBPDC).
21. Em 24.10.2017, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 225/2017-GLPSDB).
22. O Senador Antonio Carlos Valadares licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do RISF a partir do dia 22 de novembro de 2017, conforme Requerimentos nºs 1.000 e 1.001, de 2017, deferido em 22.11.2017.

**Secretário(a):** Willy da Cruz Moura

**Reuniões:** Terças-Feiras 11:00 horas -

**Telefone(s):** 61 33033498

**E-mail:** ce@senado.leg.br



#### **4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

**(Requerimento Da Comissão De Educação 26, de 2000)**

**Número de membros:** 12 titulares e 12 suplentes

**Secretário(a):** Willy da Cruz Moura

**Telefone(s):** 61 33033498

**E-mail:** ce@senado.leg.br





#### 4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

**Finalidade:** Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

**(Requerimento Da Comissão De Educação 1, de 2002)**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTEs
-----------	-----------

**Secretário(a):** Willy da Cruz Souza

**Telefone(s):** 33033498

**E-mail:** ce@senado.leg.br



### 4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS

**Finalidade:** Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

**(Requerimento 811, de 2001)**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
-----------	----------

**Secretário(a):** Willy da Cruz Souza

**Telefone(s):** 61 33033498

**E-mail:** ce@senado.leg.br



**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA****Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) <sup>(13)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Wellington Fagundes (PR-MT) <sup>(19)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>PMDB</b>	
Senador Hélio José (PROS-DF) <sup>(11)</sup>	1. Senador Aírton Sandoval <sup>(11,14)</sup>
Senador Renan Calheiros <sup>(11)</sup>	2. Senador Dário Berger <sup>(11)</sup>
Senador João Alberto Souza <sup>(11)</sup>	3.
Senador Valdir Raupp <sup>(11,14)</sup>	4.
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )</b>	
Senador Jorge Viana (PT-AC) <sup>(6)</sup>	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) <sup>(6)</sup>
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) <sup>(6)</sup>	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) <sup>(6)</sup>
Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(6)</sup>	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(6)</sup>
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(6)</sup>	4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) <sup>(6)</sup>
<b>Bloco Social Democrata ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) <sup>(4)</sup>	1. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) <sup>(4)</sup>
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) <sup>(4)</sup>	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) <sup>(7,9)</sup>
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) <sup>(7,9)</sup>	3. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) <sup>(8,22)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista ( PP, PSD )</b>	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(1)</sup>	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) <sup>(1)</sup>
Senador Roberto Muniz (PP-BA) <sup>(1,10)</sup>	2. Senador Benedito de Lira (PP-AL) <sup>(1)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania ( PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS ) <sup>(20)</sup></b>	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) <sup>(2)</sup>	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) <sup>(2)</sup>
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) <sup>(3)</sup>	2. VAGO <sup>(2,21)</sup>
<b>Bloco Moderador ( PR, PTB, PSC, PRB, PTC )</b>	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) <sup>(5,15)</sup>	1. Senador Telmário Mota (PTB-RR) <sup>(5,17,18)</sup>
Senador Cidinho Santos (PR-MT) <sup>(5)</sup>	2. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) <sup>(5,12,16)</sup>

**Notas:**

\*. Em 30.03.2017, foi publicada a Resolução nº 3, de 2017, que alterou o nome da "Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle" para "Comissão de Meio Ambiente".

1. Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Benedito de Lira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 27/2017-BLDPRO).

2. Em 09.03.2017, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 7/2017-BLSDEM).

3. Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 14/2017-BLSDEM).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e o Senador Dalirio Beber, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 35/2017-GLPSDB).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Armando Monteiro e Cidinho Santos foram designados membros titulares; e os Senadores Thieres Pinto e Pedro Chaves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

6. Em 09.03.2017, os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 10/2017-GLBPRD).

7. Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador José Agripino, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).

8. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 100/2017-GLPSDB).

9. Em 22.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e o Senador Ronaldo Caiado, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 8/2017-GLDEM).

10. Em 23.03.2017, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Wilder Moraes, para compor o colegiado (Of. nº 2/2017-BLDPRO).

11. Em 31.03.2017, os Senadores Hélio José, Renan Calheiros, João Alberto Souza e Eduardo Braga foram designados membros titulares; e os senadores Valdir Raupp e Dário Berger, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 36/2017-GLPMDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

12. Em 03.04.2017, o Senador Pedro Chaves deixa de compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador(Of. nº 37/2017-BLOMOD).
13. Em 04.04.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CMA).
14. Em 05.04.2017, o Senador Valdir Raupp passa a atuar como titular, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Eduardo Braga. O Senador Airtton Sandoval foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Valdir Raupp, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 88/2017-GLPMDB).
15. Em 10.04.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao Senador Armando Monteiro, pelo Bloco Moderador (Of. nº 46/2017-BLOMOD).
16. Em 17.04.2017, o Senador Pedro Chaves passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 40/2017-BLOMOD).
17. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
18. Em 24.04.2017, o Senador Telmário Mota passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 54/2017-BLOMOD).
19. Em 26.04.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Fagundes Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 9/2017-CMA).
20. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
21. Em 10.10.2017, o Senador Roberto Rocha deixa de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 4/2017-GLBPDC).
22. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.

**Secretário(a):** Airtton Luciano Aragão Júnior

**Reuniões:** Terças-Feiras 11:30min -

**Telefone(s):** 61 33033284

**E-mail:** cma@senado.leg.br



## 6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Regina Sousa (PT-PI)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)

TITULARES	Suplentes
<b>PMDB</b>	
VAGO (6,10)	1. Senador Valdir Raupp (6)
Senadora Marta Suplicy (6)	2.
Senador Hélio José (PROS-DF) (6)	3.
VAGO (6,9)	4.
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )</b>	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (4)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (4)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (4)	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (4)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (4)	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4)
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (4)	4. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (4)
<b>Bloco Social Democrata ( PSDB, DEM )</b>	
VAGO (1,8)	1.
VAGO (1,11)	2.
VAGO (1,12)	3.
VAGO (7,14)	4.
<b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista ( PP, PSD )</b>	
Senador José Medeiros (PODE-MT) (3)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (3)
	2.
<b>Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania ( PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS ) (17)</b>	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) (2)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (16)
Senador Romário (PODE-RJ) (2)	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (18)
<b>Bloco Moderador ( PR, PTB, PSC, PRB, PTC )</b>	
Senador Magno Malta (PR-ES) (5)	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) (5)
Senador Telmário Mota (PTB-RR) (5,13,15)	2. Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (5)

### Notas:

\*. O PMDB e o Bloco Resistência Democrática compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 19 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Dalirio Beber, Eduardo Amorim e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 039/2017-GLPSDB).

2. Em 09.03.2017, os Senadores João Capiberibe e Romário foram designados membros titulares pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 21/2017-BLSDEM).

3. Em 09.03.2017, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Sérgio Petecão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 24/2017-BLDPRO).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 8/2017-GLBPRD).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Magno Malta e Thieres Pinto foram designados membros titulares; e os Senadores Cidinho Santos e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

6. Em 10.03.2017, os senadores Eduardo Braga, Marta Suplicy, Hélio José e Garibaldi Alves Filho foram designados membros titulares; e o senador Valdir Raupp, membro suplente, pelo PMDB, para compor a CDH (Of. nº 39/2017-GLPMDB).

7. Em 13.03.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).

8. Em 21.03.2017, o Senador Dalirio Beber deixou de ocupar a vaga de titular pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 101/2017-GLPSDB).

9. Em 22.03.2017, o Senador Garibaldi Alves Filho deixou de ocupar a vaga de titular pelo PMDB no colegiado (Of. nº 73/2017-GLPMDB).

10. Em 31.03.2017, o Senador Eduardo Braga deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo PMDB (Of. nº 85/2017-GLPMDB).

11. Em 03.04.2017, o Senador Eduardo Amorim deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 102/2017-GLPSDB).

12. Em 03.04.2017, o Senador Ricardo Ferraço deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 103/2017-GLPSDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



13. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixou de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
14. Em 18.04.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves deixa de compor o colegiado, pelo Bloco Social Democrata (Of. 13/2017-GLDEM).
15. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 48/2017-BLOMOD).
16. Em 02.05.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. nº 43/2017-BLSDEM).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 07.11.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Memo. nº 10/2017-GLBPDC).

**Secretário(a):** Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

**Reuniões:** Quartas-Feiras 11:30 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-2005

**Fax:** 3303-4646

**E-mail:** cdh@senado.gov.br



**6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

**(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
-----------	----------

**Secretário(a):** Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

**Telefone(s):** 3303-4251/3303-2005

**Fax:** 3303-4646

**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br



## **6.2) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO**

**Finalidade:** Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

**(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 7, de 2013)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
-----------	----------

**Secretário(a):** Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

**Telefone(s):** 3303-4251/3303-2005

**Fax:** 3303-4646

**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br





**6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO**

**Finalidade:** Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

**(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 18, de 2015)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTEs
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )</b>	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
<b>Maioria (PMDB)</b>	
VAGO	1. VAGO
<b>Bloco Social Democrata ( PSDB, DEM )</b>	
VAGO	1. VAGO

**Notas:**

1. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

**Secretário(a):** Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

**Reuniões:** Quartas-Feiras 11:30 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-2005

**Fax:** 3303-4646

**E-mail:** cdh@senado.gov.br



#### 6.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO ESTATUTO DO TRABALHO

**Finalidade:** Aprofundar o debate sobre a reforma trabalhista com vistas a criação do Estatuto do Trabalho, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

**(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 83, de 2017)**

**Número de membros:** 3 titulares e 3 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Telmário Mota (PTB-RR) <sup>(3)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(3)</sup>

**Instalação:** 09/08/2017

TITULARES	SUPLENTE
<b>PMDB</b>	
Senador Valdir Raupp <sup>(2)</sup>	1. Senador Hélio José (PROS-DF) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )</b>	
Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(2)</sup>	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Moderador ( PR, PTB, PSC, PRB, PTC ) <sup>(1)</sup></b>	
Senador Telmário Mota (PTB-RR) <sup>(2)</sup>	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP) <sup>(2)</sup>

**Notas:**

- Os Blocos Social Democrata, Democracia Progressista, Socialismo e Democracia e Moderador compartilham uma vaga no Colegiado.
  - Em 04.08.2017, foram designados os Senadores Valdir Raupp, Paulo Paim e Telmário Mota, como titulares, e Hélio José, Ângela Portela e João Capiberibe, como suplentes, para compor o Colegiado (Of. nº 75/2017-CDH)
  - Em 09.08.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Telmário Mota e Paulo Paim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 76/2017-CDH).
- \*. Em 03.08.2017, é criada a Subcomissão Temporária, nos termos do Requerimento nº 83, de 2017, da CDH (Of. nº 74, de 2017-CDH)
- \*\* Em 09.08.2017, a Comissão reunida aprovou o RDH 87/2017, que alterou o nome da Comissão para Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho (Of. 76/2017-CDH).

**Secretário(a):** Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

**Reuniões:** Quartas-Feiras 11:30 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-2005

**Fax:** 3303-4646

**E-mail:** cdh@senado.gov.br



## 7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTC-AL) <sup>(9)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jorge Viana (PT-AC) <sup>(9)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>PMDB</b>	
Senador Edison Lobão <sup>(7)</sup>	1. Senador Renan Calheiros <sup>(7,13)</sup>
Senador João Alberto Souza <sup>(7)</sup>	2. Senador Valdir Raupp <sup>(7)</sup>
Senador Roberto Requião <sup>(7,13)</sup>	3. Senador Hélio José (PROS-DF) <sup>(7)</sup>
Senador Romero Jucá <sup>(7)</sup>	4. Senadora Marta Suplicy <sup>(17,21,22)</sup>
Senador Fernando Bezerra Coelho <sup>(21)</sup>	
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )</b>	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) <sup>(5)</sup>	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) <sup>(5)</sup>
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(5,16)</sup>	2. Senador José Pimentel (PT-CE) <sup>(5)</sup>
Senador Jorge Viana (PT-AC) <sup>(5)</sup>	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(5)</sup>
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) <sup>(5)</sup>	4. Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(5,16)</sup>
<b>Bloco Social Democrata ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) <sup>(2)</sup>	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) <sup>(2)</sup>
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) <sup>(2)</sup>	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) <sup>(8)</sup>
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) <sup>(2,12,23)</sup>	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) <sup>(11)</sup>
Senador José Agripino (DEM-RN) <sup>(8)</sup>	4. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) <sup>(12)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista ( PP, PSD )</b>	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) <sup>(6)</sup>	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) <sup>(6)</sup>
Senadora Ana Amélia (PP-RS) <sup>(6)</sup>	2. Senador Gladson Cameli (PP-AC) <sup>(6)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania ( PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS ) <sup>(20)</sup></b>	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) <sup>(4)</sup>	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) <sup>(4)</sup>
<sup>(4,18)</sup>	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) <sup>(1)</sup>
<b>Bloco Moderador ( PR, PTB, PSC, PRB, PTC )</b>	
Senador Fernando Collor (PTC-AL) <sup>(3)</sup>	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT) <sup>(3,10,14,15,19)</sup>
Senador Pedro Chaves (PSC-MS) <sup>(3)</sup>	2. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) <sup>(3)</sup>

### Notas:

\*. O PMDB e o Bloco Resistência Democrática compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 19 membros.

1. Em 09.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o colegiado (Of. 16/2017-BLSDEM).

2. Em 09.03.2017, os Senadores Antonio Anastasia, Paulo Bauer e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e o Senador Cássio Cunha Lima, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 32/2017-GLPSDB).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Fernando Collor e Pedro Chaves foram designados membros titulares; e os Senadores Cidinho Santos e Armando Monteiro, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Cristovam Buarque e Fernando Bezerra Coelho foram designados membros titulares; e a Senadora Vanessa Grazziotin, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o colegiado (Of. 10/2017-BLSDEM).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana e Lindbergh Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, José Pimentel, Paulo Paim e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática para compor o colegiado (Of. 9/2017-GLBPRD).

6. Em 09.03.2017, os Senadores Lasier Martins e Ana Amélia foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Gladson Cameli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista para compor o colegiado (Of. 29/2017-BLDPRO).

7. Em 09.03.2017, os Senadores Edison Lobão, João Alberto Souza, Renan Calheiros e Romero Jucá foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Valdir Raupp e Hélio José, membros suplentes, pelo PMDB para compor o colegiado (Of. 38/2017-GLPMDB).

8. Em 13.03.2017, o Senador José Agripino foi designado membro titular; e o Senador Ronaldo Caiado, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).

9. Em 14.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Jorge Viana, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CRE).

10. Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, em substituição ao senador Cidinho Santos, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 29/2017-BLOMOD).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



11. Em 21.03.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 106/2017-GLPSDB).
12. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao senador Tasso Jereissati, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 99/2017-GLPSDB).
13. Em 24.03.2017, o Senador Roberto Requião foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao senador Renan Calheiros, que passa a atuar como suplente, pelo PMDB (Of. nº 75/2017-GLPMDB).
14. Em 10.04.2017, o Senador Thieres Pinto foi designado membro suplente para compor o colegiado, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Moderador (Of. nº 43/2017-BLOMOD).
15. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
16. Em 07.06.2017, o Senador Acir Gurgacz passou a ocupar a vaga de titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em permuta com o Senador Humberto Costa, que passou a ocupar a vaga de suplente na Comissão (of. 74/2017-GLBPRD).
17. Em 13.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
18. Em 13.09.2017, vago em virtude de o Senador Fernando Bezerra Coelho ter sido designado membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
19. Em 19.09.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 93/2017-BLOMOD).
20. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
21. Em 11.10.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado, deixando de compor a composição como suplente (Of. nº 199/2017-GLPMDB).
22. Em 31.10.2017, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 208/2017-GLPMDB).
23. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.

**Secretário(a):** Alvaro Araujo Souza  
**Reuniões:** Quintas-Feiras 9:00 horas -  
**Telefone(s):** 61 3303-3496  
**E-mail:** cre@senado.leg.br



**8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI****Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Braga (PMDB-AM)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

TITULARES	Suplentes
<b>PMDB</b>	
Senador Renan Calheiros (7)	1. Senador Hélio José (PROS-DF) (7)
Senador Eduardo Braga (7)	2. Senadora Kátia Abreu (7,9,10)
Senador Fernando Bezerra Coelho (7,15)	3. Senadora Rose de Freitas (7)
Senador Elmano Férrer (7)	4. Senador Jader Barbalho (7)
Senador Raimundo Lira (7)	5. Senador Valdir Raupp (10)
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )</b>	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (3)	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (3)
Senador Jorge Viana (PT-AC) (3)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (3)
Senador José Pimentel (PT-CE) (3)	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) (3)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (3)	4. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (3)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (3)	5. Senadora Regina Sousa (PT-PI) (3)
<b>Bloco Social Democrata ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (2)	1. Senador José Agripino (DEM-RN) (6)
Senador Sérgio de Castro (PDT-ES) (2,8,11,19,20)	2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (18)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (2)	3.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (6)	4.
<b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista ( PP, PSD )</b>	
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (4)	1. Senador Lasier Martins (PSD-RS) (4)
Senador Wilder Moraes (PP-GO) (4)	2. Senador Ivo Cassol (PP-RO) (4)
Senador Roberto Muniz (PP-BA) (4)	3. Senador Gladson Cameli (PP-AC) (4)
<b>Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania ( PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS ) (17)</b>	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (1)	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) (1,21)
(1,16)	2.
VAGO (14,18)	3.
<b>Bloco Moderador ( PR, PTB, PSC, PRB, PTC )</b>	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (5)	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (5)
Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (5)	2. Senador Telmário Mota (PTB-RR) (5,12,13)
Senador Pedro Chaves (PSC-MS) (5)	3. Senador Magno Malta (PR-ES) (5)

**Notas:**

1. Em 09.03.2017, os Senadores Vanessa Grazziotin e Fernando Bezerra Coelho foram designados membros titulares; e o Senador Antonio Carlos Valadares, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 9/2017-BLSDEM).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes, Vicentinho Alves e Pedro Chaves foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro, Thieres Pinto e Magno Malta, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Otto Alencar, Wilder Moraes e Roberto Muniz foram designados membros titulares; e os Senadores Lasier Martins, Ivo Cassol e Gladson Cameli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 30/2017-BLDPRO).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Jorge Viana, José Pimentel, Paulo Rocha e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 6/2017-GLBPRD).

2. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira, Cássio Cunha Lima e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 33/2017-GLPSDB).

6. Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador José Agripino, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).

7. Em 14.03.2017, os Senadores Renan Calheiros, Eduardo Braga, Romero Jucá, Elmano Férrer e Raimundo Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Hélio José, Garibaldi Alves Filho, Rose de Freitas e Jader Barbalho, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 33/2017-GLPMDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

8. Em 21.03.2017, o Senador Cássio Cunha Lima deixou de compor, pelo Bloco Social Democrata, a CI (Ofício 105/2017-GLPSDB).
9. Em 22.03.2017, o Senador Garibaldi Alves Filho deixou de compor, como membro suplente pelo PMDB, o colegiado (Ofício 72/2017-GLPMDB).
10. Em 28.03.2017, os Senadores Kátia Abreu e Valdir Raupp foram designados membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 81/2017-GLPMDB).
11. Em 29.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 110/2017-GLPSDB).
12. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
13. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 49/2017-BLOMOD).
14. Em 12.09.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 78/2017-BLSDEM).
15. Em 13.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romero Jucá, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
16. Em 13.09.2017, vago em virtude de o Senador Fernando Bezerra Coelho ter sido designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 09.10.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado, deixando de ocupar a vaga de titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Of. nº 215/2017-GLPSDB).
19. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
20. Em 21.11.2017, o Senador Sérgio de Castro foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Ricardo Ferraço (Of. nº 237/2017-GLPSDB).
21. O Senador Antonio Carlos Valadares licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do RISF a partir do dia 22 de novembro de 2017, conforme Requerimentos nºs 1.000 e 1.001, de 2017, deferido em 22.11.2017.

**Secretário(a):** Thales Roberto Furtado Moraes

**Reuniões:** Terças-Feiras 9:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-4607

**Fax:** 61 3303-3286

**E-mail:** ci@senado.gov.br



## 8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

**(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 6, de 2007)**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
-----------	----------

**Secretário(a):** Thales Roberto Furtado Moraes

**Telefone(s):** 61 3303-4607

**Fax:** 61 3303-3286

**E-mail:** scomci@senado.gov.br



## **8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

**(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 8, de 2012)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTEs
-----------	-----------

**Secretário(a):** Thales Roberto Furtado Morais  
**Telefone(s):** 61 3303-4607  
**Fax:** 61 3303-3286





### 8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

**(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 20, de 2013)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTEs
-----------	-----------

**Secretário(a):** Thales Roberto Furtado Moraes

**Telefone(s):** 61 3303-4607

**Fax:** 61 3303-3286

**E-mail:** scomci@senado.gov.br



## 8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQI nº 24/2015, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada ao estudo e acompanhamento do setor de mineração no Brasil.

**(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 24, de 2015)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Designação:** 20/05/2015

**Instalação:** 10/06/2015

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )</b>	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	1. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA)
<b>Maioria (PMDB)</b>	
Senador Hélio José (PROS-DF)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
<b>Bloco Social Democrata ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Wilder Moraes (PP-GO)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

**Notas:**

\*. Em 12.07.2017, foi lido em Plenário o Requerimento nº12, de 2017, da CI, que altera de 3 para 5 o número de membros da subcomissão (Of. 99/2017-PRESCI).

**Secretário(a):** Thales Roberto Furtado Moraes

**Reuniões:** Terças-Feiras 9:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-4607

**Fax:** 61 3303-3286

**E-mail:** ci@senado.gov.br



## 9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) <sup>(9)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) <sup>(13)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>PMDB</b>	
Senador Hélio José (PROS-DF) <sup>(8,14)</sup>	1. Senador Romero Jucá <sup>(8)</sup>
Senador Elmano Férrer <sup>(8)</sup>	2. Senadora Simone Tebet <sup>(8,14)</sup>
Senador Waldemir Moka <sup>(8,10)</sup>	3. Senador Valdir Raupp <sup>(8)</sup>
Senador João Alberto Souza <sup>(8)</sup>	4. Senador Dário Berger <sup>(8)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )</b>	
Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(4,12)</sup>	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) <sup>(4,12)</sup>
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) <sup>(4)</sup>	2. Senador Jorge Viana (PT-AC) <sup>(4)</sup>
Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(4)</sup>	3. Senador José Pimentel (PT-CE) <sup>(4)</sup>
Senadora Regina Sousa (PT-PI) <sup>(4)</sup>	4. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(4)</sup>
<b>Bloco Social Democrata ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) <sup>(5)</sup>	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) <sup>(5)</sup>
VAGO <sup>(5,11)</sup>	2. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) <sup>(7,15,21)</sup>
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) <sup>(7,15)</sup>	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) <sup>(11)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista ( PP, PSD )</b>	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(3)</sup>	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) <sup>(3)</sup>
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) <sup>(3)</sup>	2. Senador Wilder Moraes (PP-GO) <sup>(17)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania ( PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS ) <sup>(20)</sup></b>	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) <sup>(1)</sup>	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) <sup>(19,22)</sup>
<sup>(2,18)</sup>	2.
<b>Bloco Moderador ( PR, PTB, PSC, PRB, PTC )</b>	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) <sup>(6)</sup>	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) <sup>(6)</sup>
VAGO <sup>(6,16)</sup>	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) <sup>(6)</sup>

### Notas:

1. Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 26/2017-BLSDEM).
2. Em 09.03.2017, o Senador Antônio Carlos Valadares foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 17/2017-BLSDEM).
3. Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e o Senador José Medeiros, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista para compor o colegiado (Of. 25/2017-BLDPRO).
4. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Rocha e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Jorge Viana, José Pimentel e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática para compor o colegiado (Of. 12/2017-GLBPRD).
5. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 34/2017-GLPSDB).
6. Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes e Thieres Pinto foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
7. Em 13.03.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
8. Em 14.03.2017, os Senadores Simone Tebet, Elmano Férrer, Jader Barbalho e João Alberto Souza foram designados membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Hélio José, Valdir Raupp e Dário Berger, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 35/2017-GLPMDB).
9. Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu a Senadora Fátima Bezerra Presidente deste colegiado (Memo. nº 6/2017-CDR).
10. Em 15.03.2017, o Senador Waldemir Moka foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jader Barbalho, pelo PMDB (Of. 56/2017-GLPMDB).
11. Em 21.03.2017, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, deixando de ocupar a comissão como membro titular (Ofício 100/2017-GLPSDB).
12. Em 22.03.2017, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular; e Senadora Ângela Portela, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. nº 48/2017-GLBPRD).
13. Em 29.03.2017, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lídice da Mata Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 8/2017-CDR).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



14. Em 29.03.2017, o Senador Hélio José passa a atuar como membro titular, em substituição à Senadora Simone Tebet, designada como suplente, pelo PMDB (Of. 71/2017-GLPMDB).
15. Em 29.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, pelo Bloco Social Democrata (Of. 12/2017-GLDEM).
16. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
17. Em 08.08.2017, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo. 55/2017-BLDPRO).
18. Em 12.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares deixa de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. nº 81/2017-BLSDEM).
19. Em 19.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. nº 86/2017-BLSDEM).
20. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
21. Em 07.11.2017, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Ofício 228/2017-GLPSDB).
22. O Senador Antonio Carlos Valadares licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do RISF a partir do dia 22 de novembro de 2017, conforme Requerimentos nºs 1.000 e 1.001, de 2017, deferido em 22.11.2017.

**Secretário(a):** Marcus Guevara Sousa de Carvalho

**Reuniões:** Quartas-Feiras 9:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-4282

**Fax:** 3303-1627

**E-mail:** cdr@senado.gov.br



## 9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

**(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 2, de 2011)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
-----------	----------

**Secretário(a):** Marcus Guevara Sousa de Carvalho

**Telefone(s):** 3303-4282

**Fax:** 3303-1627



**9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

**(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 1, de 2011)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTEs
-----------	-----------

**Secretário(a):** Marcus Guevara Sousa de Carvalho

**Telefone(s):** 3303-4282

**Fax:** 3303-1627



### 9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

**(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 5, de 2011)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
-----------	----------

**Secretário(a):** Marcus Guevara Sousa de Carvalho

**Telefone(s):** 3303-4282

**Fax:** 3303-1627



**10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA****Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Ivo Cassol (PP-RO) <sup>(8)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) <sup>(8)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>PMDB</b>	
Senador Waldemir Moka <sup>(6)</sup>	1. Senadora Rose de Freitas <sup>(6)</sup>
Senador Elmano Férrer <sup>(6)</sup>	2. Senador Romero Jucá <sup>(6)</sup>
Senador Valdir Raupp <sup>(6)</sup>	3.
Senador Dário Berger <sup>(6)</sup>	4.
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )</b>	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) <sup>(1)</sup>	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) <sup>(1)</sup>
Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(1)</sup>	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) <sup>(1)</sup>
Senadora Regina Sousa (PT-PI) <sup>(1)</sup>	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(1)</sup>
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(1)</sup>	4. Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(1)</sup>
<b>Bloco Social Democrata ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) <sup>(4)</sup>	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) <sup>(4)</sup>
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) <sup>(4)</sup>	2. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) <sup>(7)</sup>
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) <sup>(7)</sup>	3.
<b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista ( PP, PSD )</b>	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) <sup>(3)</sup>	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) <sup>(3)</sup>
Senador Ivo Cassol (PP-RO) <sup>(3)</sup>	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) <sup>(3)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania ( PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS ) <sup>(12)</sup></b>	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) <sup>(2)</sup>	1.
(2,9)	2.
<b>Bloco Moderador ( PR, PTB, PSC, PRB, PTC )</b>	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) <sup>(5)</sup>	1. Senador Telmário Mota (PTB-RR) <sup>(5,10,11)</sup>
Senador Cidinho Santos (PR-MT) <sup>(5)</sup>	2. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) <sup>(5)</sup>

**Notas:**

1. Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Rocha, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Paulo Paim, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CRA (Of. nº 011/2017-GLBPRD).
2. Em 09.03.2017, os Senadores Lúcia Vânia e Roberto Rocha foram designados membros titulares pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CRA (Memo. nº 018/2017-BLSDEM).
3. Em 09.03.2017, os Senadores Lasier Martins e Ivo Cassol foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Ana Amélia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CRA (Memo. nº 028/2017-BLDPRO).
4. Em 09.03.2017, os Senadores Dalirio Beber e Eduardo Amorim foram designados membros titulares; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 30/2017-GLPSDB).
5. Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes e Cidinho Santos foram designados membros titulares; e os Senadores Thieres Pinto e Pedro Chaves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
6. Em 10.03.2017, os senadores Waldemir Moka, Elmano Férrer, Valdir Raupp e Dário Berger foram designados membros titulares; e os senadores Rose de Freitas e Romero Jucá, membros suplentes, pelo PMDB, para compor a CRA (Of. nº 37/2017-GLPMDB).
7. Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
8. Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ivo Cassol e Valdir Raupp, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 2/2017-SACRA).
9. Em 06.04.2017, o Senador Roberto Rocha deixou de compor a comissão, pelo Bloco Socialismo e Democracia (Memo. 42/2017-BLSDEM).
10. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
11. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 51/2017-BLOMOD).
12. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.





**Secretário(a):** Marcello Varella  
**Reuniões:** Terças-Feiras 11:00 horas -  
**Telefone(s):** 3303 3506  
**Fax:** 3303 1017  
**E-mail:** cra@senado.gov.br



### **10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS**

**Finalidade:** REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Marcello Varella

**Telefone(s):** 3311-3506/3321

**Fax:** 3311-1017

**E-mail:** scomcra@senado.gov.br



## 11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Otto Alencar (PSD-BA)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)

TITULARES	Suplentes
<b>PMDB</b>	
Senador Waldemir Moka <sup>(8)</sup>	1. Senador Airtton Sandoval <sup>(10)</sup>
VAGO <sup>(8,12)</sup>	2. Senador Hélio José (PROS-DF) <sup>(11)</sup>
Senador Valdir Raupp <sup>(8)</sup>	3. Senador Dário Berger <sup>(16)</sup>
Senador João Alberto Souza <sup>(8)</sup>	4.
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )</b>	
Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(1,15)</sup>	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) <sup>(1)</sup>
VAGO <sup>(1,14)</sup>	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) <sup>(1)</sup>
Senador Jorge Viana (PT-AC) <sup>(1)</sup>	3. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) <sup>(1,15)</sup>
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(1)</sup>	4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) <sup>(1)</sup>
<b>Bloco Social Democrata ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) <sup>(4)</sup>	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) <sup>(7)</sup>
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) <sup>(4,20)</sup>	2.
Senador José Agripino (DEM-RN) <sup>(7)</sup>	3.
<b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista ( PP, PSD )</b>	
Senador Omar Aziz (PSD-AM) <sup>(2)</sup>	1. Senador Gladson Cameli (PP-AC) <sup>(2)</sup>
Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(2)</sup>	2. Senador Ivo Cassol (PP-RO) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania ( PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS ) <sup>(17)</sup></b>	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) <sup>(9)</sup>	1. VAGO <sup>(3,18)</sup>
	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) <sup>(6)</sup>
<b>Bloco Moderador ( PR, PTB, PSC, PRB, PTC )</b>	
Senador Cidinho Santos (PR-MT) <sup>(5,13,19)</sup>	1. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) <sup>(5)</sup>
Senador Magno Malta (PR-ES) <sup>(5)</sup>	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) <sup>(5)</sup>

### Notas:

- Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Jorge Viana e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CCT (Of. nº013/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Omar Aziz e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Cameli e Ivo Cassol, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CCT (Memo. nº023/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o Colegiado (Memo. nº006/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 31/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Thieres Pinto e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Pedro Chaves e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o Colegiado (Memo. nº 24/2017-BLSDEM).
- Em 13.03.2017, o Senador José Agripino foi designado membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 14.03.2017, os Senadores Waldemir Moka, Eduardo Braga, Valdir Raupp e João Alberto Souza foram designados membros titulares pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 34/2017-GLPMDB).
- Em 14.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 31/2017-BLSDEM).
- Em 15.03.2017, o Senador Airtton Sandoval foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 58/2017-GLPMDB).
- Em 22.03.2017, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 70/2017-GLPMDB).
- Em 31.03.2017, o Senador Eduardo Braga deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo PMDB (Of. nº 85/2017-GLPMDB).
- Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixou de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.



14. Em 02.05.2017, a Senadora Fátima Bezerra deixou de compor, como membro titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 62/2017-GLBPRD).
15. Em 08.05.2017, o Senador Paulo Rocha passou a compor, como membro titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição à Senadora Ângela Portela, que passou a ocupar o colegiado como membro suplente (Of. 64/2017-GLBPRD).
16. Em 11.07.2017, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 141/2017-GLPMDB).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 10.10.2017, a Senadora Lídice da Mata deixa de compor a Comissão, como suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 2/2017-GLBPDC).
19. Em 24.10.2017, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, para compor o Colegiado (Of. 104/2017-BLOMOD).
20. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.

**Secretário(a):** Mariana de Abreu Cobra Lima

**Reuniões:** Terças-Feiras 14h:30 min -

**Telefone(s):** 61 33031120

**E-mail:** cct@senado.gov.br



### 11.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DO MARCO LEGAL DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

**Finalidade:** Acompanhar o processo de regulamentação e implementação da Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016, conhecida como Marco Legal da Ciência Tecnologia e Inovação (Requerimento da CCT nº 25, de 2016).

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
-----------	----------

**Secretário(a):** Mariana de Abreu Cobra Lima

**Reuniões:** Terças-Feiras 14h:30 min -

**Telefone(s):** 61 33031120

**E-mail:** cct@senado.gov.br



## 12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

**Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Hélio José (PROS-DF) <sup>(8)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Wellington Fagundes (PR-MT) <sup>(8)</sup>

**RELATOR:** VAGO

TITULARES	Suplentes
<b>PMDB</b>	
Senador Valdir Raupp <sup>(3)</sup>	1. Senadora Kátia Abreu <sup>(6)</sup>
Senador Hélio José (PROS-DF) <sup>(3)</sup>	2.
Senador João Alberto Souza <sup>(3,6,9)</sup>	3.
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )</b>	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) <sup>(1)</sup>	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) <sup>(1)</sup>
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) <sup>(1)</sup>	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(1)</sup>
Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(1)</sup>	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(1)</sup>
<b>Bloco Social Democrata ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) <sup>(4)</sup>	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) <sup>(4)</sup>
VAGO <sup>(7,12)</sup>	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) <sup>(7)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista ( PP, PSD )</b>	
Senador Roberto Muniz (PP-BA) <sup>(11)</sup>	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(11)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania ( PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS ) <sup>(13)</sup></b>	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) <sup>(2)</sup>	1.
<b>Bloco Moderador ( PR, PTB, PSC, PRB, PTC )</b>	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) <sup>(5)</sup>	1. VAGO <sup>(5,10)</sup>

### Notas:

1. Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Lindbergh Farias e Paulo Paim foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 15/2017-GLBPRD).
2. Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 13/2017-BLSDEM).
3. Em 10.03.2017, os senadores Valdir Raupp, Hélio José e Kátia Abreu foram designados membros titulares, pelo PMDB, para compor a CDH (Of. nº 43/2017-GLPMDB).
4. Em 13.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
5. Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular; e o Senador Thieres Pinto, membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 28/2017-BLOMOD).
6. Em 28.03.2017, a Senadora Kátia Abreu deixou de compor o colegiado como titular, passando a atuar como suplente, pelo PMDB (Of. nº 82/2017-GLPMDB).
7. Em 04.04.2017, o Senador Dalirio Beber foi designado membro titular; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 111/2017-GLPSDB).
8. Em 05.04.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Hélio José e Wellington Fagundes, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CSF).
9. Em 05.04.2017, o senador João Alberto Souza foi designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 93/2017-GLPMDB).
10. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
11. Em 29.06.2017, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular e o Senador Otto Alencar, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. nº 36/2017-BLDPRO).
12. Em 28.08.2017, o Senador Dalirio Beber deixou de compor, como titular, a comissão, pelo Bloco Social Democrata (Of. 197/2017-GLPSDB).
13. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

**Secretário(a):** Raymundo Franco Diniz

**Telefone(s):** 61 33034440

**E-mail:** csf@senado.leg.br

### 13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) <sup>(12)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Airtton Sandoval (PMDB-SP) <sup>(12)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>PMDB</b>	
Senador Renan Calheiros <sup>(10)</sup>	1. Senadora Simone Tebet <sup>(18)</sup>
Senador Airtton Sandoval <sup>(10)</sup>	2. Senador Garibaldi Alves Filho <sup>(18)</sup>
Senador Dário Berger <sup>(10)</sup>	3. Senador Elmano Férrer <sup>(18)</sup>
Senador Romero Jucá <sup>(10)</sup>	4.
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )</b>	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) <sup>(4)</sup>	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) <sup>(4)</sup>
Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(4)</sup>	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(4)</sup>
Senadora Regina Sousa (PT-PI) <sup>(4)</sup>	3. Senador Jorge Viana (PT-AC) <sup>(4)</sup>
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(4)</sup>	4. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) <sup>(11)</sup>
<b>Bloco Social Democrata ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) <sup>(5)</sup>	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) <sup>(6)</sup>
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) <sup>(5)</sup>	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) <sup>(7)</sup>
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) <sup>(6)</sup>	3. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) <sup>(7,20)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista ( PP, PSD )</b>	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(9)</sup>	1. Senadora Ana Amélia (PP-RS) <sup>(17)</sup>
Senador Gladson Cameli (PP-AC) <sup>(9)</sup>	2. Senador Wilder Moraes (PP-GO) <sup>(17)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania ( PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS ) <sup>(19)</sup></b>	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) <sup>(1)</sup>	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) <sup>(3)</sup>
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) <sup>(2,13)</sup>	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) <sup>(3)</sup>
<b>Bloco Moderador ( PR, PTB, PSC, PRB, PTC )</b>	
Senador Cidinho Santos (PR-MT) <sup>(8,15,16)</sup>	1. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) <sup>(16)</sup>
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) <sup>(8,14)</sup>	2.

#### Notas:

\*. Em 30.03.2017, foi publicada a Resolução nº 3, de 2017, que alterou o nome da "Comissão de Transparência e Governança Pública" (CTG) para "Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor" (CTFC).

1. Em 09.03.2017, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 11/2017-BLSDEM).

2. Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 27/2017-BLSDEM).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Randolfe Rodrigues e Cristovam Buarque foram designados membros suplentes pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 28/2017-BLSDEM).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Jorge Viana, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 14/2017-GLBPRD).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Dalirio Beber foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 41/2017-GLPSDB).

6. Em 13.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).

7. Em 21.03.2017, os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 101/2017-GLPSDB).

8. Em 23.03.2017, os Senadores Thieres Pinto e Fernando Collor foram designados membros titulares, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 35/2017-BLOMOD).

9. Em 23.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Gladson Cameli foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 1/2017-BLDPRO).

10. Em 31.03.2017, os Senadores Renan Calheiros, Airtton Sandoval, Dário Berger e Romero Jucá foram designados membros titulares, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 40/2017-GLPMDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



11. Em 04.04.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 54/2017-GLBPRD).
12. Em 05.04.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira e Aírton Sandoval, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CTFC).
13. Em 06.04.2017, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Memo. 41/2017-BLSDEM).
14. Em 10.04.2017, o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Moderador (Of. nº 41/2017-BLOMOD).
15. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
16. Em 26.04.2017, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular; e o Senador Eduardo Lopes, membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Moderador (Of. nº 57/2017-BLOMOD).
17. Em 14.06.2017, os Senadores Ana Amélia e Wilder Moraes foram designados membros suplentes, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo. nº 29/2017-BLDPRO).
18. Em 08.08.2017, os Senadores Simone Tebet, Garibaldi Alves Filho, Elmano Férrer foram designados membros suplentes pelo Bloco da Maioria (PMDB) no colegiado (Of. 163/2017-GLPMDB).
19. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
20. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.

**Secretário(a):** Oscar Perné do Carmo Júnior

**Reuniões:** Quartas-feiras 9:00 horas -

**Telefone(s):** 61 33033519

**E-mail:** ctfc@senado.leg.br





**CONSELHOS e ÓRGÃOS****1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR***(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)*

<b>SENADORES</b>	<b>CARGO</b>
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

**Atualização:** 03/02/2017**Notas:**

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 27 de junho de 2017.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

## 2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

**Número de membros:** 15 titulares e 15 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) <sup>(8)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Pedro Chaves (PSC-MS) <sup>(8)</sup>

**1ª Eleição Geral:** 19/04/1995 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009

**2ª Eleição Geral:** 30/06/1999 **8ª Eleição Geral:** 26/04/2011

**3ª Eleição Geral:** 27/06/2001 **9ª Eleição Geral:** 06/03/2013

**4ª Eleição Geral:** 13/03/2003 **10ª Eleição Geral:** 02/06/2015

**5ª Eleição Geral:** 23/11/2005 **11ª Eleição Geral:** 30/05/2017

**6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
Senador Airtton Sandoval (SP)		1. Senador Jader Barbalho (PA)	
Senador João Alberto Souza (MA)		2. Senador Eduardo Braga (AM)	
Senador Romero Jucá (RR)		3. VAGO (15)	
Senador Hélio José (PROS-DF) (16)		4. (1)	
Bloco Social Democrata ( PSDB, DEM )			
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)		1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) (14)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)		2. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)		3. Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)	
Bloco Parlamentar Democracia Progressista ( PP, PSD )			
Senador Gladson Cameli (PP-AC) (2,3,9,12)		1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (4,5,13)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) (2,3)		2. Senador Otto Alencar (PSD-BA) (4,5)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )			
Senador José Pimentel (PT-CE)		1. Senadora Regina Sousa (PT-PI)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)		2. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (6)	
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania ( PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS )			
Senador João Capiberibe (PSB-AP)		1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)		2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	
Bloco Moderador ( PR, PTB, PSC, PRB, PTC )			
Senador Telmário Mota (PTB-RR) (10,11)		1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) (7,17)	
Senador Pedro Chaves (PSC-MS)		2.	
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)			
Senador Roberto Rocha (PSDB/MA)			

**Atualização:** 07/06/2017

### Notas:

1. O Senador Elmano Férrer renunciou à vaga de Suplente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, eleito na Sessão do Senado Federal de 30.05.2017, nos termos do MEMO nº024/2017 - GSEFERRE, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
2. Eleito membro titular, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
3. Eleito membro titular, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
4. Eleito membro suplente, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
5. Eleito membro suplente, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
6. A Senadora Fátima Bezerra renunciou à vaga de Suplente no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar para a qual foi eleita na Sessão do Senado Federal de 30.05.2017, nos termos do OF.nº69/2017 - GSFBEZER, lido na sessão do Senado Federal de 05.06.2017.
7. O Senador Telmário Mota renunciou à vaga de Suplente no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar para a qual foi eleito na Sessão do Senado Federal de 30.05.2017, nos termos do OFÍCIO/GSTMOTA/012/2017, lido na sessão do Senado Federal de 05.06.2017.
8. Os Senadores João Alberto Souza e Pedro Chaves foram eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente do Conselho na 1ª Reunião de 2017, realizada em 06.06.2017.
9. O Senador Ivo Cassol renunciou à vaga de 1º Titular do Bloco Parlamentar Democracia Progressista no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, para o qual foi eleito na Sessão do Senado Federal do dia 31/05/2017, nos termos do Ofício nº220/2017 - GSICAS, lido na Sessão do Senado Federal de 08/06/2017.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)  
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



10. O Senador Wellington Fagundes renunciou à vaga de Titular do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, nos termos do Of. Nº 074/2017 - BLOMOD, datado de 14.06.2017, lido na sessão do Senado Federal do dia 19.06.2017.
11. O Senador Telmário Mota foi eleito membro titular na Sessão do Senado Federal de 20.06.2017, após indicação realizada por meio do Ofício nº 75/2017-BLOMOD, de 14.06.2017.
12. O Senador Gladson Cameli foi eleito membro titular na Sessão do Senado Federal de 20.06.2017, após indicação realizada por meio do Memorando nº 26/2017- BLDPRO, de 08.06.2017.
13. Eleito membro suplente na Sessão do Senado Federal de 27.06.2017, nos termos do MEMO nº 034-BLDPRO/2017.
14. O Senador Cássio Cunha Lima foi eleito membro suplente do Conselho, conforme Of. nº 170/2017-GLPSDB, subscrito pelo Líder do PSDB, Senador Paulo Bauer, lido na Sessão do Senado Federal de 04 de julho de 2017.
15. O Senador Hélio José renunciou à vaga de Suplente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, nos termos do Memo GSHJOSE nº 07-245/2017, lido na sessão do Senado Federal de 05/07/2017.
16. O Senador Hélio José foi eleito membro titular do Conselho, conforme Of. GLPMDB nº 125/2017, subscrito pelo Líder do PMDB e do Bloco da Maioria, Senador Raimundo Lira, datado de 05.07.2017, lido na Sessão do Senado Federal da mesma data.
17. O Senador Cidinho Santos foi eleito membro suplente do Conselho, conforme OF. nº 081/2017 - BLOMOD, subscrito pelo Líder do Bloco Moderador, Senador Wellington Fagundes, datado de 05.07.2017, lido na Sessão do Senado Federal da mesma data.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

**3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ***(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)***Número de membros:** 17 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 03/12/2001**2ª Designação:** 26/02/2003**3ª Designação:** 03/04/2007**4ª Designação:** 12/02/2009**5ª Designação:** 11/02/2011**6ª Designação:** 11/03/2013**7ª Designação:** 26/11/2015

<b>MEMBROS</b>
<b>PMDB</b>
VAGO
<b>PT</b>
VAGO
<b>PSDB</b>
VAGO
<b>PSB</b>
VAGO
<b>PDT</b>
VAGO
<b>PR</b>
VAGO
<b>PSD</b>
VAGO
<b>DEM</b>
VAGO
<b>PP</b>
VAGO
<b>PTB</b>
VAGO
<b>PPS</b>
VAGO
<b>PCdoB</b>
VAGO
<b>REDE</b>
VAGO
<b>PSC</b>
VAGO
<b>PRB</b>
VAGO
<b>PTC</b>
<b>PODE</b>

**PROS****Atualização:** 08/02/2017**Notas:**

\*. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 02/2001).



#### 4) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS

(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)

**PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTC-AL)

MEMBROS
<b>PTB</b>
Senador Fernando Collor (PTC-AL)
<b>PSC</b>
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)
<b>PMDB</b>
Senador Romero Jucá (RR)
(1)

**Notas:**

1. O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.



**5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES***(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)***Número de membros:** 17 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 23/03/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**3ª Designação:** 11/03/2013**4ª Designação:** 04/03/2015

<b>MEMBROS</b>
<b>PMDB</b>
VAGO
<b>PT</b>
VAGO
<b>PSDB</b>
VAGO
<b>PSB</b>
VAGO
<b>PDT</b>
VAGO
<b>PR</b>
VAGO
<b>PSD</b>
VAGO
<b>DEM</b>
VAGO
<b>PP</b>
VAGO
<b>PTB</b>
VAGO
<b>PPS</b>
VAGO
<b>PCdoB</b>
VAGO
<b>PSC</b>
VAGO
<b>PRB</b>
VAGO
<b>REDE</b>
VAGO
<b>PTC</b>
<b>PODE</b>
<b>PROS</b>



**Atualização:** 01/06/2017

**Notas:**

\*. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 35/2009).

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):** 3303-5255

**Fax:** 3303-5260

**E-mail:** saop@senado.leg.br





## 6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 17 titulares

**PRESIDENTE:**  
**VICE-PRESIDENTE:**

1ª Designação: 30/11/2010  
2ª Designação: 14/03/2011  
3ª Designação: 21/03/2012  
4ª Designação: 11/03/2013  
5ª Designação: 20/05/2014  
6ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS
<b>PMDB</b>
VAGO
<b>PT</b>
VAGO
<b>PSDB</b>
VAGO
<b>PSB</b>
VAGO
<b>PDT</b>
VAGO
<b>PR</b>
VAGO
<b>PSD</b>
VAGO
<b>DEM</b>
VAGO
<b>PP</b>
VAGO
<b>PTB</b>
VAGO
<b>PPS</b>
VAGO
<b>PCdoB</b>
VAGO
<b>PSC</b>
VAGO
<b>PRB</b>
VAGO
<b>REDE</b>
VAGO
<b>PTC</b>
<b>PODE</b>



---

---

**PROS**

---

**Atualização:** 11/11/2015**Notas:**

\*. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 14/2010)

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP  
**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo  
**Telefone(s):** 3303-5255  
**Fax:** 3303-5260  
**E-mail:** saop@senado.leg.br



**7) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL***(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)***Número de membros:** 17 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 12/09/2012**2ª Designação:** 11/03/2013

<b>MEMBROS</b>
<b>PMDB</b>
VAGO
<b>PT</b>
VAGO
<b>PSDB</b>
<b>PSB</b>
VAGO
<b>PDT</b>
<b>PR</b>
VAGO
<b>PSD</b>
VAGO
<b>DEM</b>
VAGO
<b>PP</b>
VAGO
<b>PTB</b>
VAGO
<b>PPS</b>
<b>PCdoB</b>
VAGO
<b>PRB</b>
VAGO
<b>PSC</b>
VAGO
<b>REDE</b>
<b>PTC</b>
<b>PODE</b>
<b>PROS</b>

**Atualização:** 31/01/2015**Notas:**

\*. Vago (Art. 6º da Res. 15/2012).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

**Endereço:** Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303.5258**Fax:** 3303.5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

**8) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÊA NOWILL***(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)***Número de membros:** 17 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 22/08/2013**2ª Designação:** 01/07/2015

MEMBROS
<b>PMDB</b>
VAGO
<b>PT</b>
VAGO
<b>PSDB</b>
VAGO
<b>PSB</b>
VAGO
<b>PDT</b>
VAGO
<b>PR</b>
VAGO
<b>PSD</b>
VAGO
<b>DEM</b>
VAGO
<b>PP</b>
VAGO
<b>PTB</b>
VAGO
<b>PPS</b>
VAGO
<b>PCdoB</b>
VAGO
<b>PSC</b>
VAGO
<b>PRB</b>
VAGO
<b>REDE</b>
<b>PTC</b>
<b>PODE</b>
<b>PROS</b>

**Atualização:** 18/10/2016**Notas:**

\*. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 34/2013).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

**Endereço:** Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

**9) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO***(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)***Número de membros:** 17 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 20/12/2013**2ª Designação:** 16/09/2015

MEMBROS
<b>PMDB</b>
VAGO
<b>PT</b>
VAGO
<b>PSDB</b>
VAGO
<b>PSB</b>
VAGO
<b>PDT</b>
VAGO
<b>PR</b>
VAGO
<b>PSD</b>
VAGO
<b>DEM</b>
VAGO
<b>PP</b>
VAGO
<b>PTB</b>
VAGO
<b>PPS</b>
VAGO
<b>PCdoB</b>
VAGO
<b>PSC</b>
VAGO
<b>PRB</b>
VAGO
<b>REDE</b>
<b>PTC</b>
<b>PODE</b>
<b>PROS</b>

**Atualização:** 11/11/2015**Notas:**

\*. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 47/2013).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br



**10) PROCURADORIA PARLAMENTAR***(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)***Número de membros:** 5 titulares**COORDENADOR:****1ª Designação:** 16/11/1995**2ª Designação:** 30/06/1999**3ª Designação:** 27/06/2001**4ª Designação:** 25/09/2003**5ª Designação:** 26/04/2011**6ª Designação:** 21/02/2013**7ª Designação:** 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
VAGO	PMDB
VAGO	PMDB
VAGO	PT
VAGO	PSDB
VAGO	PSD

**Atualização:** 03/02/2017**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

**11) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER***(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)*

SENADOR	CARGO
	PROCURADORA

**Atualização:** 03/02/2017**SECRETARIA GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** (61) 3303-5255**Fax:** (61) 3303-5260**E-mail:** scop@senado.leg.br

**12) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL**

*(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)*

SENADOR	CARGO
Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)	OUVIDOR-GERAL

**Atualização:** 31/01/2015

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):** 3303-5255

**Fax:** 3303-5260

**E-mail:** scop@senado.leg.br



**13) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR**

*(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)*

**Número de membros:** 17 titulares

**PRESIDENTE:**  
**VICE-PRESIDENTE:**

**1ª Designação:** 14/03/2011  
**2ª Designação:** 21/03/2012  
**3ª Designação:** 11/03/2013  
**4ª Designação:** 26/03/2014  
**5ª Designação:** 01/07/2015

<b>MEMBROS</b>	
	<b>PMDB</b>
	VAGO
	<b>PT</b>
	VAGO
	<b>PSDB</b>
	VAGO
	<b>PSB</b>
	VAGO
	<b>PDT</b>
	VAGO
	<b>PR</b>
	VAGO
	<b>PSD</b>
	VAGO
	<b>DEM</b>
	VAGO
	<b>PP</b>
	VAGO
	<b>PTB</b>
	VAGO
	<b>PPS</b>
	VAGO
	<b>PCdoB</b>
	VAGO
	<b>PSC</b>
	VAGO
	<b>PRB</b>
	VAGO
	<b>REDE</b>
	VAGO
	<b>PTC</b>
	<b>PODE</b>



**Atualização:** 29/11/2016**Notas:**

\*. Vagos (Art.17, caput, da Res. 42/2010).

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** (61)3303-5255**Fax:** (61)3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

# 14) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL

(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)

Número de membros: 17 titulares

**PRESIDENTE:**  
**VICE-PRESIDENTE:**

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PSC
PRB
REDE
PTC
PODE
PROS



**15) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO***(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)***Número de membros:** 17 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:**

<b>MEMBROS</b>
<b>PMDB</b>
<b>PT</b>
<b>PSDB</b>
<b>PSB</b>
<b>PDT</b>
<b>PR</b>
<b>PSD</b>
<b>DEM</b>
<b>PP</b>
<b>PTB</b>
<b>PPS</b>
<b>PCdoB</b>
<b>PSC</b>
<b>PRB</b>
<b>REDE</b>
<b>PTC</b>
<b>PODE</b>
<b>PROS</b>



**16) COMENDA ZILDA ARNS**  
*(Instituída pela RSF 21/2017, em 26/10/2017)*

**Número de membros:** 18 titulares

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

**PRESIDENTE (art. 88, § 3º do  
RISF):**

<b>MEMBROS</b>
<b>PMDB</b>
<b>PT</b>
<b>PSDB</b>
<b>PSB</b>
<b>PDT</b>
<b>PR</b>
<b>PSD</b>
<b>DEM</b>
<b>PP</b>
<b>PTB</b>
<b>PPS</b>
<b>PCdoB</b>
<b>PROS</b>
<b>REDE</b>
<b>PSC</b>
<b>PRB</b>
<b>PTC</b>
<b>PODE</b>





**17) CONSELHO DO PRÊMIO JOVEM EMPREENDEDOR***(Resolução do Senado Federal nº 31, de 2016)***Número de membros:** 17 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:**

<b>MEMBROS</b>
<b>PMDB</b>
<b>PT</b>
<b>PSDB</b>
<b>PSB</b>
<b>PDT</b>
<b>PR</b>
<b>PSD</b>
<b>DEM</b>
<b>PP</b>
<b>PTB</b>
<b>PPS</b>
<b>PCdoB</b>
<b>PSC</b>
<b>PRB</b>
<b>REDE</b>
<b>PTC</b>
<b>PODE</b>
<b>PROS</b>

**Notas:**

\*. Vago (Art. 6º, §1º, da Res. 31/2016).



# 18) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO

(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

Número de membros: 17 titulares

**PRESIDENTE:**  
**VICE-PRESIDENTE:**

**1ª Designação:** 01/07/2015

MEMBROS
<b>DEM</b>
VAGO
<b>PCdoB</b>
VAGO
<b>PDT</b>
VAGO
<b>PMDB</b>
VAGO
<b>PP</b>
VAGO
<b>PPS</b>
VAGO
<b>PR</b>
VAGO
<b>PRB</b>
VAGO
<b>PSB</b>
VAGO
<b>PSC</b>
VAGO
<b>PSD</b>
VAGO
<b>PSDB</b>
VAGO
<b>PT</b>
VAGO
<b>PTB</b>
VAGO
<b>REDE</b>
VAGO
<b>PTC</b>
<b>PODE</b>
<b>PROS</b>

**Atualização:** 01/06/2016

**Notas:**

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)  
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



\*. Vago (Art. 2º, §1º, da Res. 08/2009).

**Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP**

**Endereço:** Anexo II, térreo

**Telefone(s):** 3303-5255

**Fax:** 3303-5260

**E-mail:** saop@senado.leg.br

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)  
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



**19) COMENDA NISE MAGALHÃES DA SILVEIRA***(Resolução do Senado Federal nº 43 de 2016)***Número de membros:** 17 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:**

<b>MEMBROS</b>
<b>PMDB</b>
<b>PT</b>
<b>PSDB</b>
<b>PDT</b>
<b>PSB</b>
<b>PR</b>
<b>PSD</b>
<b>DEM</b>
<b>PP</b>
<b>PTB</b>
<b>PPS</b>
<b>PCdoB</b>
<b>PSC</b>
<b>PRB</b>
<b>REDE</b>
<b>PTC</b>
<b>PODE</b>
<b>PROS</b>

**Notas:**

\*. Vago (Art. 5º, §1º, da Res. 43/2016)



**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-4561**E-mail:** saop@senado.leg.br

Fale com o Senado  
**0800 61 2211**

 /senadofederal  
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa  
Secretaria de Atas e Diários

**SENADO  
FEDERAL**

